



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
NÍVEL MESTRADO PROFISSIONAL

IVAN POSSER MORO

**ACESSIBILIDADE NO PLANEJAMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS
E A INCLUSÃO DO IDOSO:
AÇÕES PARA O PARQUE ITAIMBÉ EM SANTA MARIA - RS**

São Leopoldo, RS

2017

IVAN POSSER MORO

**ACESSIBILIDADE NO PLANEJAMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS
E A INCLUSÃO DO IDOSO:
AÇÕES PARA O PARQUE ITAIMBÉ EM SANTA MARIA-RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, pelo programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Tarouco

São Leopoldo, RS

2017

- M867a Moro, Ivan Posser.
Acessibilidade no planejamento dos espaços públicos abertos e a inclusão do idoso: ações para o Parque Itaimbé em Santa Maria-RS / Ivan Posser Moro. – 2017.
129 f. : il. color. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Leopoldo, 2017.
“Orientador: Prof. Dr. Fabrício Tarouco.”
1. Projeto de acessibilidade para idosos. 2. Espaços públicos.
3. Planejamento urbano. 4. Espaços abertos. I. Título.
- CDU 711.4

IVAN POSSER MORO

**ACESSIBILIDADE NO PLANEJAMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS
E A INCLUSÃO DO IDOSO:
AÇÕES PARA O PARQUE ITAIMBÉ EM SANTA MARIA-RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, pelo programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em: 16/11/2107

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fabrício Tarouco (UNISINOS)

Orientador

André Canal Marques

Celso Carnos Scaletsky

Daniel Reis Medeiros

"O intervalo de tempo entre a juventude e a velhice é mais breve do que se imagina. Quem não tem o prazer de penetrar no mundo dos idosos não é digno de sua juventude... "

Augusto Cury. 1958

“... As projeções demográficas vêm demonstrando que o século XXI se caracterizará pelo incremento significativo de IDOSOS no contexto populacional enquanto fenômeno mundial.”

Chaimowicz, 1997.

*Primeiramente, dedico este trabalho à minha família, os quais me dão apoio e
inspiração, para eles todo o meu carinho e amor.*

Dedico ainda, a todos os idosos, que me ajudaram na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos, **UNISINOS**, que abriu as portas da instituição para o meu aprendizado, em especial ao corpo docente, que disponibilizou o apoio necessário para a conclusão do curso.

Ao meu orientador, Prof. Dr. **Fabício Tarouco**, o qual me acompanhou durante este trabalho e disponibilizou seu tempo, dedicação e amizade, pelo qual serei sempre grato.

Agradeço à minha mãe **Giorgina**, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida, me dando força para vencer as etapas deste trabalho com mais suavidade.

Agradeço ao **Vilson A. Matthes**, por ter me ajudado na parte de legislação, estatutos necessários à realização deste trabalho.

Agradeço aos entrevistados (idosos), que disponibilizaram seu tempo para entrevistas, as quais deram ensejo à elaboração final deste trabalho.

Ademais, quero agradecer a banca que qualificou o pré-projeto e deu sua contribuição para esta dissertação.

RESUMO

Muitas cidades contemporâneas vivem atualmente uma crise no que se refere à apropriação dos espaços públicos abertos, devido à existência de restrições de acessibilidade espaciais encontradas em muitos destes lugares, que impedem que um grande grupo de pessoas, incluindo alguns idosos, possam exercer seu direito de lazer, entretenimento e convívio. A Revolução Industrial está dentro deste contexto histórico que levou à situação atual, pois impactou fortemente na economia de muitos centros urbanos, provocando o crescimento acelerado das cidades em geral e a exigência de cada vez mais infraestrutura em meio às cidades para atender os anseios das sociedades modernas. Como resultado disto, grandes intervenções em larga escala foram realizadas dentro do espaço público, sem levar em consideração as peculiaridades sociais, regionais e de sustentabilidade. Na atualidade, muitas cidades têm usado a criatividade para se reinventar a fim de solucionar muitos destes problemas, através um planejamento mais voltado à inclusão social, sustentabilidade, inovação e uso da economia a fim de que possam ter resultados que sejam revertidos em ganhos de qualidade de vida local. Este trabalho, portanto, se utiliza destes conceitos para propor ao objeto de estudo, Parque Itaimbé, um levantamento aliado a constatações, feitos por este autor, que poderão servir de base e orientação para a criação de futuros cenários que possibilitem guiar o processo de planejamento e elaboração de projetos voltados aos idosos dentro deste espaço público e estendido a outros.

Palavras-chaves: Idosos. Planejamento. Acessibilidade. Espaço público. Cidades. Criatividade. Parque Itaimbé.

ABSTRACT

Many contemporary cities are currently experiencing a crisis in the appropriation of open public spaces, due to the existence of spatial accessibility restrictions found in many of these places, which prevents a large group of people, including some elderly people, from exercising their right to leisure, entertainment and socializing. The Industrial Revolution is within this historical context that has led to the current situation, as it has had a strong impact on the economy of many urban centers, provoking the accelerated growth of cities in general and the demand for more and more infrastructure in the midst of cities to meet the aspirations of societies modern. As a result of these large-scale interventions, they were carried out within the public space, without taking into account the peculiarities, social, regional and sustainability. Many cities nowadays have used creativity to reinvent themselves in order to solve many of these problems, through planning more focused on social inclusion, creativity, sustainability, innovation and use of the economy in order to have results that are reverted to quality gains of local life. This work, therefore, uses these concepts to propose to the object of study, Itaimbé park, a survey allied to findings, made by this author, that can serve as a basis and orientation for the creation of future scenarios that will guide the planning process and elaboration of projects aimed at the elderly within this public space and extended to others.

Keywords: Elderly. Planning. Accessibility. Public space. Cities. Creativity. Itaimbe Park.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Setores do Parque Itaimbé e respectivas áreas em hectares	52
Quadro 2 – Zoneamento do Parque Itaimbé de acordo com Projeto Sinuelo	52
Quadro 3 – Análise dos assentos públicos por setor	63
Quadro 4 – Análise das escadas por setor	68
Quadro 5 – Análise das rampas por setor	80
Quadro 6 – Análise das grelhas por setor	82
Quadro 7 – Análise das placas por setor	86
Quadro 8 – Análise da Sinalização por setor	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da População Segundo Grupos de Idade Ano 2000	30
Gráfico 2 – Distribuição da População Segundo Grupos de Idade Ano 2010	30
Gráfico 3 - Relação Crianças e Idosos 2000 e 2010	31
Gráfico 4 – Resumo esquemático do trabalho	60
Gráfico 5 – Identificação do perfil dos entrevistados	93
Gráfico 6 – Identificação dos hábitos dos entrevistados	95
Gráfico 7 – Identificação dos hábitos de saúde e lazer dos entrevistados	97
Gráfico 8 – Identificação de atividades de lazer e saúde	99
Gráfico 9 – Identificação de atividades de lazer e saúde que gostaria	100
Gráfico 10 – Identificação do nível de infraestrutura dado por notas	101
Gráfico 11 – Identificação dos Setores mais frequentados pelo público alvo	102
Gráfico 12 – Identificação dos horários de maior frequência	103
Gráfico 13 – Referenciais	104
Gráfico 14 – Dificuldades para o uso	105
Gráfico 15 – Como chega ao Parque	107
Gráfico 16 – Sugestão de melhorias na Infraestrutura	108
Gráfico 17 – Proposição de melhoria e criação de novos serviços	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cidade Industrial	19
Figura 2 - St. James's Park em Londres	26
Figura 3 - Regents Park, Londres	27
Figura 4 - Felicidade é Aumento da Expectativa de Vida	29
Figura 5 – Idoso Rumo a Acessibilidade Brasileira	35
Figura 6 - Final de semana livre de carros	40
Figura 7- Demarcação no piso	41
Figura 8 – <i>Broadway</i>	42
Figura 9 – <i>Broadway</i>	42
Figura 10 – Yokohama. Idosos Fazendo Caminhada	46
Figura 11 - Cidade do Idoso em Chapecó-SC	47
Figura 12 - Localização do Parque Itaimbé	49
Figura 13 - Imagem aérea do Parque Itaimbé, sentido Bairro Nossa Senhora das Dores a Bairro Itararé	50
Figura 14 - Detalhamento dos Setores do Parque Itaimbé	53
Figura 15 - Setor 5, próximo à entrada pela Avenida Medianeira	55
Figura 16 - Ciclo-faixa compartilhada	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVO GERAL	16
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
2.1 O CONTEXTO: AS CIDADES E SEU PLANEJAMENTO	17
2.1.1 O planejamento urbano: a sustentabilidade e o habitar	20
2.1.2 Espaços públicos abertos	22
2.1.2.1 Parques	25
2.1.3 O idoso na sociedade	28
2.1.3.1 Filosofia de vida do idoso	32
2.1.3.2 A acessibilidade e o direito dos idosos perante a lei	33
2.2 AS REFERÊNCIAS: CIDADES CRIATIVAS VOLTADAS PARA O IDOSO	36
2.2.1 Cidades criativas	37
2.2.1.1 Cidade de New York – EUA	38
2.2.1.2 Cidade de Yokohama – Japão	44
2.2.1.3 Cidade de Chapecó – Brasil	46
3 OBJETO DE ESTUDO: O PARQUE ITAIMBÉ	48
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
4.1 RESUMO ESQUEMÁTICO METODOLÓGICO	60
5 ESTUDO DO CONTEXTO COM BASE NA NORMA DA ABNT NBR 9050:2015	61
5.1 ANÁLISE DOS ASSENTOS PÚBLICOS POR SETOR	63
5.2 ANÁLISE DAS ESCADAS POR SETOR	67
5.3 ANÁLISES DAS RAMPAS POR SETOR	79
5.4 ANÁLISE DOS PISOS POR SETOR	81
5.4.1 Análise de grelhas por setor	82
5.4.2 Análise dos materiais de revestimentos dos pisos ao longo da rota (acessível por setor, excluindo, grelhas, rampas e escadas)	86
5.5 ANÁLISE DA SINALIZAÇÃO AO LONGO DA ROTA (ACESSÍVEL POR SETOR)	89
6 ESTUDO DO CONTEXTO COM BASE NO PÚBLICO-ALVO	92
6.1. IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS USUÁRIOS QUANTO À IDADE E O SEXO	93
6.2 IDENTIFICAÇÃO DOS HÁBITOS DE SAÚDE, LAZER E ENTRETENIMENTO AO AR LIVRE	94
6.3 IDENTIFICAÇÃO DOS USOS ESPECÍFICOS NO PARQUE ITAIMBÉ	96
6.4 IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER E SAÚDE QUE PODEM SER REALIZADAS PELA FAIXA ETÁRIA	97
6.5 IDENTIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DESEJADAS NO PARQUE	99
6.6 AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE INFRAESTRUTURA NO PARQUE	100

6.7 SETORES MAIS UTILIZADOS DO PARQUE	101
6.8 TURNOS E FREQUÊNCIA DE USO	102
6.9 REFERÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS	103
6.10 O ACESSO E USO DO PARQUE	104
6.11 FORMAS DE CHEGAR AO PARQUE	106
6.12 SUGESTÕES OU PEDIDOS DE QUALIFICAÇÃO E SERVIÇOS	107
7 ESTRATÉGIAS PARA O PARQUE ITAIMBÉ	110
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

A revolução industrial impactou diretamente o crescimento e a expansão das cidades, especialmente com a migração de pessoas do meio rural em direção às áreas urbanas, buscando suprir, em um primeiro momento, a demanda de serviços diretos e indiretos da indústria. Porém, este rápido crescimento das cidades em um contínuo fluxo de pessoas, ao longo do tempo, provocou modificações significativas sob a malha urbana, seus espaços, economia e sociedade.

Na era pré-industrial, “as cidades cresciam de forma contínua e orgânica, através de inúmeras pequenas intervenções ao longo dos séculos, sempre levando em conta o estilo em voga de cada lugar, o que, conseqüentemente, atribuía uma “identidade” própria às construções, que acabavam por nunca serem constituídas de mesmo estilo. Após a era industrial, houve uma expansão da infraestrutura de comunicações e serviços, na qual o trabalho manual, em muitos aspectos, foi substituído pela mecanização, o que, por sua vez, ampliou a escala das intervenções (CAMPELLO, 1994).

Campello ainda complementa que “o resultado de decisões amplas a partir de um planejamento sem vínculo com a tradição representa uma ruptura desse processo permanente e lento” de crescimento que existia nas cidades antigas. Estas intervenções em grande escala, dentro das cidades, atenderam aos “anseios capitalistas”, que levaram - não raro - a grandes equívocos na forma de planejá-las, causando uma “descontinuidade no tecido das velhas cidades ou às vezes até a destruição” das mesmas. Neste contexto, rompeu-se a evolução natural através do “acúmulo de eventos culturais e históricos que foram determinando uma configuração e identidade” própria de cada lugar (CAMPELLO, 1994).

Com base nestas visões, verificou-se que as cidades se encontram em um processo de transformação contínuo, cujo impacto econômico e social, pós-revolução industrial, repercute na forma como se organizam os espaços públicos e a vida em sociedade. Nas grandes megalópoles e cidades dos tempos atuais, os grandes desafios passam também a ser “a busca por uma forma de restabelecer um ambiente de convívio, que constituem o lugar de habitar associado às estruturas indispensáveis aos programas atuais e aos serviços exigidos pela sociedade industrializada e informatizada” (CAMPELLO, 1994).

Com base nisto, torna-se necessário que, cada vez mais, surjam novas soluções e abordagens metodológicas e projetuais atualizadas que permitam planejar estes contextos com a finalidade de tornarem os lugares públicos acessíveis, mais vivos e participativos para todos seus habitantes. Estas soluções podem - e devem - integrar, além dos aspectos da acessibilidade física, também a parte ambiental, assim como as atividades artísticas, sociais, culturais e

históricas, junto à indústria e o poder público de cada local, a fim tornar a economia destas cidades mais pujante e atrativa aos investimentos financeiros e ao capital intelectual dentro de um ambiente de inovação e inclusão. Consta-se, atualmente, que o urbanismo modernista criou distorções, com espaços abertos mal resolvidos dentro das cidades, devido à importância dada aos automóveis e com edifícios em detrimento do espaço público e o pedestre. Como resposta a estas distorções, Gehl aponta a necessidade de “criação de bons espaços urbanos para os pedestres, levando em consideração as possibilidades e limitações ditadas pelo corpo humano” (JAN GEHL, 2010).

Sendo assim, o aspecto social ligado à cultura e a história juntamente com a acessibilidade fazem parte deste contexto urbano que possibilita uma nova abordagem no processo de planejamento. Dentro do contexto social da atualidade, merece uma maior atenção o grupo social denominado de idosos, que são as pessoas que têm idade igual ou superior aos 60 anos.

Este grupo da sociedade tem se destacado por apresentar uma ascendência percentual crescente, devido aos avanços da medicina e o acesso à informação nas últimas décadas. O aumento significativo deste contingente populacional, os idosos, representa o envelhecimento da população em nível mundial e traz com ele novos desafios à acessibilidade e à forma como se vê e se projetam os espaços públicos abertos nas cidades.

Dentro destes espaços públicos abertos, destacam-se as praças e parques, que são os lugares mais frequentados por este segmento citado, fazendo parte do seu lazer e do seu habitar, sendo que o conceito de habitar deve ser compreendido como toda a área onde se exercem atividades com alguma frequência, indo além da residência. A inclusão social deste setor da sociedade em meio a estes espaços públicos, praças e parques, passa necessariamente pela acessibilidade adequada às necessidades deste grupo.

Existem algumas referências de cidades e lugares, espalhadas por diferentes países, tais como Nova Iorque, Yokohama e Chapecó, que tem usado a criatividade em seus projetos para promover uma maior integração social, aliada a um planejamento sustentável, especialmente por meio de políticas públicas e iniciativas que combinam parcerias com setores privados que beneficiam o idoso e, por consequência, acabam refletindo também em melhorias, diretas ou indiretas, para os demais setores da sociedade.

A partir de ampla revisão bibliográfica e análise de contextos, este trabalho aborda a realização de uma pesquisa aplicada que tem como objeto de estudo o Parque Itaimbé, na cidade de Santa Maria - RS, tendo como base a observação de normas oficiais de acessibilidade, para propor melhorias físicas e criativas através da adequação dos passeios, rampas e mobiliário

urbanos já existentes, bem como o incremento e a proposição de novos equipamentos e áreas de lazer voltados aos idosos, a fim de garantir uma maior inclusão social dentro do referido parque.

1.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho visa investigar, refletir sobre os impactos do envelhecimento da população mundial na era pós-revolução industrial, dentro do contexto urbano dos espaços públicos abertos, como praças e parques, tendo como premissa a acessibilidade como fator de inclusão social. Para isso, se utiliza como referencial algumas cidades que abordam este tema com criatividade no seu planejamento, a fim de contribuir com objetivos a ser implementados na área de estudo, o Parque Itaimbé. Este parque, localizado no centro da cidade de Santa Maria - RS, devido a sua importância espacial e social em meio à cidade foi escolhido como objeto de estudo para o desenvolvimento de propostas de melhorias, através do planejamento voltado à acessibilidade. Dentro da proposta de adequação, prima-se através de critérios com finalidade de orientar o processo de planejamento e projeto a fim de criar nova infraestrutura e serviço voltado ao idoso, com intuito de garantir áreas de lazer e cultura que proporcionem uma maior inclusão social deste setor na área.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Mapear e analisar dados e conceitos, a fim de refletir sobre o processo de formação das cidades e o seu planejamento ao longo da história, buscando apresentar uma maior compreensão sobre o papel do idoso, suas necessidades, direitos, leis e referenciais, visualizando as causas dos paradigmas da atualidade em relação aos espaços públicos abertos, a fim de promover soluções a respeito das necessidades fundamentais deste grupo, tendo como maior enfoque a acessibilidade em meio ao objeto de estudo, o Parque Itaimbé.

Ao final, será apresentada uma análise das adequações físicas que poderão vir a ser implementadas no local, tornando-o mais acessível especialmente aos idosos, juntamente com orientações sobre atividades culturais e de lazer que podem ser introduzidas ao contexto, proporcionando uma maior inclusão social ao segmento-alvo no Parque e, por consequência, à cidade de Santa Maria (RS) como um todo e a seus moradores em geral.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para uma contextualização do ambiente de estudo deste trabalho, reporta-se, neste capítulo, a aspectos históricos e conceitos formulados por alguns autores no que se refere à formação das cidades, com uma comparação da era pré-industrial e pós-industrial e seus respectivos impactos na espacialidade e na forma de planejá-las. Na sequência, será apresentado o idoso como ator principal em ascensão, que cada vez mais ocupará protagonismo dentro dos contextos urbanos. Discorrer-se-á, também, sobre o espaço público aberto na atualidade e, por fim, resgatar-se-ão algumas referências nas quais a criatividade aliada ao planejamento sustentável favorece a criação de espaços públicos abertos que promovam a inclusão social do idoso, que é o foco principal desta pesquisa.

2.1 O CONTEXTO: AS CIDADES E SEU PLANEJAMENTO

O pesquisador Kostof (1991, p. 43) evidencia, em seus estudos, a existência de dois tipos principais de cidades. Um destes tipos é a cidade planejada, que resulta, segundo o próprio, de um processo de transformação voluntária e está associada a regimes autoritários, sendo desenhada de uma só vez na maioria dos casos conhecidos. De acordo com o autor, o traçado destas cidades, até o final do Século XIX, consistia em diagramas geométricos ordenados. Na sua mais pura forma, esse traçado seria uma grelha ou então um esquema planejado a partir do centro, tal como um círculo ou um polígono, com um sistema de ruas radiais partindo do centro, sendo que muitas vezes a geometria é mais complexa, casando as duas fórmulas puras em combinações por modelação e refração. O segundo tipo, que se refere à cidade espontânea, orgânica ou não planejada, resulta de uma sucessão de intervenções feitas ao longo do tempo e normalmente subordinadas às condições do terreno. Num local propício, as intervenções humanas ocorrem uma a uma e a aglomeração começa com duas casas, que se instalam lado a lado, mas sempre sem uma intenção bem definida. É evidente que, neste contexto, as sugestões da natureza são facilmente aceitas. Ainda segundo o autor, a forma resultante é irregular, não geométrica, com incidência de ruas curvas e tortas e espaços abertos definidos ao acaso (KOSTOF, 1991, p.43).

Como se percebe, o fenômeno urbano é complexo. em que duas situações podem vir a coexistir, sendo natural que não se encontrem modelos puros quer numa quer em outra situação. No entanto, pode-se avaliar o peso do homem e da natureza nos diferentes períodos de formação

da estrutura urbana, designando-a assim como orgânica ou planejada, sempre consoante à predominância de um destes aspectos (LAVEDAN, 1936, p.12).

Com base nestes entendimentos, a estrutura da cidade tem em seu início de formação espacial maior ou menor peso da geografia ou do planejamento do homem; porém, ao longo dos anos muitos outros fatores foram intervindo em suas constituições físicas e espaciais. Para Oliveira (2002),

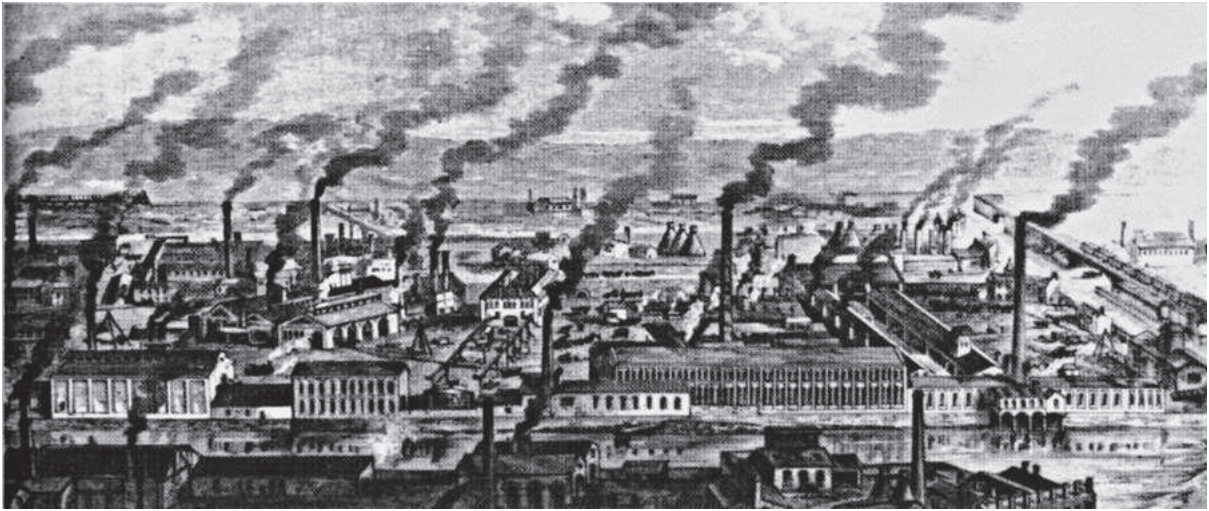
As cidades são, de forma especial, objetos culturais, sociais e historicamente construídos. Por constituírem lugares de comunicação entre diferentes grupos sociais, estão em permanente mutação, pelas distintas apropriações do espaço público e dos bens materiais constituídos. São, ao mesmo tempo, um vasto campo de racionalidade e planejamento e, por outro lado, fonte de fragmentação e aviltamento do indivíduo.

Seguindo este conceito, percebe-se que cidades são mais do que um aglomerado de edificações, podendo ser entendidas como um conjunto intrincado de redes e conexões que sofrem constantes modificações ao longo dos tempos por inúmeros fatores.

Um destes grandes momentos de transformação urbana se deu durante a Revolução Industrial, que começou primeiramente na Inglaterra, em meados do século XVIII, e posteriormente se espalhou pelo mundo. Segundo Mascaró (2010), a Revolução Industrial resultou em um aumento significativo do consumo de água e energia, dando início a uma nova era de descobertas tecnológicas na área da saúde e políticas de saneamento básico, que tiveram efeito no aumento da expectativa de vida da população.

Para Benevolo (1993), a Revolução Industrial criou e acelerou o desenvolvimento da produção em série através do uso de novas tecnologias que foram agregadas e estendidas às cidades, fazendo com que houvesse um grande deslocamento do meio rural para os arredores das indústrias, dando origem aos chamados bairros operários, que inicialmente eram dotados de desordem e carências higiênicas nas habitações, mas que deram origem, então, as chamadas cidades industriais, conforme ilustra a imagem a seguir.

Figura 1 - Cidade Industrial



Fonte: <http://rubberchickengames.com/wp-content/uploads/2016/03/Factorio-4.jpg>

A economia mudou drasticamente com o advento da Revolução Industrial e muitas cidades sofreram grande expansão em suas malhas urbanas. Foi neste período que o urbanismo progressista surgiu e ganhou força através do Movimento Moderno, que tomou forma pelo então Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Mais tarde, mais precisamente no dia 29 de julho de 1933, quando então se iniciou o IV Congresso Internacional de Arquitetura, que teve como tema central a “Cidade Funcional”, foi que se promoveu o conceito de Urbanismo como uma das chaves para a mudança qualitativa da sociedade e da vida humana, uma vez que se acreditava que as transformações sociais e econômicas deveriam relacionar-se com os fenômenos arquitetônicos (BIRKHOLZ, 1967).

Neste cenário, o urbanismo moderno vem ser a esteira do movimento modernista que ocorreu por volta dos anos 1910 e 1930 na Europa, sendo em grande parte um movimento intelectual nas artes e no projeto arquitetônico e urbano, além de outros aspectos da vida social. O discurso teórico chave do urbanismo moderno foi a Carta da Atenas (CIAM, de autoria de Louis Sert e Le Corbusier), de 1933, posicionando-se como um manifesto em urbanismo moderno. Nessa direção, o urbanismo modernista caracterizou-se por romper com as formas tradicionais de construção de edifícios e cidades, estabelecendo diferenças nos processos construtivos, seus materiais e estilos, com o propósito de construir uma arquitetura diferente, liberta e oposta a qualquer continuidade histórica, presando pelo funcionalismo.

No Brasil, a cidade modernista mais conhecida é Brasília, a capital do país, cujo projeto urbano foi de autoria de Lúcio Costa. Conforme Guehl (2014), entretanto, esta forma de

planejamento deu baixa prioridade ao espaço público, privilegiando o automóvel e os edifícios que ficaram cada vez mais “isolados, autossuficientes e indiferentes”.

2.1.1 O planejamento urbano: a sustentabilidade e o habitar

A adequada ocupação da terra passa a ser norteada pelo processo de planejamento. Neste sentido, Hoffmann et al. (2011, p. 3) explicam que o planejamento urbano, como um olhar que remete ao futuro, é uma forma de tentar prever “[...] a evolução de um fenômeno ou de um processo, e, a partir deste conhecimento, se precaver contra problemas e dificuldades, ou ainda aproveitar melhor possíveis benefícios”, pois deve o planejamento conter o máximo de informações presumíveis sobre a área de estudo. Entretanto, o planejamento urbano está longe de resolver todos os problemas e sua falta poderá ser ainda pior (BARBOSA; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009).

As cidades passam por metamorfoses de modo particular, pois crescem e se modificam pela intervenção do homem no meio natural. Dessa forma, as interferências acontecem sem controle e planejamento técnico, o que resulta em problemas como saneamento básico, estrutura viária, mobilidade urbana, luz, segurança, saúde, educação, entre outros, causando impactos ambientais de forma difusa (CASSILHA; CASSILHA, 2009).

Entendem Barbosa e Nascimento Junior (2009) que, no ambiente urbano, é a paisagem que mostra as contradições nas quais as questões ambientais da cidade tendem a se agravar, à medida que os projetos e investimentos carecem de planejamento. Portanto, a relação homem-ambiente na cidade modifica-se a partir da infraestrutura instalada, alterando, assim, o convívio social. Neste sentido, Cassilha e Cassilha (2009) reforçam que "a população mais carente, presente no meio urbano, possui maior parcela de responsabilidade pela degradação, mas também é diariamente quem mais sofre os efeitos negativos".

Desta forma, observa-se que a busca pelo crescimento e desenvolvimento urbano sustentável deve passar necessariamente por um planejamento, apoiado em estudos técnicos agregados a ferramentas tecnológicas e a um banco de dados, construídos ao longo do tempo, cujo objetivo consiste em minimizar os problemas decorrentes de sua ausência.

Segundo Fontoura (2013), o planejamento urbano é o conjunto de ferramentas que possibilita perceber a realidade local, com o objetivo de avaliar a construção de programas que visam aprimorar os aspectos de qualidade de vida atual e futura da população. Silva e Werle (2007) afirmam que o planejamento e a ocupação do território urbano devem se constituir a partir da utilização controlada dos recursos naturais, na busca do desenvolvimento equilibrado.

Ramalho (2010) assegura que, no século XXI, a humanidade continua a praticar o descuido, o descaso e o desrespeito aos limites e potencialidades dos processos naturais no momento de expandir suas fronteiras urbanas. Atualmente, as cidades representam o local do desenvolvimento, do uso intensivo de tecnologias e sinônimo de bem-estar. Entretanto, a busca pela qualidade de vida gera a controvérsia do crescimento acelerado e desordenado das cidades brasileiras, que tem resultado numa série de conflitos sociais que se adicionam às inúmeras ocupações irregulares, à criação de áreas de risco, à perda material de vidas humanas e patrimônio.

A partir destes apontamentos, observa-se a necessidade de se compreender a nova dinâmica da cidade contemporânea e de se planejá-la de maneira autossustentável, entendendo as relações entre pessoas, serviços, energia, transporte e impactos locais e repensando o planejamento urbano em nossos municípios. É evidente que o elo entre os três pilares da sustentabilidade - o social, o econômico e o ambiental, funcionam de modo interligado e podem vir a se reforçar mutuamente (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2001).

É fato que cada vez mais a sustentabilidade, em todas as suas dimensões, vem sendo discutida no âmbito do crescimento das cidades, por meio do desenvolvimento sustentável, conceito este estipulado no Relatório Brundtland¹ das Nações Unidas. Entende-se o termo desenvolvimento sustentável como aquele capaz de atender as nossas necessidades atuais sem colocar em risco as gerações futuras, orientando os esforços para os que são maioria no mundo, os mais pobres.

Por consequência, prevê-se também o cuidado com o capital natural (água potável, ar puro, proteção da camada de ozônio, mar sem poluição, terras férteis e preservação da biodiversidade), a fim de assegurar uma reserva igual ou superior a herança recebida. Logo, verifica-se que as premissas da sustentabilidade influem diretamente sobre as cidades, organismos vivos e em constante evolução (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2001).

Atualmente, um dos grandes desafios das cidades é o de ser um lugar que proporcione qualidade de vida a todos os seus habitantes. Este ganho de qualidade deve ser sustentável, isto é, deve se perpetuar ao longo do tempo, unindo ao máximo os fatores de ordem econômica, política, social, cultural, ambiental e espacial.

¹ Relatório Brundtland, também chamado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), é o documento final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU, nos anos 80 e chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Sabe-se que cada cidade possui seu sistema interligado de edifícios, de moradias, de espaços e de fluxos, que podem ser públicos ou privados, dentro de uma determinada área geográfica onde habitam pessoas que lhe conferem uma identidade própria. Assim, cada cidade apresenta-se como única em sua forma de ser.

O termo habitar vai além do edifício e pode ser estendido a toda uma cidade. O planejamento, seguindo esta lógica, deve considerar estas peculiaridades, procurando atender esta identidade própria, junto com seus valores, história, cultura, etc. Em um mundo globalizado, muitas destas soluções de planejamento têm sido importadas e exportadas entre diferentes cidades, sem levar em conta estas peculiaridades e, quando executadas, não raramente podem vir a se converter em prejuízos e perda de qualidade de vida para seus habitantes.

2.1.2 Espaços públicos abertos

Ao discutir sobre planejamento urbano, torna-se importante introduzir a definição de espaço público, que é ampla e discutida em várias ciências, pois possui diversas interpretações. Constantemente, surgem novas abordagens; entretanto, neste trabalho serão analisados especialmente os lugares dentro de uma área urbana, de cidades com base no capital, onde os pedestres, ao ar livre, podem exercer seu livre direito de ir e vir, podendo também vir a exercer manifestações populares de âmbito político e/ou cultural. Dentro deste contexto, pode-se citar principalmente as praças e parques, que são normalmente lugares destinados a reunir grande número de atividades e equipamentos urbanos disponíveis à comunidade.

Segundo Ascher (1995), o termo *espaço público* aparece pela primeira vez em um documento administrativo de 1977, no quadro de um processo de intervenção pública, agrupando na mesma categoria os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana e o mobiliário urbano. Nesse sentido, o espaço público pode ser visto como um espaço simbólico, da diferente reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona os sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos. O mesmo autor ainda complementa que, em tese, os espaços públicos deveriam ser acessíveis a todos; porém, na atualidade estão, de uma maneira geral, sendo apropriados de modo seletivo e diferenciado pelos agentes e grupos em várias cidades do âmbito nacional e internacional. Estes podem gerar associações inconscientes (que por sua vez influenciam a relação homem-espaço), que, se explicitadas e analisadas, poderiam valorizar o caráter subjetivo das questões perceptivas no processo de planejamento e gestão desses espaços

(SERPA, 2014). Este autor refere-se às relações emocionais que os espaços públicos podem gerar nos usuários que, de alguma forma, podem vir a contribuir na forma de planejá-los.

Para Gomes (2002, p. 162), em sua dimensão física, “o espaço público é, antes de tudo, o lugar - praça, rua, *shopping*, praia ou qualquer tipo de espaço -, onde não existam obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa”. Para este autor, esta condição não deve ser negligenciada, pois embora existam muitos segmentos sociais diferentes, as normas do convívio devem ser respeitadas antes, pois “o espaço público é o lugar das indiferenças, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade”, o que significa que deve ser o lugar no qual todos possam usufruir. Sendo assim, o espaço público é primordialmente uma área onde se estabelece a mistura social, onde se constitui e se manifestam comportamentos de civilidade e urbanidade, desenvolvendo-se determinado código de conduta.

Ainda segundo Gomes, é possível entender que o arranjo físico dos elementos de arquitetura é um agente que ajuda na determinação da realização de ações sociais e essa ordem espacial pode ser concebida como uma pré-condição para que essas ações se reproduzam. Isso implica em que as atividades e práticas sociais se mostrem dependentes de uma dada distribuição ou arrumação destes elementos no espaço. Sendo assim, este espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se passa (SANTOS, 1997, p. 51).

Quanto à diversidade destes públicos, que animam estes espaços e dão vida constante e intensa a estes lugares, existe a terminologia chamada de “*Publicness*”. Muitos destes espaços são e foram verdadeiros palcos de manifestações sociais que se refletem na história e na formação e atração de uma classe criativa, tais como a Praça Vermelha em Moscou ou a Praça Tiananmen em Pequim.

Quanto à forma, os espaços podem ser classificados como positivos quando possuem alguns fatores, como a convexidade, em que todos os pontos em seu interior conseguem se “enxergar”. Os espaços positivos têm uma boa relação com seu entorno, apresentando equilíbrio em seus fechamentos que propiciam sensação de acolhimento e envolvimento ao usuário. O tamanho dos espaços deve ser dimensionado levando em conta a escala humana, mas, independentemente de serem grandes ou pequenos, eles devem atender as finalidades e ao público a que se destinam (ALEXANDER et al, 1977).

Ao abordar a relação entre edifícios e espaços abertos dentro do meio urbano, pode-se considerar que deve-se ter a percepção que são ‘os edifícios que rodeiam os espaços abertos’ e

não ‘os espaços abertos que rodeiam os edifícios, pois do contrário as áreas ao redor poderiam assumir a postura de sobras, espaços residuais sem legibilidade e integralidade, podendo até mesmo serem considerados desagradáveis (ALEXANDER et al., 1987, p. 67).

Dentro deste contexto, pode-se evidenciar vários tipos de organizações espaciais consideradas públicas e abertas, ressaltando aqui os parques, sendo que para se compreender o significado destes lugares, é preciso entender alguns conceitos relacionados e suas possíveis ligações históricas e sociais no qual estão inseridos. Ao longo do tempo, o destino e uso dado a muito destes espaços, como os parques, foram mudando, bem como as formas de planejamento e suas respectivas intervenções, que fez com que muitos destes lugares perdessem o vínculo com suas identidades históricas.

Dentro deste paradigma, incluem-se vários autores, entre os quais Jacobs (2011), que critica de uma maneira mais geral as propostas do planejamento urbanista moderno e sua aplicação na cidade real. Entretanto, todo este conjunto de críticas gerou nas últimas décadas uma grande valorização dos espaços voltados aos pedestres.

Segundo o pesquisador Gehl (2013), a dimensão humana foi seriamente negligenciada no planejamento urbano, ou seja, as cidades deixaram de ser projetadas tendo como prioridade as pessoas para o “convívio ao nível dos olhos” e para a qualidade de vida delas. Este autor acrescenta, ainda, que um dos principais inimigos das cidades no contexto atual é a prioridade dada aos carros, que, segundo ele, espreme a vida urbana para fora dos espaços públicos. Além deste teórico, outros autores criticaram o urbanismo modernista, como, por exemplo, Choay (1992), que afirmou que “na busca tecnicista da cidade ideal, o urbanismo modernista desconsiderou aspectos sociais e históricos”.

Mas, apesar de todas essas críticas ao urbanismo modernista, Gehl (2013) defende ser possível reconstruir uma grande cidade e toma como exemplo a cidade de Nova Iorque (EUA) que passou, segundo ele, a oferecer melhores condições de qualidade de vida a partir do momento em que as tomadas de decisões e o planejamento passaram a considerar mais as pessoas e deram menos atenção para os carros.

Atualmente, sabe-se que os grandes desafios da sociedade urbana, no que se refere aos espaços públicos, passam por um planejamento com enfoque na sustentabilidade, apresentando novas tecnologias e abordagens sem que sejam deixados em segundo plano os aspectos históricos característicos a cada lugar e que proporcionem uma maior inclusão, para os idosos e todos os demais setores da sociedade em uma busca para conferir melhor qualidade de vida e acessibilidade ao público em geral.

Na sequência se fará uma referência aos espaços públicos abertos, que levam a denominação conceitual de Parques, tal como o objeto de estudo do trabalho, o Parque Itaimbé.

2.1.2.1 Parques

Para Bartalini (1995, p. 101), os parques e jardins existiram desde a Antiguidade, sendo que, na qualidade de equipamentos públicos urbanos, aparecem somente a partir do final do século XVIII, quando se consolidam no urbanismo ocidental, primeiro na Inglaterra vitoriana e depois nos Estados Unidos.

Ainda conforme Bartalini (1995, p. 102), as paisagens e formas oferecidas por estes espaços eram pitorescas e bucólicas. Nas palavras do autor, “os parques públicos urbanos na Inglaterra, já industrial, e nos Estados Unidos, onde o mundo rural começava a expirar, ensejavam um contato saudoso com o campo e com a natureza, bem como a fruição saudável do espaço, do ar e da luz”. Este modelo reporta, tanto pelo simbolismo de que eram portadores como pelo funcionalismo aos jardins privados ingleses do século XVII, portentosos e com extensos gramados cercados de vegetação de maior porte.

Mohr (2003, p. 36) apresenta uma definição de parques, caracterizando-os como um espaço que “despontou, no século XVII, com base na necessidade social e política da época e, já no século XIX, como realidade concreta criada especificamente para o uso público”. Para Klias (1993, p. 19), o parque atinge seu pleno desenvolvimento em fins do século XIX; porém, constata-se que ele surge como fato urbano de maior relevância ao menos um século antes. Ainda de acordo com a autora, foi entre 1850 e 1860, em especial na cidade de Paris - na França, cujo centro, por iniciativa do barão Georges-Eugène Haussmann, foi reformulado. Em contraponto, na América do Norte, “ressalta-se a instauração do Movimento de Parques Americanos, liderado pelo arquiteto-paisagista Frederick Law Olmsted, que vai dotar de parque um número significativo de cidades”, destacando-se o Central Park de Nova York (1858).

Ao longo do tempo, com o surgimento de novas tecnologias, eletricidade e novos equipamentos de lazer, os parques foram mudando suas configurações internas, sendo cada vez mais dotados destes equipamentos, perdendo aos poucos suas características originais e os espaços a serem percorridos. Esta afirmação acima é defendida por Bartalini (1995, p. 102), que cita como exemplo disso o Museu da Ciência e da Tecnologia, no interior de La Villette²,

² O *Parc de la Villette* é um parque urbano em Paris, situado no 19º *arrondissement*, na divisa com *Seine-Saint-Denis*. Foi projetado por Bernard Tschumi. Em 55 hectares de um antigo abatedouro, ele é o maior parque da cidade de Paris e sua segunda maior área verde (depois do Cemitério de *Père-Lachaise*). O parque abriga

confirmando o procedimento de “transpor para o parque, caracterizando-o, os meios originalmente ligados à produção econômica, já então liberados para entretenimento”, criando, desta forma, diferentes funções dentro da área dos Parques.

No que se refere à apropriação do espaço público urbano, Gallander (1982, p. 115) também faz uma análise dos impactos políticos econômicos e sua ligação ao lazer e à recreação, constatando que “não se trata de mais uma das atividades humanas, mas sim uma necessidade básica gerada pela divisão do trabalho e oriunda da industrialização e da urbanização acelerada de meados do séc. XIX”.

Conforme Gallander (1982, p. 116), o século XIX abre um conjunto de novas demandas técnicas, culturais e funcionais ao qual se vincula uma nova abordagem visual para a cidade, originando propostas e movimentos ligados à implantação dos parques públicos de forma mais sistêmica. Em meados deste século, a maioria das grandes cidades da Inglaterra e França já têm seus parques públicos em pleno funcionamento. Inspirada em seu exemplo, a maior parte dos países europeus (exceto a Alemanha), América Latina e algumas outras colônias seguem esta iniciativa”. A partir do início do século XX, porém, é que o desenho dos parques (*park design*) começa a surgir com mais frequência, conforme ilustram as imagens a seguir.

Figura 2 - St. James's Park em Londres



Fonte: <http://www.elhombre.com.br/oito-parques-e-jardins-para-se-perder-em-londres>. Acesso em: 23 ago2016.

construções públicas voltadas à Ciência e à Música, além de muitos "follies", que são elementos arquitetônicos construídos em jardins com formas e funções distintas.

Figura 3 - Regents Park, Londres.



Fonte: <http://www.elhombre.com.br/oito-parques-e-jardins-para-se-perder-em-londres>. Acesso em: 23 ago.2016.

De acordo com Macedo (2003, p. 43), na década de 1970 consolida-se no Brasil “a figura do parque moderno, com seu programa misto, contemplativo e recreativo, além de soluções espaciais elaboradas”. Exemplos típicos desse modelo foram construídos em cidades como São Paulo (SP) e Vitória, no Espírito Santo. Já na década de 1980, uma nova sistemática vai se estabelecendo com o uso de “procedimentos ecológicos como uma bandeira pela qualidade de vida”, principalmente por órgãos públicos “ambientais” ou do “verde” ou, ainda, nas cidades mais importantes, por departamentos ou secretarias que tendem a seguir esse enfoque no gerenciamento dos projetos de parques e praças. Para o autor, situa-se neste contexto o surgimento do conceito de um novo tipo de parque, o ecológico, cuja introdução no país ocorreu com a ampla proposta de revitalização e conservação das várzeas ainda intactas do Rio Tietê, na Grande São Paulo.

Na atualidade, ainda existem várias definições para estabelecer o que é um parque e quais são suas diferenças entre eles e as praças; porém, uma definição relativamente atual é a de Klias (1993, p. 19), que sintetiza um conceito de que parques urbanos como “espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação”.

Assim, os parques podem ser caracterizados como um tipo de área verde urbana, pois apresentam predomínio de vegetação (independente do porte) que integram o ambiente

construído, além de possuírem outras características naturais. Eles possuem, na cidade, diferentes funções, sendo as principais a ecológica, estética e lazer (NUCCI, 2001; MASCARÓ, 2002). Além disso, o poder público pode incentivar as pessoas a utilizar os espaços verdes com maior assiduidade e praticar exercícios ao ar livre, sendo que as melhorias à saúde, atribuída a estes ambientes, devem ser mais compartilhadas na busca de os tornarem mais eficazes junto à população (HANSMANN et al., 2007).

Ao considerar a necessidade de espaços mais adequados para a prática de atividade física ao ar livre, bem como para um lazer satisfatório, os parques urbanos, as praças públicas e outras áreas naturais são os locais que apresentam os maiores potenciais para estes objetivos (SOUZA, 2007). Apesar destas constatações, a realidade urbana tem sido diferente em muitas cidades. Conforme Nahas (2003), atualmente, a aglomeração urbana, bem como o desenvolvimento das tecnologias e a consequente redução de espaços livres, estabeleceram ambientes que tendem a direcionar os indivíduos a um estilo de vida inativo.

No contexto brasileiro, Macedo (2003, p. 24) explica que, num primeiro momento, existiu uma ausência de demanda por parques no Brasil, afirmando que isto se deve ao fato do lazer no país ter sido feito em “vazios urbanos, imensas áreas de terra, geralmente várzeas de rios, que praticamente recortavam todas as cidades do país”, sendo assim por mais de um século. Somente a partir de meados do século XX, com sua diminuição e mesmo desaparecimento, começou a escassez real de áreas para lazer das massas menos favorecidas, tornando-se este tipo de equipamento urbano uma necessidade social.

Dentro deste aspecto social, ressalta-se atualmente o segmento dos idosos, que representam uma parcela significativa dos frequentadores dos Parques Públicos, estando cada vez mais presentes em números absolutos dentro das cidades, especialmente devido ao aumento da expectativa de vida, requerendo uma maior atenção para as suas necessidades físico-motoras dentro destes espaços urbanos.

2.1.3 O idoso na sociedade

O idoso é uma pessoa de idade avançada, conforme entendimento popular. Ao observar todas as peculiaridades que o caracterizam e o desafiam num contexto urbano, optou-se por adotar este grupo como protagonista deste trabalho, levando em consideração que a Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica cronologicamente como idosos as pessoas com mais de 65 anos de idade em países desenvolvidos e com mais de 60 anos de idade em

países em desenvolvimento. A imagem a seguir demonstra a inclusão do idoso e melhor qualidade de vida na injunção com seus familiares.

Figura 4 - Felicidade é Aumento da Expectativa de Vida.

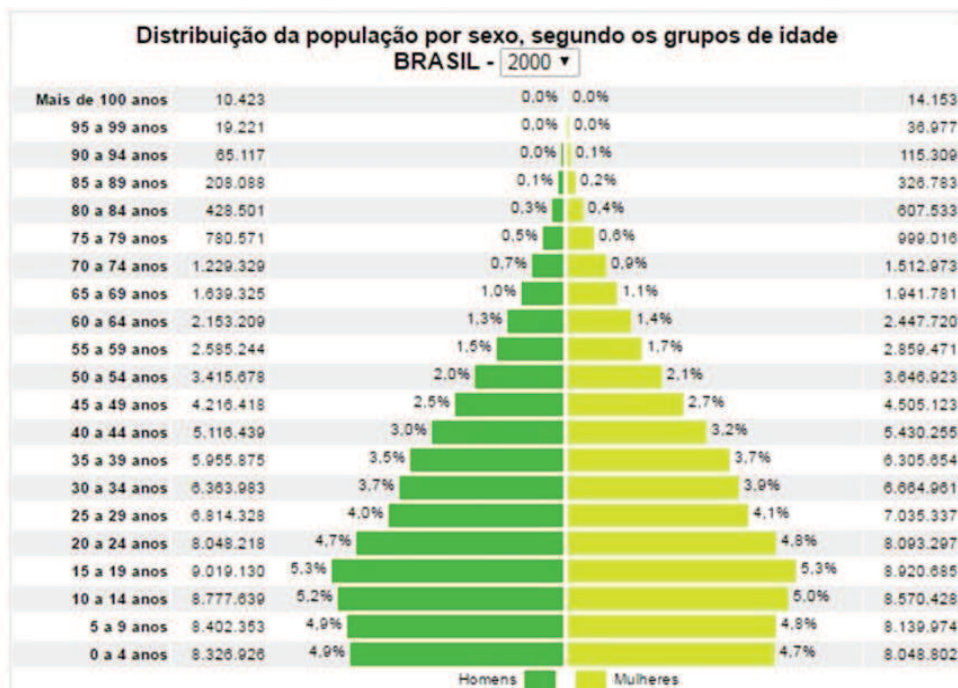


Fonte: <http://projeto세jafeliz.com/wp-content/uploads/2015/03/familia-feliz-face.jpg>. Acesso em: 26 ago.2016.

O conceito de 'velhice' variou com o tempo, pois sabe-se que este segmento envolve pessoas que tem muitos anos já vividos, ou politicamente correto falando, anos de experiência adquirida. Quando se fala sobre este grupo, logo se associa a alguém 'velho', mas que nem sempre são 'velhos'. Explica-se: julgados por sua aparência mais envelhecida, no entanto muitos senhores e senhoras tem uma vida longa e cheia de vitalidade, sendo vistos nas sociedades como um segmento em constante crescimento, atrelado a certa diminuição da taxa de natalidade e uma taxa de mortalidade reduzida, refletindo assim na expectativa de vida no Brasil, que vem crescendo continuamente. Esse acontecimento não se refere apenas ao Brasil, mas também a muitos outros países, pois conforme a OMS (Organização Mundial da Saúde), a saúde tem melhorado, mas persistem ainda desigualdades, o que faz constatar que então se a saúde melhora, prolonga-se a expectativa de vida das pessoas.

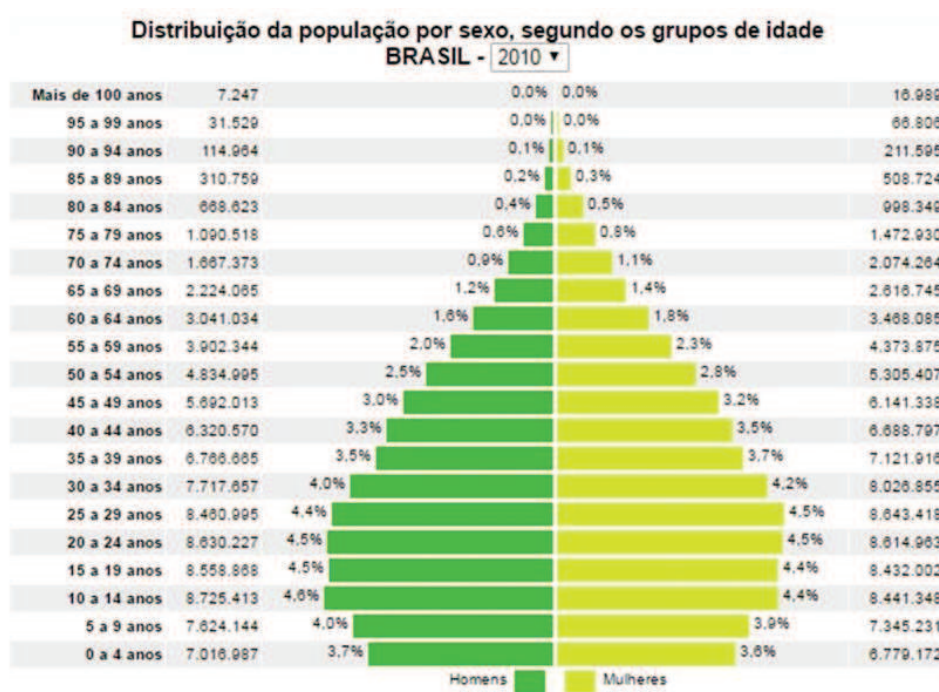
Percebe-se que muitas pessoas deste grupo, os idosos, continuam ainda trabalhando, circulando e exercendo inúmeras atividades dentro da sociedade. No entanto, a idade avançada traz com ela necessidades especiais, principalmente àquelas ligadas às dificuldades naturais psicomotoras, que se refletem em sua mobilidade e sua interação com os espaços por onde percorre. Ao observar a pirâmide etária a seguir, encontram-se dados do IBGE que indicam que entre 2000 e 2010 (ver gráficos IBGE 1 e 2) a população de idosos cresceu. A seguir gráficos comparativos de distribuição de população e o crescimento do grupo de pessoas com mais de 60 anos.

Gráfico 1 – Distribuição da População Segundo Grupos de Idade Ano 2000.



Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice>. Acesso em: 23 ago. 2016.

Gráfico 2 – Distribuição da População Segundo Grupos de Idade Ano 2010.

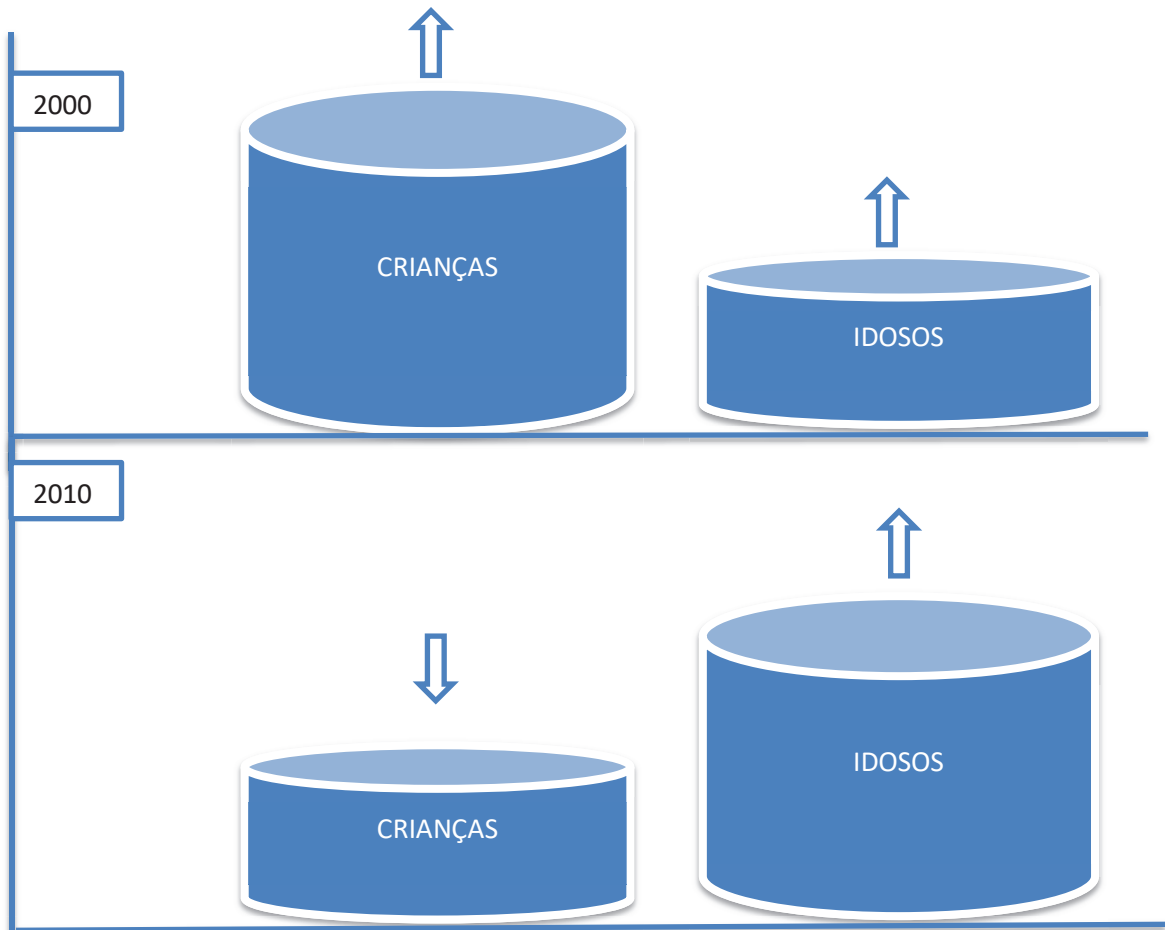


Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice>. Acesso em: 23 ago.2016.

Pode-se observar, nos gráficos a seguir, que em dez anos a população teve um aumento significativo e que a taxa de natalidade teve uma queda muito elevada, já que pessoas de 60 a

64 anos, que consiste a faixa da terceira idade, subiram de 2,7% para 3,4%, totalizando homens e mulheres no ano de 2000 em comparação a 2010 com um crescimento misto de 0,7%.

Gráfico 3 - Relação Crianças e Idosos 2000 e 2010



Fonte: IBGE/Ivan Posser Moro, 2016.

Conforme se observa nestes gráficos, as famílias estão tendo menos filhos e com o avanço da medicina e pesquisas em saúde aumenta-se, então, a longevidade dos já existentes, o que se mostra ser uma tendência ascendente. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que, entre os anos de 2000 e 2050, a proporção da população mundial com mais de 60 anos passará de 11% para 22%, chegando a 2 bilhões de pessoas no total.

Juntamente com este processo de envelhecimento da sociedade, normalmente começam a surgir necessidades espaciais diferenciadas, ou seja, os idosos apresentam, muitas vezes, limitações que influenciam sua interação com o seu entorno. Como exemplo, citam-se os idosos com dificuldade de ouvir determinadas frequências, assim como aqueles que começam a

apresentar dificuldades visuais e problemas relacionados às articulações, entre outros. Estas necessidades específicas implicam que cada modificação fisiológica pode vir a acarretar uma dificuldade nova frente ao uso do espaço público e de equipamentos disponíveis. No entanto, o processo de envelhecimento não impede que os idosos possam desenvolver atividades de lazer, desde que tais lugares sejam acessíveis, confortáveis e seguros.

Segundo o Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde do ano de 2015, não existe um idoso “típico”, embora a maior parte destas pessoas apresente múltiplos problemas de saúde com o passar do tempo; porém, a idade avançada não implica necessariamente em dependência de outros.

Tratando-se de benefícios aos idosos, existem garantias, direitos e deveres que são assegurados a todos que se enquadram na faixa da ‘melhor idade’. No Brasil há o Estatuto do Idoso (lei n. 10.741, de 1.º de outubro de 2003) que, conforme é instituído no mesmo, regulamenta direitos e garantias para pessoas com idade igual ou superior aos 60 (sessenta) anos; portanto, este segmento goza de todos os direitos fundamentais à pessoa humana, podendo então desfrutar de uma sociedade mais igualitária e significativamente ativa e inclusiva.

2.1.3.1 Filosofia de vida do idoso

Para entender um pouco mais a mente dos idosos, é preciso lembrar que nenhum ser humano gosta de se sentir isolado ou preso a determinados contextos, pois este, sem dúvida, é o momento em que o homem se encontra consigo mesmo em sua solidão, como explica Jean Paul Sartre³ (1946). Segundo o autor, “por existencialismo, entendemos uma doutrina que torna a vida humana possível”; portanto, “se somos humanos, existimos”, dessa forma, não deveríamos então desaparecer da sociedade, mas sim fazer parte dela até o fim”. Porém, na atualidade, o contexto apresenta-se diferente, já que muitas vezes os idosos são vistos como ‘figurantes’ em vez de ‘protagonistas’ em suas próprias vidas. Com esse entendimento, defende-se que ninguém nasceu apenas para a solidão, sendo que todos são livres para viver, pois há liberdade de escolha e a existência a pertence às pessoas. Por este motivo necessita-se saber como usá-la adequadamente.

[...] Certamente, pode-se dizer que alguns meios nos ajudam a perceber como fazer isso. Por esse motivo, resgata-se aqui uma narrativa de um livro⁴ que ilustra

³ Filósofo, escritor e crítico francês, conhecido como representante do existencialismo. Acreditava que os intelectuais têm de desempenhar um papel ativo na sociedade.

⁴ O Livro da Bruxa é uma obra de ficção, um clássico publicado pela primeira vez em outubro de 2000 no dia do Halloween. O Livro da Bruxa conquistou milhares de leitores ao longo dos anos e transformou-se em um verdadeiro *cult*.

claramente a história de um médico que vivia apenas para seu trabalho e sequer tinha tempo para viver, mas uma "jovem idosa" lhe ensinou que nem tudo na vida é trabalhar e sim ter amigos, fazer parte do mundo, andar "mais devagar", contudo é fazer daqui um lugar onde o tempo passa sem perder-se dos seus objetivos, é ter uma perspectiva diferente sobre a vida, pois quando se "amadurece" é que as pessoas tem noção do quanto deixaram de fazer, e os momentos que ainda lhes restam são tão preciosos que então "começa se a viver" (O Livro da Bruxa: Obra de ficção, 2000).

Entende-se que é precisa mudar e muito para ‘existirmos completamente’, sendo que a existência e a vontade de viver mostra exatamente um dos principais problemas do egoísmo, da exclusão e da desinformação, pois quando se está neste mundo é para fazer o bem e não o contrário. A velhice é uma conquista; portanto todos, por natureza, são seres sociais. Então, se se quiser viver em sociedade, é preciso fazer parte dela, informando-se, tornando-se mais humanos e deixando de fazer exclusões por achar que ser "idoso" é menos que os mais jovens. Se houver a exclusão desta classe de maior idade, certamente todos serão punidos pelos atos que infringem os direitos dos demais, conforme defende Willian Glasser⁵: *“melhorar os nossos relacionamentos é melhorar a nossa saúde mental”*.

2.1.3.2 A acessibilidade e o direito dos idosos perante a lei

O homem deve encontrar os meios, conforme suas necessidades, de integrar-se ao ambiente, para que possa corresponder o seu direito de ir e vir, sem obstáculos que dificultem seu trajeto e configurem em ganho de qualidade de vida. Com esse entendimento, a acessibilidade destaca-se com uma necessidade que deve se fazer presente nos mais diversos setores, indo desde aos sistemas da tecnologia de informação e transportes até os meios físicos dos lugares que facilitem a locomoção e seus equipamentos, com atenção especial ao segmento dos idosos, sendo este o enfoque do trabalho.

No Brasil, existe a Lei número 10.098, também conhecida como Lei de Acessibilidade, que visa estabelecer normas e critérios básicos para o acolhimento de todas as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência e/ou que apresentem mobilidade reduzida. Esta lei contempla no artigo quarto a seguinte afirmativa: "as vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se uma ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover a mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida". Para complementar, em seu

⁵ Engenheiro químico, médico e psiquiatra, lançou em 1965 um de seus principais trabalhos: *Reality Therapy*.

parágrafo único se vai além, dizendo que: "os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível".

Pode-se dizer então que, em concordância com estas leis, que as pessoas com mobilidade reduzida (não apenas deficientes, mas também os idosos que têm certa capacidade motora reduzida em suas tarefas diárias) possuem também direitos, já que a lei refere-se a todos os espaços públicos que devem estar adaptados, de forma a proporcionar conforto e bem-estar aos portadores de deficiência e mobilidade reduzida, inclusive os de "maior idade".

Conforme o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), estabeleceram-se regras que objetivam preservar e regular os direitos assegurados pelos cidadãos brasileiros com idade igual ou acima de 60 anos. Dele, destacam-se os seguintes artigos:

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral que trata esta Lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Tratando-se de habitação, a legislação brasileira é clara em referir-se à implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso (Art. 38, II); portanto, os idosos têm direito ao lazer e a meios públicos, tais como praças e equipamentos, para seu melhor bem-estar. Ainda para os cidadãos idosos, a norma também estabelece, em seu artigo 41, a obrigatoriedade e critérios estabelecidos para assegurar vagas de estacionamento específicas para pessoas idosas:

Art. 41. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Essas disposições foram conferidas pelas Leis 10.098/00, que confere direito aos portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, na qual poderiam, também, ser encaixados idosos com tais características. Posteriormente, entrou em vigor a lei 10.741/03, mais específica aos direitos dos cidadãos com idade igual ou superior a 60 anos, abrangendo uma parcela de idosos que apresentam ou não algum tipo de dificuldade especial.

Neste cenário, o equipamento urbano ou o mobiliário deve ter como parâmetro principal a ergonomia e dados antropométricos inclusivos, além de inovação da estética, proporcionando interatividade e conforto ao usuário, neste caso, o público acima de 65 anos. Para isso, deve ser levado em consideração também os materiais pelos quais são feitos, considerando a sustentabilidade, a segurança e sua distribuição no espaço, não fazendo barreiras à passagem de pedestres nas áreas de circulação.

É sabido que o idoso possui algumas necessidades mais específicas que estão ligadas a certas limitações individuais, tanto motoras como visuais, agravadas de forma natural pela idade; porém, contudo, tal segmento vem sendo, de certa forma, auxiliado e regulamentado por leis e normas vigentes. Cita-se como exemplo a NBR 9050⁶, cujo objetivo é o de garantir a acessibilidade que, porém, pode vir a ser complementadas através do uso de criatividade e de estudos mais aprofundados.

Atualmente, vem ganhando destaque nas cidades as academias ao ar livre, que tem como característica, além dos exercícios, promover a interação social, que são bons estímulos à saúde do idoso; porém, a repetição em série de equipamentos com uma mesma forma, utilizados de maneira replicada, consequência da industrialização, conferiu certa homogeneidade visual em diferentes lugares. A seguir figura demonstrativa de idoso rumo a seus direitos conforme a Lei nº 10.741/2003.

Figura 5 – Idoso Rumo a Acessibilidade Brasileira.



Fonte: www.adital.com.br/arquivos/estatuto-do-idoso-f.jpg/. Acesso em: 02 mai.2016.

⁶ É uma norma extensa que define aspectos relacionados às condições de acessibilidade no meio urbano. Estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construções, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade (inclusão), indicando especificações que visam proporcionar à maior quantidade possível de pessoas independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade a utilização segura do ambiente ou equipamento.

Para Lefebvre (1991), não é necessário um exame muito atento das cidades modernas, das periferias urbanas e das novas construções, para constatar que tudo se parece muito. A dissociação, mais ou menos artificial, entre aquilo que chamamos de “arquitetura” e o que se denomina “urbanismo”, isto é, entre o “micro” e o “macro”, não contribuiu para o incremento da diversidade na morfologia urbana. Ao contrário, o repetitivo substituiu a unicidade, o factual e o sofisticado prevaleceram sobre o espontâneo e o natural e o produto sobre a produção. Esses espaços repetitivos resultam de gestos e atitudes também repetitivos, transformando os espaços urbanos em produtos homogêneos que podem ser vendidos ou comprados. Não há nenhuma diferença entre eles a não ser a quantidade de moeda neles empregada, dominando a repetição e a quantificação. As constatações de Lefebvre (1991) ressaltam a falta de uma exploração mais aprofundada no que se refere às identidades urbanas, sendo que essas “identidades”, segundo Serpa (2014), constroem-se sempre a partir do reconhecimento de uma alteridade. Isso, no entanto, só pode acontecer onde há interação, transações, relações ou contatos entre grupos diferentes.

A acessibilidade sob o ponto de vista material é, portanto, imprescindível, e deve garantir o direito de acesso aos idosos e todos os demais dentro dos espaços públicos; porém, ela pode ser entendida dentro de um conceito mais amplo em que se inclui também uma identidade urbana. Esta identidade está vinculada com uma identidade social que, segundo Serpa (2014), é determinada pelo “capital escolar” e pelos modos de consumo local. Tais afirmações, então, ampliam o conceito da acessibilidade nos espaços públicos das cidades contemporâneas, acrescentando um novo paradigma a ser incluído no processo de planejamento.

Dentro deste contexto social, os idosos posicionam-se como um grupo diversificado e que ocupam todas as classes sociais, com diferentes índices de escolaridade e cujo papel na sociedade será discutido mais adiante.

2.2 AS REFERÊNCIAS: CIDADES CRIATIVAS VOLTADAS PARA O IDOSO

Como vem sendo argumentado, as cidades e os seus valores vem mudando com o passar do tempo, pois possuem dinamismo próprio, com diferentes protagonistas que, na maioria das vezes, possuem distintos interesses. No mundo atual de viés capitalista, os interesses econômicos tendem a prevalecer sobre os demais, ou seja, a busca pelo lucro imediato, muitas vezes, chancela as chances de ganhos com perspectivas mais duradouras e sustentáveis que possam vir a refletir em ganho coletivo. Mesmo nesse cenário controverso, algumas cidades

vêm conseguindo destaque por empreender projetos criativos, com especial atenção para o segmento dos idosos, como se verá a seguir.

2.2.1 Cidades criativas

Tendo em vista os aspectos que vem sendo discutidos, surgiram e surgem novas abordagens sobre as cidades e seus desafios presentes e futuros, aliando o ganho de capital ao ganho da qualidade de vida de um modo geral, através da valorização cultural, social e intelectual, integrados ao uso da criatividade com foco na solução de problemas e, ainda, tendo em vista a inovação. Dentro deste contexto, emergiu o termo “Cidades Criativas”, conforme Reis (2011), de proposição do inglês Landry, por volta dos anos 1990, e atualmente sendo investigado por muitos pesquisadores das áreas envolvidas.

Este conceito de “cidades criativas” origina-se do que se denominou “economia criativa” que, segundo o autor inglês Howkins (2001), em seu livro “The Creative Economy”, define como uma atividade nas quais a criatividade e o capital intelectual são a matéria-prima para a criação, produção e distribuição de bens e serviços que dão ênfase ao potencial coletivo e/ou individual para construir serviços e itens criativos, neste caso, focado às demandas das cidades. As atividades deste setor estão baseadas no conhecimento que cria bens tangíveis e intangíveis, intelectuais e artísticos, com conteúdo criativo e valor econômico, segundo as Nações Unidas.

Mais precisamente, as “cidades criativas” são, portanto, aquelas que se utilizam desta “economia criativa”, unindo comércio, indústrias, artistas, intelectuais e demais ramos sociais em um movimento que tende a trazer benefícios que visam a qualificar também os espaços públicos. Segundo Reis (2011), a inovação, as conexões e a cultura são premissas para uma cidade criativa, sendo que:

- As inovações são o uso da criatividade aplicada à resolução de problemas ou visando a antecipação de oportunidades. Estas inovações podem ser de âmbito social, ambiental, tecnológico e cultural urbano.

- As conexões se dão entre o passado da cidade, que forma sua identidade, e sua estratégia de futuro.

- A cultura compreende produtos, serviços, patrimônio (material ou imaterial) e manifestações de caráter único; pelas indústrias criativas, abrangendo cadeias culturais, da criação à produção, com impacto econômico na geração de empregos, renda e arrecadação tributária; ao agregar valor a setores tradicionais, dando-lhes diferenciação e unicidade.

Por sua vez, para Landry (2013), a qualidade de uma cidade criativa oferece um roteiro rico e com variadas experiências, que podem ser vivenciadas, como é o caso da culinária, da arte, do patrimônio, entre outros, bastando que o local seja atrativo o suficiente para contentar os moradores e atrair os turistas.

Sabe-se que, dentro deste cenário de cidades criativas, existem aquelas que usam o seu planejamento de criatividade para a inclusão do idoso dentro dos espaços públicos, tais como a cidade de Yokohama no Japão, Chapecó no Brasil e Nova York nos Estados Unidos, entre outras tantas.

2.2.1.1 Cidade de New York - EUA

A partir do ano de 2007, os administradores locais da cidade de Nova York decidiram prospectar uma forma mais sustentável de planejamento por meio de um modelo mais adaptado à escala humana. Desta forma, através de um levantamento da vida pública e do espaço público desenvolvido pelo arquiteto dinamarquês (GUEHL, 2013), pode-se contabilizar o número de pessoas que ocupam determinado espaço e como elas utilizam-nos. Dados importantes apontaram que apenas 10% das pessoas nas ruas eram crianças e idosos e que 90% do espaço da *Time Square* era destinado aos carros, muito embora mais de 90% das pessoas que lá estavam fossem pedestres.

A melhora da habitabilidade de Nova Iorque implicou na transformação dos espaços existentes, voltando-se os mesmos para as pessoas e também criando uma nova maneira de deslocamento interno, interligando os bairros do entorno por meio de seis mil quilômetros de ciclovias pavimentadas e mais seguras. As intervenções pontuais nas regiões da *Time Square*, *Broadway* e *Herald Square* deram aos nova-iorquinos a chance de experimentar rápidas e novas mudanças, em contraponto aos demais locais não modificados, como o *Worth Square*, próximo ao *Madison Square Park*. A percepção das diferenças entre os lugares e não lugares gerou um comparativo, facilitando a aceitação do público.

Em uma breve comparação com a cidade de Nova Iorque de 10 anos atrás, percebe-se que a reformulação de algumas praças e parques da cidade primou por um formato melhor, mais interligado ao usuário. Além disso, a cidade recebeu um acréscimo de 50 novas praças em seus cinco distritos. Somente ao longo da *Broadway*, cinco novos locais abriram espaços livres, diversificados e de acesso gratuito, sendo equivalentes, em tamanho, ao *Bryant Park*. A *Time Square*, em especial, foi a que sofreu a modificação mais impactante, tornando-se símbolo da mudança de mentalidade social.

Ao sofrer um processo de pedestrianização, a região da *Time Square* pode se desvincular do automóvel e conectar-se mais com as pessoas. A diminuição do tráfego e o incentivo ao pedestre fez do lugar um espaço tão movimentado que por dia passam milhares de moradores e turistas, auxiliando na melhora gradativa dos negócios locais. Desta forma, observa-se que uma cidade mais voltada às pessoas pode ser capaz de gerar mais vitalidade e que bons investimentos na esfera pública garantem melhorias as quais todos podem vir a desfrutar.

Posteriormente, foi lançado o *World Class Streets: Remaking New York City's Public Realm* (Ruas de Classe Mundial: Refazendo o Espaço Público de Nova Iorque), que vem a ser um relatório publicado no ano de 2008 sobre o planejamento dos espaços públicos de Nova Iorque. Este relatório expôs alguns dos principais problemas nas ruas da cidade na época e apresentou programas que buscavam soluções para melhorar a qualidade de vida da população. O mesmo estava baseado em dois planos: o plano de sustentabilidade (PlaNYC), desenvolvido pelo prefeito Bloomberg's (da época); e o plano estratégico do Departamento de Transportes de Nova Iorque (NYC DOT), que primava por ruas mais sustentáveis. Através destes planos, a cidade de Nova Iorque buscava se tornar uma *urbe* referência na vanguarda do desenvolvimento urbano mundial.

Dentre os problemas levantados pelo *World Class Streets*, destacaram-se: calçadas pequenas e congestionadas; obstáculos nas calçadas (como bancas de jornal e comércio ilegal); a aglomeração de pessoas na beira das mesmas, afetando o transporte público; as ruas que não possuíam muitos locais para as pessoas sentarem-se (observou-se mais andaimes nas ruas do que mobiliário urbano); escassez de opções para simplesmente parar (locais para espera ou pontos estratégicos para uso do celular, por exemplo); observavam-se também poucas crianças e idosos nas ruas; vários locais públicos eram de difícil acesso; e muitas fachadas de comércio no térreo encontravam-se fechadas (sem utilização do espaço).

Tendo como base as informações levantadas e os problemas identificados, os planos desenvolvidos buscaram a qualificação da vida pública da cidade e, dentre os programas, propostos, estavam:

- Projeto da Avenida Broadway;
- Programa de praças públicas;
- Projetos completos para as ruas e definição de padrões de design;
- Programa caminhos seguros para idosos e estudantes;
- Programa de arte pública;
- Mobiliário urbano estratégico;

- Ruas pedonais e de ciclismo nos finais de semana conforme demonstra a figura a seguir.

Figura 6 - Final de semana livre de carros.



Fonte: Gehl Architects. Acesso em: 23 jun.2016.

O planejamento para a cidade de Nova Iorque levou como base as informações apontadas acima e também propôs, entre outras táticas, o envolvimento das pessoas em usos e atividades na cidade. Um exemplo desta tática foi o convite para que as pessoas interagissem entre elas nas quadras do entorno da Broadway, num projeto intitulado “*Broadway Boulevard*”. Este projeto desenvolvido pelo Departamento de Transportes de Nova Iorque teve como objetivo inicial a redução do conflito entre automóveis e pedestres, além de suprir a carência de mobiliário urbano para que as pessoas pudessem, simplesmente, sentar-se, a fim de conversar ou contemplarem o ir-e-vir da cidade.

Dessa forma, no verão do ano de 2008, as principais quadras nos arredores da *Broadway* foram fechadas para veículos e mobiliários urbanos temporários (e de baixo custo) foram colocados em diversos pontos. Estes locais com móveis contemplavam tanto as áreas exclusivas para pedestres quanto locais onde havia a interface com vias de veículos. A população foi informada, através de ampla propaganda, incluindo divulgação em diversos departamentos e grupos comunitários da cidade. Buscava-se, assim, explicar o objetivo das propostas de forma clara, bem como incentivar a interação e o reconhecimento de diferentes pessoas que habitam e interagem com a mesma cidade.

A resposta da população foi muito positiva, confirmando-se pela presença de pessoas nas ruas e pelo uso do mobiliário urbano nos locais disponibilizados. Porém, alguns pontos ficavam às margens de vias de veículos e foram demarcadas apenas por meio de pinturas no

chão e sem delimitações físicas. Em função desta característica, no ano de implantação (2008), foram relatados acidentes, sendo alguns leves e outros graves, em decorrência da falta de limites claros para pedestres e veículos (demonstrado na figura a seguir).

Figura 7- Demarcação no piso.



Fonte: Project for Public Spaces. Acesso em: 23 jun.2016.

Já no ano de 2009 novos planos foram propostos para reduzir possíveis acidentes e também porque muitos benefícios foram comprovados a partir das mudanças ocorridas. Entre as novas ideias, estavam à possibilidade de configuração variada, incluindo novos fechamentos de vias, limitações de conversões para veículos, revisão da rede de transporte público bem como novas regras de estacionamento, tempo e coordenação entre sinaleiras, com a criação de ciclovias e de pequenas praças. No ano seguinte, em 2010, concluiu-se que a experiência foi bem-sucedida e decidiu-se pela mudança permanente.

Um ponto crítico na cidade era o antigo cruzamento entre as vias *Broadway* e *Manhattan*, onde sempre se observavam congestionamentos e o espaço dos pedestres era reduzido à estreitas calçadas, tornando o local um ambiente desagradável. O Departamento de Transportes de Nova Iorque, em conjunto com o pesquisador Janh Gehl, por meio de consultoria, determinou o fechamento do cruzamento e a criação de mais espaços para pedestres, conforme observado na figura a seguir.

Figura 8 - *Broadway*.

Fonte: *Project for Public Spaces*. Acesso em: 23 jun.2016.

O relatório apresenta, também, como exemplo de espaço público projetado, a região em torno do *Madison Square Park*, mais precisamente na Rua *Madison Square*, onde foram criados novos paisagismos, praças e pistas de bicicletas, gerando um tráfego mais seguro para os pedestres. No centro deste projeto, uma praça foi criada com a finalidade de valorizar um prédio histórico, o edifício *Flatiron* (ver figura 9). Dessa forma, moradores, turistas e trabalhadores da área agora conseguem contemplar este edifício, que é um dos mais fotografados do mundo, podendo também desfrutar de refeições nas áreas próximas. Este espaço público é mantido pelas empresas locais e pelo *Madison Square Park Conservancy*. A figura a seguir demonstra a dificuldade de mobilidade pessoal nas grandes cidades.

Figura 9 - *Broadway*.

Fonte: *Sky Rese Cities*. Acesso em: 23 jun.2016.

A mobilidade pessoal é uma preocupação constante para o *World Class Streets*. Assim, o programa de projetos completos para as ruas, desenvolvido na *Manhattan's 9th Avenue*, buscou a separação de ciclistas de veículos a motor. Esta intervenção obteve percursos mais seguros e uma redução significativa na distância de travessia da avenida para os pedestres.

No que se refere à segurança para todos, o Programa Caminhos Seguros - para idosos e estudantes - apresenta como autodesafio uma cidade mais hospitaleira para o segmento das crianças e dos idosos. Após a identificação das áreas de risco para estas duas populações, foram propostos novos sinais de trânsito que permitem mais tempo de travessia, assim como ilhas de refúgio e calçadas extensas para proteger pedestres e encurtar distâncias de travessia. Obteve-se, como consequência, um tráfego mais seguro e com velocidade reduzida.

Além disso, programas para o uso das ruas de forma alternativa também tiveram grande reconhecimento. O programa *Summer Streets* recebeu elogios dos nova-iorquinos, de jornais locais e chamou atenção de cidades do mundo todo. A proposta previa rotas livres de carros a partir da *Ponte do Brooklyn* até o *Central Park* em três sábados consecutivos. A ideia destas ruas pedonais temporárias buscava abrir espaço para as pessoas andarem nas vias e ocupá-las com atividades locais orientadas durante o final de semana.

Ao tratar com espaços públicos, há também uma preocupação com a arte urbana. Assim, buscando uma cidade visualmente atraente, o programa temporário de arte pública reconhece a importância do design para tornar as ruas mais atraentes, vibrantes e mais convidativas para o domínio público. Propõem-se substituir o mobiliário urbano mais antigo por abrigos de ônibus, bancas de jornal, banheiros públicos, bicicletários com estética moderna e olhar global para as ruas da cidade. Além disso, programas de arte urbana foram introduzidos, organizando artistas para projetar, fabricar e instalar obras de arte em determinados locais, sem fins lucrativos.

Por fim, para facilitar as mudanças propostas que visavam garantir segurança e habitabilidade, propôs-se a criação de um manual para projetos de ruas (*Street Design Manual*). Este manual aborda a geometria das ruas, os materiais que são possíveis de serem utilizados e busca reforçar o carácter público e multidimensional da paisagem urbana. Além disso, propõe-se o incentivo a ruas com mais árvores e vegetação que, além de embelezar e refrescar as ruas, contribuem no gerenciamento das águas pluviais.

Assim, Nova Iorque, antigamente uma cidade dominada pela cultura do carro, realizou um esforço sem precedentes para reconstruir o domínio público da cidade. Os dados da pesquisa *World Class Streets* geraram bases para definições de novas metas e projetos, possibilitando através dos benefícios comprovados a utilização das táticas implantadas como referência para outras cidades (GEHL, 2013).

De forma prática, as mudanças propostas trouxeram benefícios como:

- Sucesso no fluxo do tráfego (vindo de encontro com Jacobs, que diz que as cidades devem criar pressão nos veículos, possibilitando circulação menos favorável);
- Maior segurança na relação entre ciclistas e veículos;
- Satisfação da população com as mudanças e novas formas de interação;
- Aumento do volume de pedestres e de ciclistas;
- Grande uso das largas calçadas e das praças criadas;
- Mais segurança para idosos e crianças.

Desde o início, os nova-iorquinos foram envolvidos nestes projetos pilotos, pois além de dar às pessoas as ferramentas e habilidades para medir, testar e refinar ideias e projetos no nível da rua, um dos principais serviços do escritório de Jan Gehl foi facilitar a comunicação inclusiva.

Com este entendimento, vários espaços no coração de *Manhattan* foram recuperados para a mobilidade pessoal. Dessa forma, muitas pessoas saíram de suas casas, de seus escritórios e estão se movendo mais rápido na rua, assim como os carros. Houve um aumento de 86% de pessoas que param para encontros, para sentar, falar ou observar e 26% a mais de pessoas deixam seus escritórios para pequenas pausas. Hoje, há mais plantas, mais lugares para sentar e mais ciclistas nos espaços públicos impactados por estas ações. Assim, a vida sem o tráfego intenso consegue ambientes para emergir.

A cidade de Nova Iorque, através de um planejamento voltado ao pedestre, acabou por transformar grandes áreas ociosas e/ou muito disputadas com os veículos em espaços públicos que não beneficiaram apenas os idosos, mas também toda a comunidade local, provando assim que grandes cidades podem, através de políticas públicas, com planejamento voltado a sustentabilidade, beneficiar todos os segmentos de uma mesma sociedade.

2.2.1.2 Cidade de Yokohama - Japão

Outra referência considerável encontra-se no Japão, que é um país que possui uma das maiores percentagens populacionais no mundo de idosos, sendo que isso acabou por impor uma preocupação constante nos governos locais, especialmente com base nos gastos com saúde, que vinham aumentando com o respectivo crescimento dessa classe.

A cidade de Yokohama destaca-se, segundo o Guia de Seguros e Cuidados e Assistência da Cidade de Yokohama - Edição 2015, como uma das cidades japonesas que exhibe maiores

indicadores de idosos em relação à população total no país, com projeções de que até o ano 2025 esse segmento seja um terço da população local.

Com base nestas estatísticas, fornecidas pelo guia referido, o governo local começou a promover várias mudanças urbanas para facilitar a vida de tais moradores. Foram colocados elevadores em todas as estações de trens da cidade onde se faziam necessários, também converteram toda a frota de ônibus da cidade para piso baixo, facilitando assim o acesso destas pessoas. Também foram reconstruídos todos os edifícios públicos para garantir a acessibilidade e facilidade de locomoção, retirando barreiras e colocando pisos que não oferecem obstáculos.

Além destas alterações, todas na infraestrutura, a Prefeitura de Yokohama decidiu partir da iniciativa de que poderiam melhorar as condições de saúde destas pessoas. Para isso, lançaram um projeto chamado *Yokohama Walking Point*, que consiste em estimular a caminhada em ruas e parques da cidade, não somente para os idosos, mas estendendo esse programa a todas as pessoas com mais de 40 anos de idade.

O *Yokohama Walking Point* é um desafio de caminhada, contando com pedômetros interconectados que possibilitam comparar e medir a quantidade de passos dados entre diferentes pessoas, além de oferecer brindes, descontos e doações pelo poder público e privado, especialmente quando as pessoas que fazem parte deste programa atingem determinadas metas de percurso percorrido.

O projeto citado vem estimulando o comércio local e, ao mesmo tempo, promovendo melhora na saúde dos idosos que, com atividades físicas regulares, passam a ter uma melhora na saúde e na disposição de viver. As perspectivas de adesão ao projeto surpreenderam o governo local, que teve que ampliar o projeto por causa da grande procura de pessoas para cadastramento. Posteriormente, este programa foi ampliado a outras cidades do Japão, permitindo que se façam novos estudos em um prazo mais amplo sobre o impacto da caminhada na saúde destas pessoas em geral.

Contudo, este projeto só teve efeito por levar em consideração a infraestrutura e a acessibilidade oferecida na cidade, o que se sabe que se configura em contraponto com a realidade da maioria das cidades brasileiras que deixam a desejar muito neste aspecto. A figura a seguir demonstra a cidade de Yokohama onde idosos tem espaço para suas caminhadas.

Figura 10 – Yokohama. Idosos Fazendo Caminhada.



Fonte: <http://www.city.yokohama.lg.jp/lang/koyoko/789/en.html>. Acesso em: 23 ago.2016.

2.2.1.3 Cidade de Chapecó – Brasil

Entre estas referências escolhidas, buscou-se também mapear iniciativas desenvolvidas no Brasil. Nesta direção, a prefeitura municipal de Chapecó/SC criou, no ano de 2008, dentro do Parque Tancredo Neves (Efapi), o projeto Cidade do Idoso e a Universidade da Melhor Idade (UMIC), com a finalidade de proporcionar estímulo a atividades e experiências culturais e sociais voltadas às pessoas com mais de 60 anos. Dentro destes projetos, é ofertada uma avaliação médica e odontológica para avaliar doenças já existentes e potenciais riscos de surgimento de outras enfermidades, a fim de que o candidato possa participar das inúmeras atividades oferecidas.

Dentro do projeto, existem aulas de dança, artesanato, informática básica, assim como várias modalidades de estímulos a práticas físicas, com aulas de educação em saúde, estímulos a jogos e campeonatos dos mais variados, visando à integração entre as pessoas. A prefeitura conta com recursos próprios, além do apoio de funcionários e voluntários e parceria com a UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - para a manutenção do projeto. Este projeto foi criado dentro de um parque apenas e inclui áreas abertas e fechadas, configurando-

se em um estímulo ao idoso; porém, tem um caráter restrito e delimitado a aquela região geográfica. A seguir figura onde mostra a faixa da cidade do idoso em Chapecó-SC.

Figura 11 - Cidade do Idoso em Chapecó-SC.



Fonte: www.uniplaclages.edu.br/noticias_visualiza/3774-membros-do-programa-pet-sauderueuniplac-visitaram-a-cidade-do-idoso-em-chapeco. Acesso em: 23 ago.2016.

3 OBJETO DE ESTUDO: O PARQUE ITAIMBÉ

O Parque Itaimbé (ilustrado nas figuras a seguir) foi escolhido como objeto de estudo que receberá as análises, teorias e aproximações com as referências discutidas até então. Ele está localizado na região central da cidade de Santa Maria⁷, no Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente na área de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), que foi criado em 16/12/1857, através da Lei Nº. 400, desmembrando-se de seus municípios de origem, Cachoeira do Sul e Cruz Alta/RS.

O Parque, por sua localização central e seu tamanho, configura-se em um importante marco referencial urbano e “resulta do capeamento do Arroio Itaimbé, um dos muitos canais afluentes do Arroio Cadena, que nasce nas encostas das zonas altas em que a cidade está instalada”⁸, caracterizando assim o motivo de sua forma alongada e seu declive. Está geograficamente situado no bairro Centro, no distrito sede do município, próximo ao limite com o bairro Menino Jesus na parte central e também com o bairro Nossa Senhora das Dores no extremo Sul e com o bairro Itararé.

O surgimento da cidade de Santa Maria, de acordo com o folclore popular, teve origem no amor entre a índia Imembuí, da tribo dos Minuanos, com o branco Morotin, nas margens do popular arroio Itaimbé, que hoje corre canalizado sob o calçamento do Parque Itaimbé⁹. Para Franz (2003), os mitos de criação são os mais profundos e importantes de todos, pois descrevem a origem da percepção consciente que o homem tem do mundo. Para a autora, mesmo na atualidade, sob a égide da verdade científica, deve-se admitir o fato de que não se pode falar de nenhuma espécie de realidade, exceto em sua forma como conteúdo da consciência. Portanto, a criação deste parque e suas obras para realizá-lo aconteceram em contradição da base material do mito de criação do lugar, pois o arroio que recebeu importante destaque no surgimento da cidade hoje está escondido e canalizado sob o parque que recebe o mesmo nome de Itaimbé.

No dia 10 de janeiro de 1980, através da Lei Municipal nº. 2096/80, promulgada pelo prefeito da época, a área foi incluída no zoneamento urbano, que institui a Lei de Uso do Solo do Município de Santa Maria e dá outras providências, e considera o Parque Itaimbé (por incluir áreas de recreação e lazer e um centro cívico e cultural), como uma “área especial”, estabelecendo que “áreas especiais” são “espaços, estabelecimentos ou instalações no extremo

⁷ Santa Maria é um município do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Com 276 108 habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, é considerada uma cidade média e de grande influência na região central do estado. É a 5ª cidade mais populosa do Rio Grande do Sul e, isoladamente, a maior de sua região.

⁸ Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras (1978, p. 60).

⁹ Disponível em: <<http://www.santamariatur.com.br/lenda.htm>>. Acesso em: 26 ago.2016.

Figura 13 - Imagem aérea do Parque Itaimbé, sentido Bairro Nossa Senhora das Dores a Bairro Itararé.



Fonte: <http://esferaambiental.blogspot.com.br/2010/03/municipio-verde-santa-maria.html>. Acesso em: 23 ago.2016.

Segundo Benaduce (2007), a Lei Municipal N°. 2096/80, de 10 de janeiro de 1980, inclui o perímetro do parque no zoneamento urbano e caracteriza-o como um espaço sujeito à preservação ou a controle específico. Anos mais tarde, em 15 de dezembro de 2005, o Projeto de Lei N° 6542 veio regulamentar que o parque passa a ser considerado uma “Área de Preservação Permanente”, ou melhor, uma área “onde podem conviver Homem e Ecossistemas, sem grandes impactos ou traumas ambientais, destinada também ao turismo ecológico, atividades culturais, educacionais, recreativas, de lazer e loteamentos, desde que respeitem os recursos naturais”.

O Parque Itaimbé está dividido em cinco setores, de acordo com o Projeto Sinuelo / CURA, do ano de 1978. Conforme Calixto (2001), o Programa Cura foi criado em 30 de março de 1973, através da Resolução n° 7/73, do Conselho de Administração do extinto Banco

Nacional de Habitação (BNH), que visava à complementação urbana com recursos do governo federal.

O estudo dos setores cultural e de lazer e recreação, feito pelo Projeto Sinuelo na Área Piloto detectou, na época, uma carência de áreas para atividades comunitárias, sendo que as funções político-sociais se mostraram praticamente nulas em termos de capacidade de absorção e de área física, “demonstrando a existência de um constante vazio de áreas verdes comunitárias e de áreas com equipamento cultural, numa cidade em constante urbanização”¹¹.

A partir da análise da área do Parque Itaimbé em sua abrangência e potencial paisagístico natural, os planejadores concluíram de imediato que se tratava de uma área com tendência natural a abrigar atividades de lazer e funções culturais. A existência de um hotel nas proximidades e, dentro do complexo cívico, a construção de um centro de cultura, já demonstravam a preocupação de incentivar nesse local a implantação das atividades político-sociais da cidade. Portanto, a proposta-parque desenvolve-se dentro do aspecto lazer e cultura, fornecendo à cidade possibilidades de suprir sua carência e abrindo uma gama de opções em lazer e cultura, para que a população possa exercitar suas capacidades mentais, criativas e físico-motoras¹². Sendo assim, o programa geral de implantação do Parque Itaimbé foi desenvolvido sob dois itens:

a) Superestrutura: com áreas verdes para lazer passivo (vegetação, bancos, espelhos d'água, elementos nativos e elementos culturais informativos), áreas verdes para lazer ativo (infantil - jogos motores, aparelhos infantis; juvenil - jogos esportivos, quadra de jogos) e áreas de função especial (biblioteca infantil, centro cívico - Centro Administrativo e Câmara Municipal, museu do trem, auditório ao ar livre com concha acústica, área calçada para atividades comunitárias e barzinho);

b) Infraestrutura: com sanitários e vestiários, acessos para pedestres, acessos para veículos e estacionamentos.

As funções e atividades estabelecidas no programa deveriam organizar-se em zonas definidas, levando em conta características topográficas, elementos visuais e a influência das áreas adjacentes, bem como funções de recreação e lazer passivos que deveriam ser constantes em todas as zonas. Essas zonas, que foram denominadas “setores” no projeto de implantação do parque, seriam individualmente limitadas no sentido longitudinal pelas passagens de nível do sistema viário perpendicular à área, estabelecendo assim cinco zonas distintas, mostradas no quadro a seguir.

¹¹ Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras (1978, p. 63).

¹² *Ibidem*.

Quadro 1 - Setores do Parque Itaimbé e respectivas áreas em hectares

Setores	Área (em hectares)
Setor 1	0,72
Setor 2	2,08
Setor 3	1,10
Setor 4	1,17
Setor 5	1,26

Fonte: Costa (2008)

O Parque Itaimbé possui uma área aproximada de 63.500 m² ou 6,35 hectares (ha), conforme o Quadro 1. Em relação às dimensões dos setores que compõe o parque verifica-se que o setor 1 é o que apresenta menor área (0,72 ha) e o setor 2 o que apresenta maior área (2,08 ha). No Quadro 2 apresenta-se área em hectares (ha) dos cinco setores.

Quadro 2 – Zoneamento do Parque Itaimbé de acordo com Projeto Sinuelo

ZO-NAS	1	2	3	4	5
CARACTERÍSTICA GERAL	Primeira zona, localizada na extremidade sul da área, onde o relevo atingia o seu ponto máximo. Situada entre áreas adjacentes de uso residencial e comercial. As influências deste último e consequentemente de um fluxo viário eram muito intensas, o que condicionava a definição de um programa de funções mais dinâmicas para esta zona.	Zona de influências menos intensas pelo uso exclusivamente residencial das áreas adjacentes. Apresentava ocorrência de elementos de vegetação nativa, o que induzia ao uso de uma taxa excedente de área além da faixa de domínio inicial, e o aproveitamento da travessa Leopoldo Fróes para acesso de pedestres ligando a área com a rua Riachuelo.	Nesta zona, já existiam as propostas de localização do Centro Cívico (administrativo e cultural) e de um hotel, já em funcionamento, funções que traziam suas características definidas de polo de atração. A zona contava ainda com uma das sangas secundárias e sua vegetação nativa a considerar especialmente preservada.	Zona adjacente a áreas residenciais com ocupação bastante acentuada principalmente a leste. Trazia ainda a ocorrência de outra sanga e sua vegetação natural abundante, possibilitando uma preservação, recuperação e tratamento para acesso de pedestres (elemento ambiental) ligando a área com a rua Visconde de Ferreira Pinto.	Esta zona constituía o extremo norte do parque e estava praticamente livre de influências dinâmicas. As áreas adjacentes eram residenciais por excelência, mas com baixa ocupação o que se traduzia em um fluxo viário reduzido. A existência de duas escolas importantes a oeste e os acessos e traçados do sistema ferroviário isolados a norte da zona, incentivavam aí a definição de funções culturais além da constante de lazer passivo.
ZONAS	1	2	3	4	5
FUNÇÕES	Lazer passivo; Barzinho e restaurante com utilização de áreas internas (coberta) e externas e aproveitamento da visual norte; Estacionamentos.	Lazer passivo; Lazer ativo: quadras de jogos e pista de patinação; Sanitários e vestiários; Estacionamentos.	Lazer passivo. Complexo Cívico (centro cultural, centro administrativo, auditório coberto, praça cívica); Hotel Itaimbé; Estacionamentos; Elemento nativo (sanga e vegetação a preservar).	Lazer passivo; Área comunitária (área calçada para apresentações, exposições e festas comunitárias; espelho d'água); Auditório ao ar livre com concha acústica para espetáculos e apresentações artísticas; Lazer ativo (2 módulos de playground infantil); Sanga e vegetação a preservar e tratar para acesso de pedestres; Estacionamento.	Lazer passivo; Lazer ativo (2 módulos de Playground infantil); Biblioteca infantil; Estacionamentos.
Cota média	140 m	130m	125m	115m	110m
Área Aproximada	17.000 m2 (1,7 ha)	14.000 m2 (1,4 ha)	32.000 m2 (3,2 ha)	24.000 m2 (2,4 ha)	11.000 m2 (1,1 ha)

Fonte: Cedro (1978, p. 64-68)

A seguir figura demonstrando as áreas do Parque Itaimbé em Santa Maria – RS.

Figura 14 - Detalhamento dos Setores do Parque Itaimbé.



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-29.6851465,-53.8036601,1333m/data=!3m1!1e3> e modificações pelo autor.

Um detalhamento do Parque Itaimbé realizado pelo Jornal Diário de Santa Maria nos dias 16 e 17 de setembro de 2006 pode ser comparado com os dias de hoje, conforme se verá a seguir:

1 - Área infantil. Projeto original: área para recreação infantil, Museu do Trem, quiosque – Biblioteca Infantil, área verde e estacionamento.

Hoje: área verde, área para recreação infantil, quiosque – Casa do Gaúcho, prédio do Sesc.

2 - Área esportiva. Projeto original: Centro Municipal de Atividades Múltiplas Garibaldi Pogetti (Bombril), quiosque – bar, quadras polivalentes, patinação, área verde e estacionamento.

Hoje: Centro Municipal de Atividades Múltiplas Garibaldi Pogetti (Bombril), quiosque – bar, quadras polivalentes e área verde.

3 - **Área cívica. Projeto original:** plataforma cívica, recantos de estar, área verde e estacionamento.

Hoje: prédio da prefeitura, área verde, área para recreação infantil.

4 - **Área estar. Projeto original:** auditório ao ar livre, recantos de estar, área verde e estacionamento.

Hoje: Concha Acústica, área verde, estacionamento.

5 - **Área estar. Projeto original:** recantos de estar, quiosque – bar, área comunitária, recreação infantil e estacionamento.

Hoje: recantos de estar, quiosque – Conselho Municipal do Idoso (Comid), área para recreação infantil, área verde.

6 - **Os viadutos.** Os quatro viadutos existentes no Itaimbé delimitam cada um dos setores do parque. São eles: Viaduto João Agostini - Rua Pinheiro Machado, Viaduto Castelo Branco - Rua Tuiuti, Viaduto Heitor Campos - Rua Venâncio Aires e Viaduto Costa e Silva - Rua Silva Jardim.

A estrutura do parque em 2006 contava com a seguinte infraestrutura:

- Sete quadras poliesportivas, uma quadra de areia, quatro praças infantis, concha acústica Lupicínio Rodrigues, centro de atividades múltiplas Garibaldi Pogetti (Bombril), bebedor, quiosques, bancos, canteiros, telefones públicos;

Na atualidade, durante as 5 visitas de campo feitas para reconhecimento da área nos dias 20, 22, 24, 25 e 28 de agosto de 2016, foi constatado que em todos os setores, o mobiliário em sua ampla maioria está danificado e/ou quebrados e sem uso. Os passeios estão cheios de buracos provocados pela falta de conservação e uso de materiais inadequados, além de danos provocados pelas raízes das árvores. As escadas não são padronizadas e apresentam-se de difícil acesso, sendo que algumas simplesmente estão parcialmente destruídas. Não se constatou guarda-corpo em lugares onde o passeio acaba com abrupto declive, podendo ser passível de risco de acidentes graves, não havendo também sinalização de alerta vertical e/ou horizontal nos setores 4, 3 e 2.

Além disso, encontra-se pouco acesso feito por rampas entre os setores 3 e 4 pela Rua Tuiuti, o que dificulta o ingresso ao parque por parte de idosos e cadeirantes que vem de outras regiões ou ruas da cidade, levando em consideração também a forma estreita e alongada do Parque.

No setor 5, que tem fácil acesso através da Avenida Medianeira, o desnível é menor e a sensação do espaço é mais amplo se comparado aos setores 1, 2, 3 e 4, que vem na sequência e possuem mesas e cadeiras de concreto; porém, algumas estão destruídas e jogadas ao chão, fatos registrados por meio fotográfico pelo próprio autor. A figura abaixo demonstra tal setor e sua estrutura.

Figura 15 - Setor 5, próximo à entrada pela Avenida Medianeira



Fonte: autor.

Faltam sanitários no parque, sendo que existem apenas 3 ao longo dos 5 setores, mas apenas um está aberto de forma permanente ao público (em um quiosque no setor 5); porém, este não possui nem higiene nem preparação adequada como barras de apoio, espaço de porta e deslocamento para os idosos que fazem uso de cadeira de rodas.

O passeio que corta ao meio o parque tem uso compartilhado com uma ciclo-faixa, sendo que em grande parte do percurso o mesmo está com vários desníveis e não tem separação

física entre ciclistas e pedestres, havendo apenas uma sinalização horizontal, feitas através de pintura no chão, estando parcialmente apagada em vários locais. A figura abaixo demonstra tal setor e sua estrutura.

Figura 16 - Ciclo-faixa compartilhada.



Fonte: autor (2017).

A forma do espaço apresenta declive acentuado com visual fechado nas laterais, principalmente nos setores 3 e 4, e a iluminação é precária em alguns pontos, não sendo constatado fluxo intenso de pedestres-idosos por estas áreas nas visitas.

Inexistem atividades específicas ao idoso ao ar livre, constatando-se no local que não existem academias voltadas para a 'maior idade'. As 7 quadras poliesportivas existentes estavam, em sua maioria, desocupadas, durante as visitas.

A Concha Acústica continua pichada em comparação com o levantamento do ano de 2006, feito pelo jornal já citado, e não possui espaço apropriado para o idoso que faz uso de cadeira de rodas, além de que este espaço é usado em períodos muito raros, quando o poder público ou a iniciativa privada estimulam algum evento no local.

O Centro Municipal de Atividades Múltiplas Garibaldi Pogetti (Bombril) foi encontrado com as portas fechadas e sem nenhuma atividade desenvolvida no local. O sanitário que lá existe estava fechado a chaves, sendo que foi percebido mais uso da área pelo público mais jovem pelas redondezas e poucos idosos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por volta da década de 1960 e principalmente 1970, começaram a surgir estudos mais aprofundados sobre a Metodologia de projeto, que primeiramente, tinham como enfoque o campo da informática e inteligência artificial e ciências cognitivas. Posteriormente procurou-se usar e vincular essas metodologias para novos campos, com destaque para a área do design e arquitetura, tentando desta maneira capturar a natureza do projeto, que foi baseado na solução de “problemas mal estruturados”. Ainda por meados desse período acima citado, foi conferida uma grande visibilidade, em especial, para Simon (1978), com seu paradigma de solução racional, e posterior a ele tendo como base seu método, muitos outros quadros de metodologia foram surgindo.

Os problemas que envolvem a atividade de projeto certamente não podem ser generalizados a apenas uma metodologia em específica de métodos racionais como as de Simon, pois quando se pensa de uma maneira global na maneira de ver projeto de arquitetura e urbanismo, se percebe que existem várias etapas diferentes dentro do mesmo processo, e que existem “surpresas” como descritas por Schön (2000), em seu trabalho sobre práticas reflexivas, que exigem uma conversa reflexiva do projetista em pontos onde a definição de “problemas de projeto” falhou. Dreyfus e outros argumentam ainda que nunca há uma representação por completa do problema de projeto na mente do projetista na área do design, o que pode ser estendido à área de arquitetura, dando a compreender que a única coisa que resta é estudar em separado os locais, ou etapas do projeto.

Dentro destas perspectivas a maneira como se projetam as cidades tendem a serem constantemente revistas, para abordarem os aspectos descritos como “surpresas” por Schön (2000). O surgimento de um grande aumento da parcela da população de idosos nas cidades, devido ao aumento da expectativa de vida, poderia se configurar como uma dessas “surpresas”, e evidentemente uma variável a ser incorporada no processo de planejamento urbano na atualidade.

A Metodologia adotada inicialmente foi à busca através de fundamentação teórica, de conceitos, sobre a formação das cidades, formas de planejamento antes e pós-revolução industrial a fim de compreender suas respectivas implicações dentro da formação dos espaços públicos abertos da atualidade assim como seu uso sob o ponto de vista da acessibilidade dentro do contexto social dos idosos.

Foram listados como referenciais alguns exemplos de cidades que abordam o tema e que usam de criatividade em seu planejamento em meio a áreas públicas abertas, como fator de inclusão social dos idosos e lazer a fim de aprimorar a pesquisa.

O objeto de estudo escolhido foi o Parque Itaimbé, na cidade de Santa Maria RS, localizado em meio a referida cidade, agregador de extensas áreas verdes e potencial de práticas de atividades de lazer, física e culturais para o público alvo os idosos.

O trabalho visa em um primeiro momento apresenta os fatos históricos geográficos, e a justificativa de sua escolha acrescida de um inventário de seus principais componentes físicos voltados à acessibilidade, tais como passeios, mobiliários urbanos, escadas, rampas, sinalização horizontal e vertical bem como atividades culturais exercidas no local nos tempos atuais, que foram feitos através de um reconhecimento das configurações espaciais em campo. Para isto foi feito em outra etapa um mapeamento destes componentes nos quais foram observados quais seguem os preceitos da Norma de acessibilidades NBR 9050:2015 e quais precisam ser reformulados, usando para este fim, a identificação por meio de levantamento fotográfico.

No terceiro momento foram realizadas entrevistas com frequentadores e moradores dos arredores do parque que pertençam à classe dos idosos, concepção que (ALMEIDA, 1989, p.113-123)¹³ propõe. A partir das entrevistas, foi possível estabelecer um diagnóstico de interesses culturais e de lazer que possam vir a ser realizado no Parque Itaimbé.

Foram apresentadas novas sugestões de formas de planejamento e orientações de como se pensar as atividades que envolvem o projeto que visam à adequação dos elementos de acessibilidade física, bem como a proposição de novas atividades físicas, culturais e de lazer voltado aos idosos que podem vir a ser aplicados ao parque Itaimbé .

Por fim foi emitido uma análise e parecer geral dos principais e relevantes aspectos percorridos durante o trabalho e sintetizados por meio de 10 critérios que podem vir a ser usados

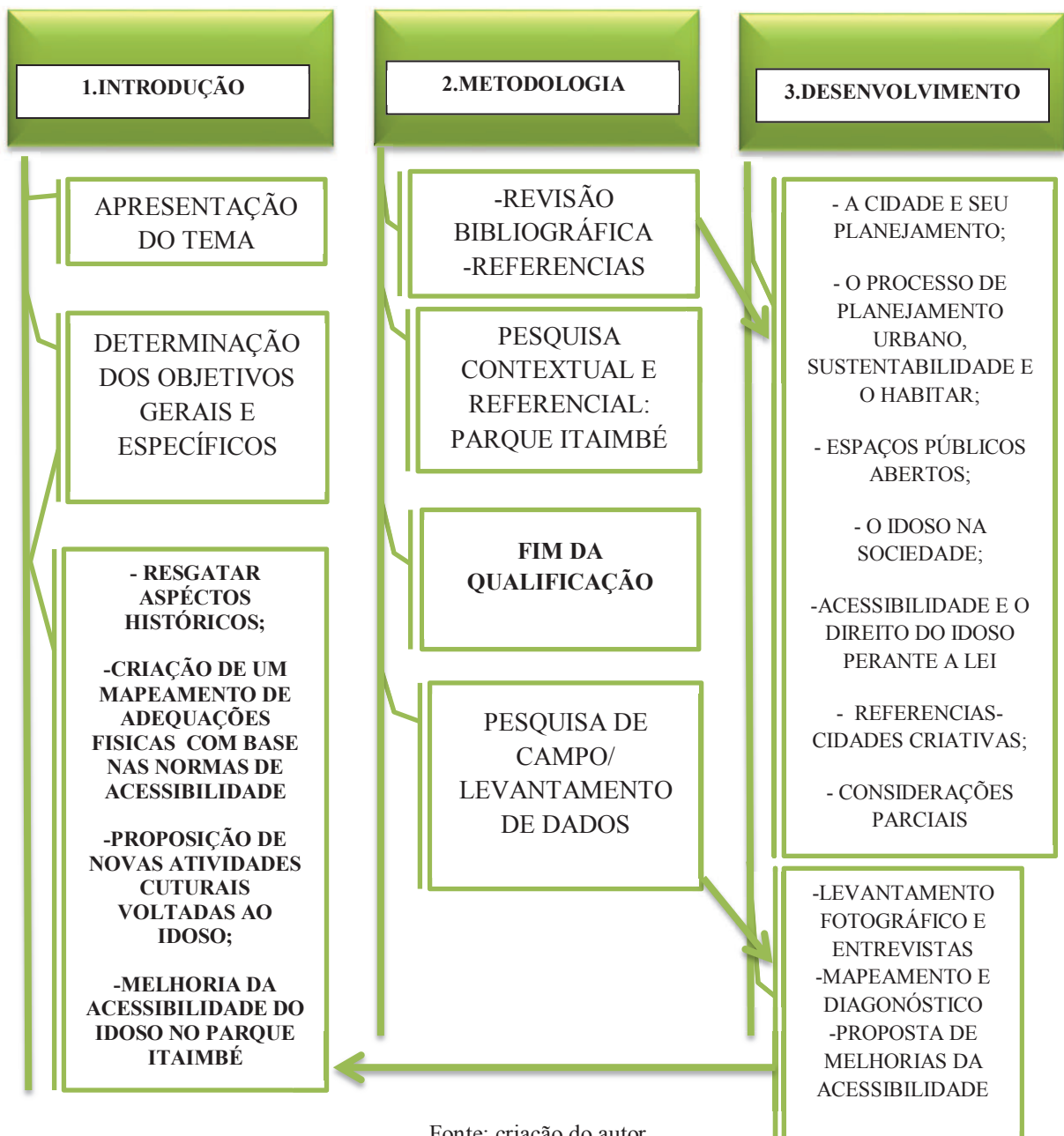
¹³ Segundo o autor, entrevista é definida como: “um método de obter informações através de uma conversa profissional com um indivíduo para fins de pesquisa. Difere da simples conversa pelo fato de ser deliberadamente planejada com intenção de alcançar um objetivo específico pelo uso de técnicas adequadas”. Para ele, entrevista direta (ou estruturada) é aquela “onde as perguntas, sua formulação exata e sua localização são determinadas com antecipação”, porém “o entrevistador pode fazer perguntas adicionais que venham de alguma forma, elucidar o problema ou ajudar a recompor o contexto”; individual significa que “o pesquisador se dirige e obtém respostas de um só indivíduo isoladamente”; formal indica um grau elevado de controle do pesquisador. O autor explica ainda que perguntas fechadas são “itens fixos de resposta para a questão”, abertos são aquelas onde o respondente “é livre para responder com suas próprias palavras” e semiaberta é uma combinação dos dois tipos.

como orientação no processo de planejamento de futuros projetos e intervenções no parque Itaimbé dentro do tema proposto.

4.1 RESUMO ESQUEMÁTICO METODOLÓGICO

No gráfico a seguir, é possível visualizar um esquema dos passos seguidos para a elaboração e apresentação deste trabalho.

Gráfico 4 – Resumo esquemático do trabalho



Fonte: criação do autor.

5 ESTUDO DO CONTEXTO COM BASE NA NORMA DA ABNT NBR 9050:2015

As necessidades espaciais dos idosos podem ser solucionadas a partir de ambientes apropriados que considerem as capacidades e limitações individuais dos usuários, considerando que, de acordo com Hunt (2006), as necessidades dos idosos podem ser subdivididas em físicas, informativas e sociais.

As necessidades físicas, que serão abordadas neste capítulo, são as mais fáceis de serem constatadas e representam os primeiros desafios a serem levados em consideração ao se projetar espaços para pessoas com limitações ou deficiências físicas. Estas necessidades estão ligadas à saúde física, segurança e conforto de quem as demandam no ambiente. Sendo assim, os espaços físicos projetados para atender as necessidades físicas dos idosos devem, especialmente, ser livre de obstáculos, a fim de evitar acidentes e haver fácil manutenção. Portanto, as características antropométricas e biomecânicas dos usuários a serem atendidos (BINS-ELY; CAVALCANTI, 2001) devem ser observadas. Para que estas necessidades físicas sejam atendidas, a infraestrutura (rampas, escadas, calçadas e mobiliário urbano em geral no contexto dos parques) deve também atender certas especificações, as quais são tratadas através da Norma NBR 9050:2015, conforme será abordado neste capítulo.

No que se referem a parques, praças e locais turísticos, a norma referida ABNT NBR 9050:2015 atribui especificações gerais e recomendações sobre acessibilidade no capítulo 10.13, página 135 e respectivos itens mencionados a partir da página 54, que se reproduz aqui:

10.13.1 Parques, praças e locais turísticos que possuam pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados devem ser dotados de rotas acessíveis (ABNT NBR 9050:2015, p.135).

6.1.1.2 A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação (ABNT NBR 9050:2015, p.54).

6.2.2 Todas as entradas devem ser acessíveis e, caso não seja possível, desde que comprovado tecnicamente, deve ser adaptado o maior número de acessos. Nestes casos, a distância entre cada entrada acessível e as demais não pode ser superior a 50 m. A entrada predial principal, ou a entrada de acesso do maior número de pessoas, tem a obrigatoriedade de atender a todas as condições de acessibilidade. O acesso por entradas secundárias somente é aceito se esgotadas todas as possibilidades de adequação da entrada principal e se justificado tecnicamente (ABNT NBR 9050:2015, p.54).

10.13.2 Nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente.

10.13.3 O piso das rotas acessíveis deve atender às especificações contidas em 6.3.

6.3 A circulação pode ser horizontal e vertical. A circulação vertical pode ser realizada por escadas, rampas ou equipamentos eletromecânicos e é considerada acessível quando atender no mínimo a duas formas de deslocamento vertical (ABNT NBR 9050:2015, p.55).

10.13.4 Pelo menos 5 %, com no mínimo uma, do total das mesas destinadas a jogos ou refeições devem atender ao descrito em 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade (ABNT NBR 9050:2015, p.135).

9.3.1.1 As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem ser facilmente identificadas e localizadas dentro de uma rota acessível (ABNT NBR 9050:2015, p.118).

Os mobiliários urbanos localizados em rotas acessíveis devem ter cuidados especiais, que são ressaltados na referida norma a partir do item 4.3.3, na página 10, a fim de que pessoas com dificuldades de locomoção não encontrem obstáculos ao livre deslocamento sem causar acidentes.




Tendo estas premissas principais acima citadas pela Norma em questão e algumas outras mencionadas na continuidade deste trabalho e compreendendo a grande abrangência da Norma, são elencados pelo autor os pontos considerados mais importantes sob o ponto de vista da acessibilidade física em relação ao Parque Itaimbé, objeto de estudo deste trabalho.





Nos dias 13 a 18 de março de 2017, foi realizada uma visita de campo pelo autor a fim de constatar e documentar, através de levantamento fotográfico e anotações, a realidade da situação no que se refere ao mobiliário urbano (bancos e mesas), bem como a qualidade dos passeios e seus revestimentos, com escadas, rampas e locais de estacionamento, promovendo assim um confronto com a norma ABNT NBR 9050: 2015, através de uma análise comentada.





Devido ao Parque Itaimbé ser dividido por setores, optou-se por realizar o trabalho dividido em etapas pelos respectivos setores, a começar pelo Setor 5, que se encontra mais próximo à Av. Medianeira, em Santa Maria - RS.





5.1 ANÁLISE DOS ASSENTOS PÚBLICOS POR SETOR

Quadro 3 – Análise dos assentos públicos por setor

SETOR	COMO DEVE SER SEGUNDO ITEM 8.9.1 DA NBR 9050: 2015, P.116	QUANTIDADE NO SETOR	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE
5	- Encosto de 100 a 110 graus de inclinação.	- 9 com encosto		- Todos os 9 assentos com encosto superior aos 110 graus.
5	- Altura entre 0,40 m e 0,45 m medida na parte mais alta e frontal do acento. - Profundidade deve ter entre 0,40 e 0,45	- 9 com encosto - 15 sem encosto		- 1 unidade do total com altura e profundidade recomendada, porém sem encosto.
5	- Devem estar implantados sob superfície nivelada com piso adjacente	- 9 com encosto - 15 sem encosto		- 10 em superfícies niveladas. - 14 em superfícies desniveladas

SETOR	COMO DEVE SER SEGUNDO ITEM 8.9.1 DA NBR 9050: 2015, P.116	QUANTIDADE NO SETOR	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE
4	- Encosto de 100 a 110 graus de inclinação.	- 11 com encosto		- Todos os 11 assentos com encostos superiores aos 110 graus.
4	- Altura entre 0,40 m e 0,45 m medida na parte mais alta e frontal do acento. - Profundidade deve ter entre 0,40 e 0,45	- 11 com encosto - 8 sem encosto		- 2 unidades do total com altura e profundidade recomendada, porém sem encosto.
4	- Devem estar implantados sob superfície nivelada com piso adjacente	- 11 com encosto - 8 sem encosto		- 10 em superfícies niveladas. - 9 em superfícies desniveladas
SETOR	COMO DEVE SER SEGUNDO ITEM 8.9.1 DA NBR 9050: 2015, P.116	QUANTIDADE NO SETOR	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE
3	- Encosto de 100 a 110 graus de inclinação.	- 7 com encosto		- Todos os 7 assentos com encosto superior aos 110 graus.

3	<ul style="list-style-type: none"> - Altura entre 0,40 m e 0,45 m medida na parte mais alta e frontal do acento. - Profundidade deve ter entre 0,40 e 0,45 	<ul style="list-style-type: none"> - 7 com encosto - 4 sem encosto 		<ul style="list-style-type: none"> - 2 unidades do total com altura e profundidade recomendada, porém sem encosto.
3	<ul style="list-style-type: none"> - Devem estar implantados sob superfície nivelada com piso adjacente 	<ul style="list-style-type: none"> - 7 com encosto - 4 sem encosto 		<ul style="list-style-type: none"> - 0 em superfícies niveladas com encosto e 2 sem encosto. - 7 com encosto e 2 sem em superfícies desniveladas.
SETOR	COMO DEVE SER SEGUNDO ITEM 8.9.1 DA NBR 9050: 2015, P.116	QUANTIDADE NO SETOR	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE
2	<ul style="list-style-type: none"> - Encosto de 100 a 110 graus de inclinação. 	<ul style="list-style-type: none"> - 1 com encosto 		<ul style="list-style-type: none"> - 1 assento com encosto que atende a inclinação.
2	<ul style="list-style-type: none"> - Altura entre 0,40 m e 0,45 m medida na parte mais alta e frontal do acento. - Profundidade deve ter entre 0,40 e 0,45 	<ul style="list-style-type: none"> - 1 com encosto - 7 sem encosto 		<ul style="list-style-type: none"> - 1 com encosto que atende. - 4 sem encosto que atendem a especificação. - 3 sem encosto que não atende.

2	- Devem estar implantados sob superfície nivelada com piso adjacente	- 1 com encosto - 7 sem encosto		- 1 com encosto atende especificação - 4 sem encosto atende - 3 sem encosto não atende.
SETOR	COMO DEVE SER SEGUNDO ITEM 8.9.1 DA NBR 9050: 2015, P.116	QUANTIDADE NO SETOR	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE
1	- Encosto de 100 a 110 graus de inclinação.	- 0 com encosto		- Sem assentos para analisar.
1	- Altura entre 0.40 m e 0,45 m medida na parte mais alta e frontal do acento. - Profundidade deve ter entre 0,40 e 0,45	- 0 com encosto - 3 sem encosto		As 3 unidades do total com altura menor que a recomenda e profundidade recomendada dentro do esperado.
1	- Devem estar implantados sob superfície nivelada com piso adjacente	-3 sem encosto		- Atende parcialmente a especificação porem poderia ser melhor nivelado.

Fonte: Autor

Conforme foi constatado no levantamento físico e fotográfico, os assentos do parque Itaimbé não são totalmente padronizados, sendo encontrados alguns com encostos, outros sem encosto, com tamanhos diferenciados em altura do solo, profundidade e inclinação de encosto variável, além de um deles ser de material distinto dos demais e não atendendo em grande parte os critérios recomendados pela norma NBR 9050, de 2015.

Bancos com encostos, assentos e apoios com altura máxima de 45 cm são recomendáveis para diminuição do esforço de levantar e sentar dos idosos. Outra questão a ser considerada é o fato de que em alguns setores do parque encontram-se poucos bancos, como no setor 1, onde existe um número reduzido destes equipamentos (e não oferecem encosto).

Sabe-se que muitos idosos possuem dificuldades para se locomover em longas distâncias e, por isso, faz-se necessário lugares para sentar, descansar e/ou parar para conversar. Neste sentido, bancos muito distantes uns dos outros ao longo do percurso dificultam o trajeto para idosos que possam apresentar maior fadiga em caminhadas mais longas. A localização dos bancos também é relevante, pois lugares em que persista muita incidência de sol ou muita sombra podem influir no uso em diferentes épocas do ano.

Já em relação às mesas, elas foram encontradas somente no setor 5, estando destruídas ou semidestruídas devido à ação do tempo e/ou depredação, com partes soltas no chão, não possibilitando um levantamento mais detalhado.

5.2 ANÁLISE DAS ESCADAS POR SETOR

Em relação às escadas, pode-se admitir esta terminologia a uma sequência de três ou mais degraus, conforme o item 6.8.1 da ABNT NBR 9050: 2015, com as seguintes recomendações nos capítulos e subcapítulos respectivos:

6.7 Quando houver degraus ou escadas em rotas acessíveis, estes devem estar associados a rampas ou equipamentos eletromecânicos de transporte vertical. Deve-se dar preferência à rampa (ABNT NBR 9050:2015, P.61).

6.8.2 As dimensões dos pisos e espelhos devem ser constantes em toda a escada ou degraus isolados. Para o dimensionamento, devem ser atendidas as seguintes condições:

a) $0,63 \text{ m} \leq p + 2e \leq 0,65 \text{ m}$,

b) pisos (p): $0,28 \text{ m} \leq p \leq 0,32 \text{ m}$ e

c) espelhos (e): $0,16 \text{ m} \leq e \leq 0,18 \text{ m}$ (ABNT NBR 9050:2015, p. 62).

6.8.3 A largura das escadas deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas, conforme a ABNT NBR 9077". A largura mínima para escadas em rotas acessíveis é de 1,20 m e deve dispor de guia de balizamento conforme 6.6.3 (ABNT NBR 9050:2015, p. 62).


6.8.8 Entre os lances da escada devem ser previstos patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m. Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada. Quando houver porta nos patamares,

sua área de varredura não pode interferir na dimensão mínima do patamar. e 2 % em escadas externas (ABNT NBR 9050:2015, p. 62).



A localização das escadas, o uso de corrimão e a devida sinalização previstos na ABNT NBR 9050: 2015 também são pontos importantes sob o ponto de vista da acessibilidade; porém, foi avaliado o dimensionamento dos degraus, espelhos, largura e a existência de patamares se necessários ou não, conforme os itens da norma especificados acima. A numerologia indicada na análise das escadas trata da ordem de distância, tendo como referencial e ponto de partida o Setor 5, pela Av. Nossa Senhora Medianeira.



Quadro 4 – Análise das escadas por setor



SETOR	ESCADA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.62
5	ESCADA 1		<ul style="list-style-type: none"> - Item 6.7 - Atende à especificação - Item 6.8.2 - Não atende espelhos inferiores a 16 cm e patamar superior a 30 cm. - Item 6.8.3 - Não atende largura mínima inferior a 1.20 metros, sem guia de balizamento. - Item 6.8.8 - Não é necessário patamar neste caso.



5	ESCADA 2		<ul style="list-style-type: none">- Item 6.7- Escada em rota acessível não associada à rampa.-Item 6.8.2 - Não atende, espelhos de altura variável, com alguns inferior a 16 cm e outros superior aos 18 cm, chegando em alguns pontos a 30 cm.- Item 6.8.3 – Não atende largura mínima inferior a 1.20m, sem guia de balizamento.- Item 6.8.8 – Atende.
---	----------	---	---


SETOR	ESCADA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.62
4	ESCADA 3		<ul style="list-style-type: none"> - Item 6.7 - Não atende à especificação. - Item 6.8.2 - Não atende espelhos com altura variável superior em alguns degraus aos 18 cm. - Item 6.8.3- Não atende largura mínima inferior a 1.20 metros, sem guia de balizamento. - Item 6.8.8- Não é necessário patamar neste caso.
4	ESCADA 4		<ul style="list-style-type: none"> - Item 6.7- Não atende, escada em rota acessível não associada à rampa. - Item 6.8.2 - Não atende, espelhos de altura variável, alguns superiores aos 18 cm, chegando em alguns pontos a 35 cm. - Item 6.8.3 – Não atende largura mínima inferior a 1.20m, sem guia de balizamento. - Item 6.8.8 – Não atende, sem patamar de descanso, distância superior a 10 metros.


SETOR	ESCADA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.62
4	ESCADA 5		<ul style="list-style-type: none"> - Item 6.7 - Não atende à especificação. - Item 6.8.2 - Atende à especificação. -Item 6.8.3 - Não atende largura mínima inferior a 1.20 metros. - Item 6.8.8 - Atende à especificação.
4	ESCADA 6		<ul style="list-style-type: none"> - Item 6.7- Não atende, escada em rota acessível não associada à rampa. - Item 6.8.2 – Atende à especificação. - Item 6.8.3 – Não atende largura mínima inferior a 1.20m. - Item 6.8.8 – Atende à especificação.



SETOR	ESCADA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.62
4	ESCADA 7		<ul style="list-style-type: none"> - Item 6.7 - Não atende à especificação. -Item 6.8.2- Atende à especificação. - Item 6.8.3- Não atende à especificação - Item 6.8.8- Atende à especificação OBS: está interrompida no topo.
4	ESCADA 8		<ul style="list-style-type: none"> - Item 6.7- Não atende, escada em rota acessível não associada à rampa. - Item 6.8.2 – Atende à especificação -Item 6.8.3 – Atende parcialmente à especificação. -Item 6.8.8 – Atende à especificação.



SETOR	ESCADA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.62
3	ESCADA 9		<ul style="list-style-type: none"> -Item 6.7 - Não atende à especificação. - Item 6.8.2- Não atende espelhos com altura variável superior em alguns degraus aos 18 cm e menor que 16 cm - Item 6.8.3- Não atende largura mínima inferior a 1.20 metros, sem guia de balizamento. - Item 6.8.8- Não atende, encontra-se deteriorada pelo tempo.
3	ESCADA 10		<ul style="list-style-type: none"> - Item 6.7- Não atende, escada em rota acessível não associada à rampa. - Item 6.8.2 - Não atende espelhos de altura variável, alguns superiores aos 18 cm, em outros menor a 16 cm. - Item 6.8.3 – Não atende. -Item 6.8.8 – Não atende, sem patamar de descanso, distância superior a 10 metros.

SETOR	ESCADA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.62
3	ESCADA 11		<ul style="list-style-type: none"> -Item 6.7 - Não atende à especificação. -Item 6.8.2- Atende à especificação. -Item 6.8.3- Atende parcialmente largura maior a 1.20 metro, porém sem guia de balizamento. -Item 6.8.8- Atende à especificação.
3	ESCADA 12		<ul style="list-style-type: none"> - Item 6.7- Não atende, escada em rota acessível não associada à rampa. -Item 6.8.2 - Não atende, espelhos de altura variável alguns superiores aos 18 cm, talvez ocasionados pelo sedimento da base devido à falta de manutenção. -Item 6.8.3 – Não atende, largura mínima inferior a 1.20m. -Item 6.8.8 – Não atende.

SETOR	ESCADA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.62
2	ESCADA 13		<ul style="list-style-type: none"> -Item 6.7 - Não atende à especificação. -Item 6.8.2- Não atende, falta de manutenção, degradação do tempo. -Item 6.8.3- Não atende, largura mínima inferior a 1.20 metros, sem guia de balizamento. -Item 6.8.8- Não é necessário patamar neste caso.
2	ESCADA 14		<ul style="list-style-type: none"> - Item 6.7- Não atende, escada em rota acessível não associada à rampa. -Item 6.8.2 - Não atende, espelhos de altura variável alguns superiores aos 18 cm, chegando em alguns pontos a 30 cm. -Item 6.8.3 – Não atende, largura mínima inferior a 1.20m, sem guia de balizamento. -Item 6.8.8 – Não é necessário patamar de descanso neste caso.

SETOR	ESCADA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.62
2	ESCADA 13		<ul style="list-style-type: none"> -Item 6.7 - Não atende à especificação. -Item 6.8.2- Não atende, falta de manutenção, degradação do tempo. -Item 6.8.3- Não atende, largura mínima inferior a 1.20 metros, sem guia de balizamento. -Item 6.8.8- Não é necessário patamar neste caso.
2	ESCADA 14		<ul style="list-style-type: none"> - Item 6.7- Não atende, escada em rota acessível não associada à rampa. -Item 6.8.2 - Não atende, espelhos de altura variável, alguns superiores aos 18 cm, chegando em alguns pontos a 30 cm. -Item 6.8.3 – Não atende, largura mínima inferior a 1.20m, sem guia de balizamento. -Item 6.8.8 – Não é necessário patamar de descanso neste caso.

SETOR	ESCADA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.62
2	ESCADA 15		<ul style="list-style-type: none"> -Item 6.7 - Não atende à especificação. -Item 6.8.2- Não atende, falta de manutenção, degradação do tempo, alturas dos espelhos variáveis, sedimento dos degraus. -Item 6.8.3 - Não atende, largura mínima inferior a 1.20 metros, sem guia de balizamento. -Item 6.8.8- Não é necessário patamar neste caso.
2	ESCADA 16		<ul style="list-style-type: none"> - Item 6.7- Não atende. Escada em rota acessível não associada à rampa. -Item 6.8.2 - Não atende. Espelhos de altura variável, chegando em alguns pontos a 45 cm, degradação provocada pelo tempo. -Item 6.8.3 – Não atende, pois a largura mínima é inferior a 1.20m, sem guia de balizamento. - Item 6.8.8 – Não é necessário patamar de descanso neste caso.

SETOR	ESCADA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.62
1	ESCADA 17		<ul style="list-style-type: none"> -Item 6.7 - Não atende à especificação. -Item 6.8.2- Não atende. Falta de manutenção e degradação do tempo. -Item 6.8.3- Não atende. -Item 6.8.8- Não é necessário patamar neste caso.
1	ESCADA 18		<ul style="list-style-type: none"> - Item 6.7- Não atende. Escada em rota acessível não associada à rampa. -Item 6.8.2 – Atende de forma parcial. -Item 6.8.3 – Não atende, largura mínima inferior a 1.20m, sem guia de balizamento. -Item 6.8.8 – Não é necessário patamar de descanso neste caso.

Fonte: Autor

A partir do levantamento feito, foi constatado que a maioria das escadas encontra-se em processo de degradação por falta de manutenção; por isso, muitos degraus com espelhos encontram-se fora dos padrões devido à ação do tempo e sedimentação do solo, que causa afundamento do material em alguns pontos. No entanto, ainda existem incongruências com relação às recomendações da Norma NBR9050: 2015 em vários aspectos que são recomendados

e inexistem barras de apoio em nenhuma das escadas encontradas. Somente algumas possuem guias de balizamento em altura recomendada. Por se tratar de um parque extenso em comprimento e por atravessar várias ruas importantes da cidade, deveria possuir mais escadas associadas a rampas nas áreas de rota acessível, facilitando o acesso dos idosos ao seu interior em seus respectivos setores do parque.



Registra-se ainda que muitos idosos podem apresentar problemas musculares em virtude do esforço utilizado para vencer grandes declividades, dificuldade esta que pode ser amenizada com a implementação de rampas apropriadas, em detrimento ao uso de escadas. No caso do parque Itaimbé, existem muitos locais de importante acesso que se fazem apenas pelo uso das escadas, evidenciando que, na época que o parque foi projetado, não havia preocupação com a acessibilidade espacial, o que repercute nos dias atuais pela falta de rampas e escadas projetadas sem muito critério.

5.3 ANÁLISES DAS RAMPAS POR SETOR

Conforme a NBR9050 de 2015, item 6.6.1 na página 58, “são consideradas rampas às superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5%”. Precisamente no Parque Itaimbé, foram encontradas apenas 2 rampas visivelmente superiores a 5% de inclinação, sendo 1 unidade no setor 5 e outra de maior inclinação no setor 3. Nesta análise, não foi verificada a inclinação real das duas rampas em questão, porém a norma estabelece padrões e formas pelo qual deve proceder ao cálculo de dimensionamento delas para que seja acessível, bem como o piso de revestimento. Foram analisados, neste trabalho, a largura e o uso de corrimão de duas alturas em cada lado ou não, destacando que o corrimão também possui detalhes de forma e altura que devem ser observados nos detalhes da norma em questão no item 6.6.2.6 na página 59 da mesma. Quanto à largura a norma especifica o seguinte:

6.6.2.5 A largura das rampas (L) deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m. (ABNT NBR 9050:2015, P.59).

Quadro 5 – Análise das rampas por setor

SETOR	RAMPA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.59
5	RAMPA 1		-Item 6.6.2.5 – Não atende largura inferior a 1,20 metros -Item 6.6.2.6- Não atende. Falta de barras de apoio dos dois lados
SETOR	RAMPA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.59
3	RAMPA 2		-Item 6.6.2.5 - Atende largura superior a 1,50 metros em rota acessível. -Item 6.6.2.6- Atende parcialmente, falta barra de apoios, possui apenas de um lado.

Fonte: Autor

As rampas em rotas acessíveis devem ser prioridade em deslocamentos verticais em detrimento ao uso de escadas; no entanto, em um parque amplo com vários desníveis constatados, pouco se dá através do uso destas e, ainda assim, as que foram verificadas não estão em plena concordância com a Norma NBR9050 de 2015, o que restringe o acesso ao parque, principalmente por idosos e/ou pessoas com dificuldades de locomoção e portadores de cadeiras de rodas. Fazem-se necessárias mais rampas com corrimão apropriado, principalmente nos pontos de acesso de cada setor. A falta de rampas, tanto nos acessos como no interior do parque, se constitui em uma grande barreira física, uma vez que muitos idosos acabam por não poder frequentar os setores que possuem maiores desníveis do parque, optando por fazer uso de algumas pequenas partes que não encontro dificuldades para entrar.

5.4 ANÁLISE DOS PISOS POR SETOR

A Norma NBR9050: 2015 cita como condições gerais no item 6.3.1 da página 55 que os pisos devem seguir determinados padrões específicos no que diz respeito ao revestimento, inclinação e desnível respectivamente. Neste trabalho, foram ressaltados alguns subitens pertinentes à configuração espacial atual do objeto de estudo, Parque Itaimbé, e desconsiderados os subitens que não são aplicáveis ao objeto de estudo. Para tanto, foram apontados os seguintes subitens:

6.3.2 Os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapantes, sob qualquer condição (seco ou molhado). Deve-se evitar a utilização de padronagem na superfície do piso que possa causar sensação de insegurança (por exemplo, estampas que pelo contraste de desenho ou cor possam causar a impressão de tridimensionalidade) (ABNT NBR 9050:2015, p. 55).

6.3.3 A inclinação transversal da superfície deve ser de até 2% para pisos internos e de até 3% para pisos externos. A inclinação longitudinal da superfície deve ser inferior a 5%. Inclinações iguais ou superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.6. (ABNT NBR 9050:2015, p.55).

6.3.4.1 Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desniveis no piso de até 5mm dispensam tratamento especial. Desníveis superiores a 5mm até 20 mm devem possuir inclinação máxima de 1:2 (50%) conforme figura 68. Desníveis superiores a 20 mm, quando inevitáveis, devem ser considerados como degraus, conforme figura 6.7. (ABNT NBR 9050:2015, p. 55).



6.3.5 Em rotas acessíveis, as grelhas e juntas de dilatação devem estar fora do fluxo principal de circulação. Quando não possível tecnicamente, os vãos devem ter dimensão máxima de 15mm, devem ser instalados perpendicularmente ao fluxo principal ou ter vãos de formato quadriculado/circular, quando houver fluxos em mais de um sentido de circulação (ABNT NBR 9050:2015, p.56).



6.3.6 A superfície das tampas deve estar nivelada com o piso adjacente, eventuais frestas devem possuir dimensão máxima de 15mm. As tampas devem estar preferencialmente fora do fluxo principal de circulação. As tampas devem ser firmes, estáveis e antiderrapantes sob qualquer condição, e sua eventual textura, estampas ou desenhos na superfície não podem ser similares à da sinalização de piso tátil de alerta ou direcional. (ABNT NBR 9050:2015, p.56).



Segue abaixo a análise das grelhas divididas por setores:

5.4.1 Análise de grelhas por setor

Quadro 6 – Análise das grelhas por setor

SETOR	GRELHAS	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.56
5	GRELHA TIPO 1		<p>-Item 6.3.5- Grelha dentro de rota acessível, na entrada principal pela Avenida Medianeira. Os vãos estão em direção ao fluxo e não perpendicular conforme a norma explicita e com espaçamentos superiores a 15 mm.</p> <p>-Foram encontradas 7 grelhas deste tipo no setor 5.</p>
SETOR	GRELHA E	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.56
5	GRELHA TIPO 1 COM CAIXA DE INSPEÇÃO		<p>-Item 6.3.5- Grelha dentro de rota acessível, cujos vãos estão em direção ao fluxo e não perpendicular conforme a norma explicita e com vãos superiores a 15 mm.</p> <p>-Item 6.3.6- Caixa de inspeção dentro de rota acessível, com frestas superiores a 15 mm, e encontra-se quebrada.</p> <p>-Foi encontrado 1 ocorrência.</p>

SETOR	GRELHA	LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.59
4	GRELHA TIPO 1		<p>-Item 6.3.5- Grelha dentro de rota acessível, cujos vãos estão em direção ao fluxo e não perpendicular conforme a norma explícita e com vãos superiores a 15 mm.</p> <p>-Foram encontradas 4 grelhas deste tipo na rota acessível dentro deste setor.</p>
SETOR	GRELHA	LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.59
4	AUSÊNCIA DE GRELHA		<p>-Item 6.3.5- Dentro da rota acessível, existe lugares sem a grelha, que possivelmente foi retirada.</p> <p>-Foi encontrado 1 ocorrência deste tipo neste setor</p>

SETOR	GRELHA	LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.59
3	GRELHA TIPO 2		<p>-Item 6.3.5- Grelha dentro de rota acessível, cujos vãos são em formato circular em conformidade com a norma e tamanho do diâmetro dos orifícios não superior aos 15 mm.</p> <p>- Foi encontrada apenas uma ocorrência de grelha deste tipo no setor e em todo o parque. No mesmo setor foi observado mais 7 grelhas, do tipo 1, dentro da rota acessível.</p>
SETOR	GRELHA	LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.59
2	GRELHA TIPO 3		<p>-Item 6.3.5- Possui vãos perpendiculares ao fluxo conforme a Norma, porém não a atende plenamente, pois os vãos possuem afastamentos superiores aos 15 mm</p> <p>-Foi encontrado 2 unidades deste tipo neste setor, e mais dois locais sem a grelha.</p>

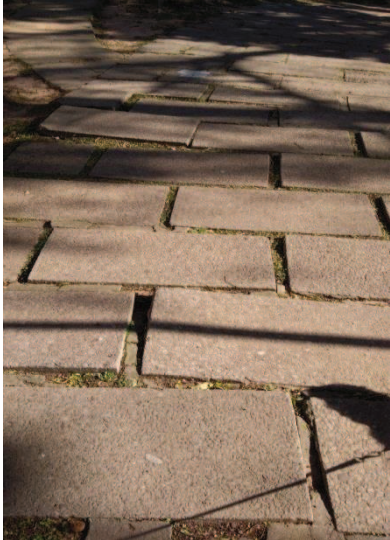

SETOR	GRELHA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.59
1	GRELHA TIPO 2		<p>-Item 6.3.5-. Possui vãos perpendiculares ao fluxo conforme a Norma, porém não a atende plenamente, pois os vãos possuem afastamentos superiores aos 15 mm</p> <p>- Foi encontrada apenas uma ocorrência de grelha deste tipo no setor e em todo o parque. No mesmo setor foi observado mais 7 grelhas, do tipo 1, dentro da rota acessível.</p>



Fonte: Autor



Foi constatado que dentro da Rota Acessível do Parque Itaimbé é possível encontrar muitas passagens de água pluvial que, no entanto, sempre que possível deveriam ser evitadas, quando inevitáveis deveriam possuir grelhas com dimensões e especificações descritas pela Norma de Acessibilidade. O tipo de grelha que foi encontrado em maior número não se encontra em conformidade com o Item 6.3.5 da Norma ABNT 9050:2015, que neste trabalho foi designada como sendo grelha do tipo 1. Apenas um modelo de grelha, tipo 2, aqui designado no trabalho, atende a Norma, porém encontra-se com visíveis deformações causadas pelo tempo e desgaste. A falta de grelhas em locais de fluxo de pedestre em meio a Rotas Acessíveis se transforma em obstáculos graves e passíveis de acidentes que comprometem direito de ir e vir de idosos e outros transeuntes frequentadores do Parque Itaimbé. Os vãos superiores a 1,5 milímetros nas grelhas, principalmente no caso das que possuem barras no sentido do fluxo de pedestre, também são passíveis de provocar acidentes, pois alguns idosos se utilizam de bengalas, muletas e ou andadores para se deslocar e, no caso destas grelhas, podem prender as extremidades ou fazer com que entrem para dentro dos canais de passagem de água durante o seu percurso.

5.4.2 Análise dos materiais de revestimentos dos pisos ao longo da rota (acessível por setor, excluindo, grelhas, rampas e escadas)

Quadro 7 – Análise das placas por setor

SETOR	PLACA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.55
5	PLACA DE PEDRA		-Item 6.3.2 Acesso principal pela Avenida Medianeira, dentro da rota Acessível, possui placas de pedra basalto, não bem niveladas e com grande distância de junta dilatação podendo causar problemas para locomoção por parte de pessoas cadeirantes e ou com dificuldades motoras e visuais.
SETOR	PLACA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.55
5	PLACA DE CONCRETO		-Item 6.3.2- Parte da rota Acessível no setor 5, pode-se encontrar placas de concreto soltas, com desnível e ou faltando peças. Muitas raízes de árvores que cresceram levantaram parte do piso em vários locais diferentes.

SETOR	ASFALTO	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.55
4	PISTA ASFALTADA		<p>-Item 6.3.2- A rota Acessível no setor 4 que atravessa todo o setor trata-se de uma pista compartilhada entre ciclistas e pedestres. O asfalto devido à ação do tempo e do uso possui algumas irregularidades na superfície.</p>
SETOR	PLACA	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.55
3	PLACA DE CONCRETO		<p>-Item 6.3.2- Parte da rota Acessível no setor 5 pode-se encontrar placas de concreto e grelhas com irregularidades no nivelamento.</p>

SETOR	PLACA	LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.59
2	PLACA DE CONCRETO		-Item 6.3.2- Parte da rota Acessível no setor, com superfícies completamente desniveladas e parcialmente destruídas.
SETOR	PLACA	LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.59
1	PLACA DE CONCRETO		- Item 6.3.2- Parte da rota Acessível no setor, com superfícies completamente desniveladas aliadas a falta de grelha.

Fonte: Autor

Os 5 setores do parque, no que diz respeito ao revestimento dos pisos, não seguem um padrão de materiais, sendo revestidos alguns trechos por pedra basalto, placas de concreto e asfalto. Em todos os setores dentro da rota acessível, foram encontrados problemas de desníveis

causados pela ação do tempo, fluxo e ou provocados por ação de raízes de árvores que cresceram sem controle.

Uma grande parte da rota acessível em alguns setores é compartilhada entre ciclistas e pedestres sem uma separação física apropriada e ao longo desta pista existem locais de passagem de água pluvial sem grelhas, o que pode vir a ocasionar sérios riscos de queda, tanto de ciclistas quanto de pedestres. O ideal é que o piso fosse homogêneo e antiderrapante, sem desníveis ocasionados por materiais inapropriados bem como a forma como foram instalados.

A falta de manejo e plantio de vegetação não apropriada para estar próximo a caminhos pavimentados também é evidente, pois muitas raízes crescem por baixo destes pisos e os empurram para cima, causando afrouxamento, desníveis e buracos na rota acessível e demais caminhos existentes no Parque Itaimbé. O resultado da interferência das raízes e pisos mal assentados e com desníveis, aliados a buracos resultantes em toda a extensão do parque, gera um quadro desalentador para o público em geral e para os idosos que gostariam de poder caminhar com mais segurança, o que em alguns casos é possivelmente fator de inibição ao uso.

5.5 ANÁLISE DA SINALIZAÇÃO AO LONGO DA ROTA (ACESSÍVEL POR SETOR)

Segundo Hunt (2006), as necessidades informativas referem-se à maneira como a informação sobre o meio ambiente é processada, sendo dois os aspectos mais relevantes para a informação ser processada, a percepção e a cognição. A percepção é o processo para se obter ou receber a informação do ambiente e, por sua vez, a cognição é o processo pelo qual a pessoa relembra e organiza a informação recebida do ambiente (HUNT, 2006). Assim, os espaços devem ser projetados de forma legível e possuir um suporte para estimular os demais sentidos, para que, na falta de um deles, o ambiente possa, por exemplo, fornecer a informação por meio dos demais (BINS-ELY; CAVALCANTI, 2001).

Estudos indicam que existem várias formas de atingir essas necessidades informativas como, por exemplo, o uso de cores contrastante e texturas. No caso de pessoas com algum tipo de restrição visual e/ou no caso de outros tipos de usuários, como idosos com dificuldades de memorizar determinadas informações, indica-se o uso de mesmas cores e elementos que associem a mesma função ou atividade, no intuito de que reconheçam estes através da identificação e associação de cores a atividades.

Dessa forma, a sinalização assume um significativo papel informativo, pois por meio dela pode-se fornecer informações ao público em geral sobre localização, advertência, instrução, entre outros. A norma NBR9050: 2015 visa auxiliar a estabelecer parâmetros para

muitos destes objetivos, sendo que alguns aspectos relevantes a este trabalho foram trazidos para esta análise, tais como os explicitados a seguir na pág. 30, que resumidamente especifica que:

5.2.1 A sinalização deve ser autoexplicativa, perceptível e legível para todos, inclusive às pessoas com deficiência, e deve ser disposta conforme 5.2.8. Recomenda-se que as informações com textos sejam complementadas com os símbolos apresentados em 5.3 (ABNT NBR 9050:2015, p. 30.)

5.2.8 Entende-se por disposição os seguintes itens: localização, altura, diagramação e contraste (ABNT NBR: 9050, p. 32.)


Durante as visitas ao Parque Itaimbé, nos dias citados anteriormente, foi constatado, porém, que existe falta de sinalização para localização, a fim de guiar e direcionar os frequentadores para locais que desejam alcançar, nem no interior nem nas áreas adjacentes. Foi constatada apenas uma sinalização horizontal dentro do parque, pintada ao piso asfaltado em uma pista compartilhada de ciclistas e pedestres que, por si só, não alcança as pessoas com capacidade visual reduzida.

Com relação à sinalização no piso, a Norma descreve na página 56 o seguinte:

6.3.8 A sinalização visual e tátil no piso indica situações de risco e direção. Deve atender ao disposto em 5.4.6 e em normas específicas. (ABNT NBR: 9050, p. 56).

O item 5.4.6 na página 47 da Norma orienta a serem observados critérios definidos em outras Normas específicas.

Quadro 8 – Análise da Sinalização por setor

SETOR	SINALIZAÇÃO	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO 13-03-2017	ANÁLISE POR ITEM DA NBR 9050:2015 p.30
4,3,2	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NO PISO.		- Item 5.2.1- Este tipo de sinalização não contempla por si só todos os usuários, poderiam ser complementados com sinalização tátil e ou sonora para pessoas com deficiências visuais.

Fonte: Autor

As pistas compartilhadas sem separação física e devidamente delimitada de ciclistas e pedestres podem ser passíveis de causas de acidentes graves. Aqui nesse ponto destaca-se a necessidade de, talvez, rever o projeto todo de sinalização e de disposição da ciclovia e fazer uso de novos elementos de sinalização a fim de complementar e acrescentar maior segurança.

No entorno do parque ao lado de fora apenas foram observadas sinalização urbana vertical por placas para veículos; entretanto, não foi constatada sinalização de reserva de vagas destinadas a idosos ou cadeirantes em nenhum dos 5 setores.

Muito embora a Norma NBR9050: 2015 venha a contribuir no implemento de uma sinalização adequada, conforme citado anteriormente, os planejadores podem se utilizar igualmente de outros meios não descritos nesta Norma a fim de tornar o parque um lugar com facilidade de orientação em seus elementos e atividades através da cognição.

As entradas do Parque, em cada setor, poderiam ter mapas identificando locais específicos e sua localização informada através de demarcação por cores e, além da sinalização horizontal, também se pode investir mais em elementos de sinalização vertical, com pisos podotátil de direcionamento e alerta para deficientes visuais, bem como pisos estáveis e demais meios para garantir melhor informação espacial de uso e de alerta.

As facilidades de acesso ao Parque, bem como o uso adequado de suas partes internas, são quesitos importantes para garantir que os idosos venham a usufruir o espaço de forma mais frequente e com maior segurança e conforto. Também foi percebido que as calçadas ao redor do parque não possuem guias rebaixadas nem apresentam demarcações e espaços específicos para estacionamento de veículos destinado a idosos.

Conforme Consenza e Resende (2006), existe a necessidade de organizar as cidades com um olhar inclusivo, possibilitando que as pessoas com deficiência exerçam a sua cidadania em sua plenitude. Ou seja, no parque observado, as barreiras físicas encontradas se tornam impedimentos para o direito ao lazer das pessoas com dificuldades físicas. Cavalcanti (2007) relata que as restrições de participação no lazer, no contexto ambiental ou pelas limitações específicas de cada indivíduo, podem afetar a autoestima, além do bem-estar e convívio social das pessoas com deficiência. Diante destas afirmativas, o próximo capítulo do trabalho analisará especificamente o público ouvido através das entrevistas realizadas.

6 ESTUDO DO CONTEXTO COM BASE NO PÚBLICO-ALVO

Na busca para interpretar corretamente o contexto observado, resgata-se Negt (2002), que destaca as áreas públicas como sendo o lugar que permite e possibilita a socialização e convivência com pessoas e com culturas diferentes. Por sua vez, Bartalotti (2006) afirma que o convívio com a diversidade auxilia na diminuição do preconceito e na aceitação do diferente. Diante disso, foi buscado, através de observações e entrevistas com o público-alvo, os idosos, identificar suas necessidades sociais, a fim de traçar os hábitos de uso dos espaços públicos que frequentam, bem como as atividades que gostariam de realizar nestes contextos, além de mensurar o nível de satisfação, os setores mais usados, os horários preferidos, suas referências, dificuldades, facilidade de acesso e indicações de sugestões ou demandas de qualificação e serviços que possam vir a ser oferecidos no parque.

Para isto, foi elaborado um questionário com 12 perguntas, voltadas aos idosos frequentadores do Parque Itaimbé:

- 1 - Qual sua idade e sexo?
- 2 - Quais seus hábitos de saúde, lazer e entretenimento ao ar livre?
- 3 - Quais atividades você realiza especificamente neste parque?
- 4 - Quais outras atividades (de lazer e saúde) podem ser realizadas na sua faixa etária?
- 5 - Que atividades (de lazer, saúde e entretenimento) gostaria que fossem oferecidas no parque?
- 6 - De 0 a 10, qual o nível de infraestrutura oferecida pelo parque?
- 7 - Quais setores do parque você usufrui mais e por quê?
- 8 - Quais os dias e horários que frequenta mais e por quê?
- 9 - Existe algum outro parque (ou espaço aberto) que tenha como referência positiva?
- 10 - Qual a maior dificuldade de acesso e uso deste parque? (Exemplo: ruas... inclinação etc...)
- 11 - Você chega caminhando ou em veículo motorizado ao parque? Se for de carro, encontra estacionamento fácil para o veículo?
- 12 - Caso surjam projetos para este parque, que sugestão ou pedido de qualificação ou serviços você faria aos proponentes?

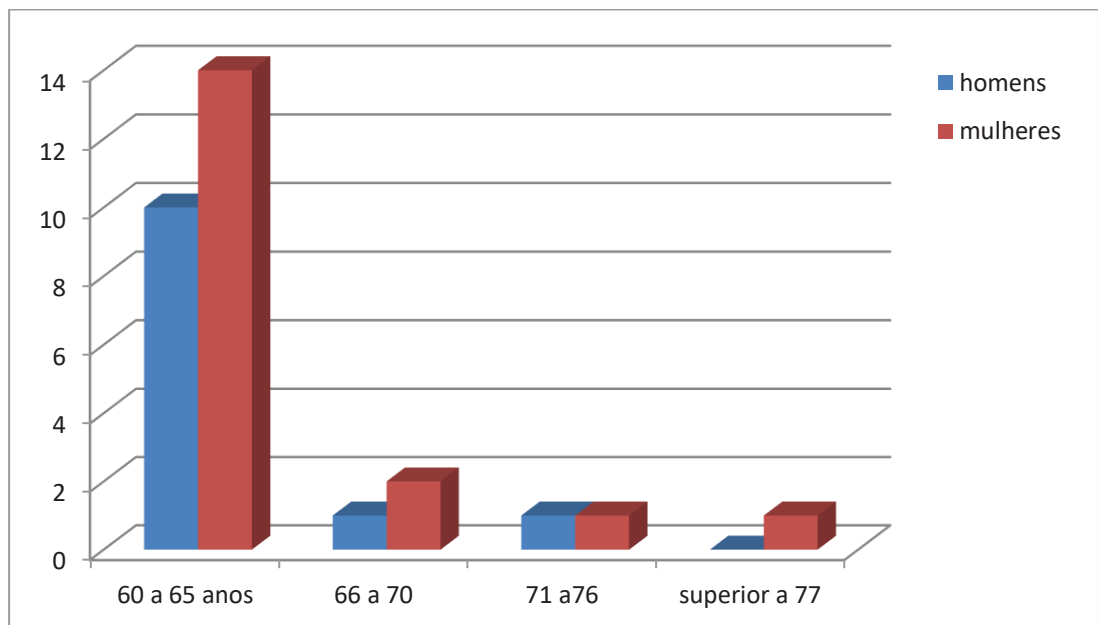
As entrevistadas foram elaboradas em diferentes dias de semana (de segunda-feira a domingo) e em diferentes turnos e horários, a fim de perceber em quais momentos o parque é mais frequentado. A pesquisa ocorreu entre os dias 02 e 22 de julho de 2017, sendo entrevistadas 47 pessoas com mais de 60 anos de idade, nos cinco setores do Parque Itaimbé.

Destas 47 entrevistas, foram validadas 30, em um processo de seleção feito pelo autor, por apresentar respostas com mais congruência às perguntas feitas aos entrevistados em relação ao assunto proposto. A meta inicial era de atingir 50 entrevistados em apenas uma semana; porém, devido à dificuldade de encontrar pessoas com este perfil que frequentam o parque, o tempo foi estendido para mais 15 dias, sendo que a meta de 50 pessoas também não foi atingida em prazo maior. Então, optou-se por finalizar a pesquisa com 47 entrevistados, que foram os abordados até aquele momento. O resultado da pesquisa é comentado e apresentado a seguir, com auxílio visual de gráficos.

6.1. IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS USUÁRIOS QUANTO À IDADE E O SEXO

Durante as entrevistas foram abordadas pessoas de ambos os sexos, sendo constatado um predomínio de usuários do sexo feminino na faixa etária dos 60 a 65 anos de idade, mais precisamente 14 mulheres e 10 homens. Não foram encontradas pessoas com idade superior aos 77 anos. O gráfico a seguir compara estes números.

Gráfico 5 – Identificação do perfil dos entrevistados



Fonte: produção do autor.

Conforme fica evidenciado, percebe-se um ligeiro predomínio do sexo feminino, o que vai de encontro com as projeções da expectativa de vida dos brasileiros, na qual as pessoas do sexo feminino, segundo dados do Censo IBGE de 2017, aparecem como sendo maioria da

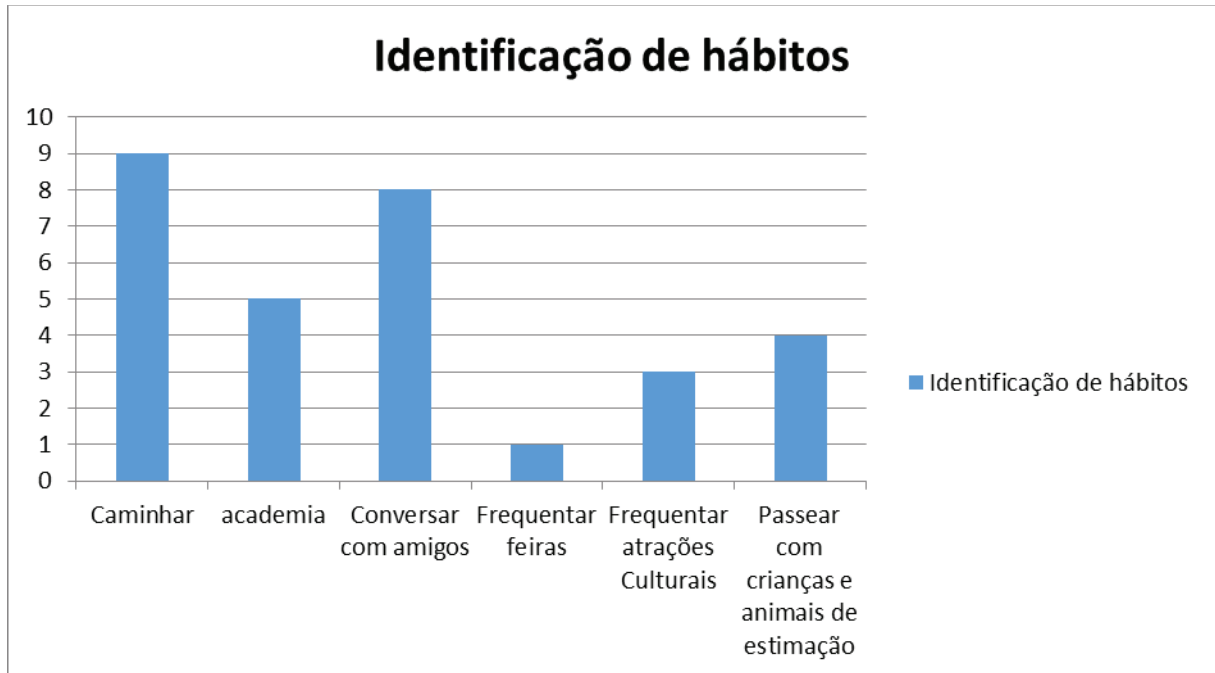
população com idade a partir dos 35 anos. Este dado mostra que a maioria dos idosos frequentadores do parque é do sexo feminino e tem seu ápice de predomínio na faixa dos 60 a 65 anos de idade, ou seja, os cinco primeiros anos que uma pessoa no Brasil passa a ser considerado idoso e está menos sujeito a doenças e dificuldades provocadas, muitas vezes, de forma natural pelo avanço da idade e desgaste do corpo físico. Após os 65 anos, dentro da amostra pesquisada, se constata que o número de usuários do parque cai de forma exponencial, o que poderia indicar que, além da quantidade de pessoas nessas faixas etárias ser provavelmente menor, estes ainda também possa vir a ter mais problemas para acessar o parque em função de prováveis dificuldades físicas naturais da idade mais avançada, tendo em vista que, conforme constatado, o parque carece de muitos fatores de acessibilidade espacial.

6.2 IDENTIFICAÇÃO DOS HÁBITOS DE SAÚDE, LAZER E ENTRETENIMENTO AO AR LIVRE

Segundo Feliciano et al. (2003), é importante destacar que incentivar e proporcionar atividades de recreação e lazer constitui-se em estratégia efetiva para a redução do isolamento, da melhoria da inserção do idoso no meio social e do desenvolvimento de novas habilidades, o que pode refletir diretamente na melhoria da autoestima e da condição de saúde deste segmento.

De acordo com as respostas dadas aos questionamentos, percebeu-se que as atividades de caminhar e a academia são os principais hábitos voltados à saúde realizados pelos entrevistados. Quanto ao lazer, à prática de tomar chimarrão ao ar livre, bem como conversar e passear com animais de estimação, consiste nos principais hábitos de entretenimento ao ar livre, conforme pode ser confirmado no gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Identificação dos hábitos dos entrevistados.



Fonte: produção do autor: 2017.

De acordo com Lima-Costa et al. (2004), exercícios físicos de moderada intensidade geram benefícios tais como a redução da morbidade e mortalidade por doenças coronarianas, controle de pressão arterial, da glicemia e do colesterol e melhora do peso. A ausência de atividades físicas está associada com diversos problemas musculoesqueléticos que podem afetar negativamente as atividades funcionais do idoso. Portanto, as caminhadas e as academias ao ar livre são incentivos para melhorar a saúde e a qualidade de vida do público-alvo desta pesquisa.

No entanto, como abordado no capítulo anterior, no que se refere ao Parque Itaimbé, foi constatada a necessidade de uma melhor infraestrutura que possibilite tais atividades de caminhadas com segurança, que neste caso significa não ter obstáculos. Espaços com equipamentos de academia ao ar livre podem vir a serem adquiridos, sendo que também se tornam necessários mais locais que possibilitem o descanso, tais como bancos adequados para sentar e conversar, estimulando o convívio entre diferentes pessoas.

Quanto às feiras orgânicas, existem pequenas feiras para comércio de hortaliças e frutas de origem orgânica, montadas em alguns setores do parque e em determinados dias de semana; porém, podem ser estimulados outros tipos de serviços similares em mais dias de semana e situá-las em lugares estratégicos dentro do parque.

Como muitas pessoas, inclusive idosos, levam seus cachorros para passear no parque, é possível ser adotado espaços específicos para os *pets*¹⁴, que já são usados em outros parques, tais como no Parque Vila Lobos em São Paulo (SP) e o Parque Gêrmania em Porto Alegre (RS), que consiste em áreas delimitadas e cercadas, onde os cães podem circular livremente, com água disponível, contendo atrativos e equipamentos para distração dos animais. Alguns parques possuem mais de uma área, separadas para estes animais, no intuito de que os animais de porte menor fiquem distante do contato com os de maior porte. Estes locais possuem normalmente bancos próximos aos cercados, a fim de que os donos cuidem do lado de fora os seus *pets* e possam interagir com outras pessoas que lá estiverem.

No Parque Itaimbé, existem também recantos de brinquedos infantis, encontrados em mais de um setor; porém estes, equipamentos estão deteriorados e ou danificados pela ação do tempo e/ou por vandalismo, em sua grande maioria, fazendo-se necessário a substituição dos mesmos e/ou reparos, permitindo que adultos e idosos possam levar seus filhos e netos para o lazer.

No setor 2 do referido parque, o Centro de Atividades Múltiplas Garibaldi Pogetti, apelidado de Bombril, que tinha por finalidade ser um espaço de atividades de cunho cultural, permanece fechado e praticamente inutilizado pela maior parte do tempo, por motivo de reforma por tempo prolongado e aparentemente indeterminado; no entanto, as atividades culturais podem vir a serem realizadas não apenas neste local, mas também em outros setores do parque e ao ar livre, tais como manifestações musicais, teatrais, entre outros tipos de atividades que não são frequentes no Parque.

6.3 IDENTIFICAÇÃO DOS USOS ESPECÍFICOS NO PARQUE ITAIMBÉ

Foi identificado que, quanto ao lazer e ao entretenimento, a principal atividade exercida no parque pelo público observado consiste em sentar em determinados locais para conversar e tomar chimarrão, com amigos ou conhecidos, sendo que a principal atividade de saúde é a caminhada. No entanto, conforme levantamento já relatado no capítulo anterior, existem poucos lugares para sentar no parque e ainda em número praticamente insignificante, se for levado em consideração que estes bancos devem possuir características antropométricas e biomecânicas que deveriam ser direcionados aos usuários, conforme Bins-Ely e Cavalcanti (2001).

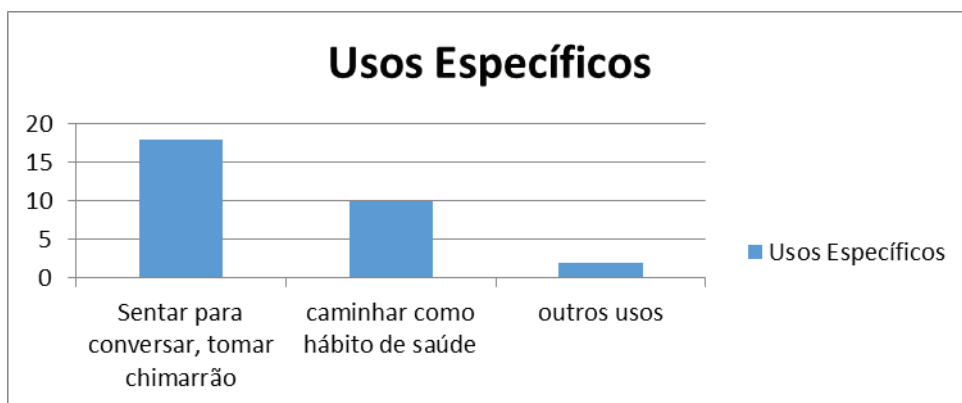
¹⁴ Animais de estimação.

Entre os setores do Parque Itaimbé, destacam-se os setores 5 e 4 que são os que possuem maior quantidade de bancos, percebendo-se assim uma distribuição irregular destes mobiliários urbanos ao longo deste espaço público, que já possui um formato alongado e estreito por ter sido fruto de um aproveitamento de área residual, resquício de um arroio que foi canalizado, conforme foi apresentado anteriormente.

Quanto ao hábito de saúde apontado como mais frequente e apropriado às condições atuais do parque, reforça-se a caminhada mencionada como a principal atividade física. Porém, ainda existem muitos obstáculos e barreiras que impedem que esta atividade seja exercida em sua plenitude e com segurança em toda a extensão do território observado, ficando esta restrita a pequenas áreas. A análise de usos específicos mostra que muitos hábitos dos idosos entrevistados não são realizados no parque ou se o são acontecem de forma mais parcial com relação aos hábitos de rotina que não são feitos necessariamente no parque. Isto implica que muitos desses hábitos corriqueiros não podem ou são feitos de maneira mais restrita dentro do parque Itaimbé. Tal constatação torna evidente que o parque não supre as necessidades de hábitos rotineiros apontados pela maioria dos ouvidos.

A ilustração a seguir computa as respostas dadas pelos entrevistados à questão 3 do questionário apresentado no início deste capítulo.

Gráfico 7 – Identificação dos hábitos de saúde e lazer dos entrevistados.



Fonte: produção do autor: 2017.

6.4 IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER E SAÚDE QUE PODEM SER REALIZADAS PELA FAIXA ETÁRIA

Os programas de exercícios físicos para idosos, além de contribuir para a melhoria de aspectos biológicos e físicos, favorecem a satisfação com a vida e reduzem a solidão

(CAVALCANTI et al., 2011). Nessa direção, o Parque Itaimbé possui várias áreas internas que estão ociosas e disponíveis podendo ser usadas para atividades físicas em geral. Algumas destas áreas são quadras esportivas ao ar livre, que não são tão usadas e que poderiam ser aproveitadas em horários específicos para o uso de aulas de ginástica e dança, voltada aos idosos, sob orientação de profissionais contratados pelo poder público, ou financiadas em parceria com setor privado.

As caminhadas poderiam igualmente ser estimuladas, desde que a acessibilidade física, através da infraestrutura, seja previamente trabalhada e adequada à atividade, tal como ocorreu em Yokohama no Japão, onde o setor privado e o poder público local estabeleceram programas específicos para isso. E, para completar um rol de atividades físicas, poderiam ser adquiridos aparelhos para prática de academias ao ar livre em diferentes setores do parque.

Os jogos podem ser dos mais variados tipos. Alguns não exigem grandes investimentos financeiros e podem ser feitos em mesas adaptadas e acessíveis, tais como jogos de carta ou de tabuleiro, como xadrez, dama, etc. Para isso, é necessário que o parque conte com a infraestrutura de mesas e bancos em locais de fácil acesso, com as devidas adaptações necessárias, conforme já foi assunto deste trabalho. Outro tipo de jogo muito tradicional na região é o jogo de bocha¹⁵, que é muito apreciado na região e pode ser associado às práticas de atividades físicas, sendo necessário, para isto, que se criem canchas em locais apropriados e nivelados.

Este tipo de jogo contribui para promover um maior convívio social, pois pode ser jogado em duplas ou em várias equipes, abrangendo assim o aspecto social, além de proporcionar lazer e atividade física. Porém, outras atividades deste tipo podem vir a serem propostas e viabilizadas no local, juntamente com a participação do público-alvo ajudando a defini-las.

¹⁵ Bocha (português brasileiro) ou boccia (português europeu) é um esporte jogado entre duas equipes, sendo seis bochas (bolas) para cada equipe, na modalidade trio com quatro bochas (bolas), na modalidade dupla com duas bolas para cada atleta, e quatro também na modalidade individual, em que dois jogadores, um de cada equipe, se enfrentam individualmente. O esporte consiste em lançar bochas (bolas) e situá-las o mais perto possível de um bolim (bola pequena), previamente lançado. O adversário, por sua vez, tentará situar as suas bolas mais perto ainda do bolim, ou "remover" as bolas dos seus oponentes. As canchas devem ter dimensões de 26,50 m de comprimento, 4 m de largura e altura uniforme de 30 cm. Com prévia autorização da Comissão Técnica Arbitral Internacional - CTAI, da Confederação Sul-americana de Bocha - CSB e da Confederação Brasileira de Bocha e Bolão - CBBB poderão ser utilizadas canchas com dimensões de 24 m a 27 m de comprimento. A maioria das pessoas que pratica o esporte é composta de idosos, mas o quadro vem mudando nos últimos anos com a adesão de jovens ao esporte. A origem da bocha (conforme alguns historiadores) remonta a um jogo praticado no Antigo Egito e na Antiga Grécia, em que se usavam objetos de formatos esféricos - pedras redondas. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Bocha/>>. Acesso em: 8 de set.2017.

O gráfico a seguir destaca as atividades mais mencionadas, durante as entrevistas, que poderiam vir a ser realizadas no parque.

Gráfico 8 – Identificação de atividades de lazer e saúde.



Fonte: produção do autor: 2017.

6.5 IDENTIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DESEJADAS NO PARQUE

As atividades culturais voltadas para a música foram as mais reivindicadas no Parque, onde existe espaço que pode ser destinado a eventos musicais; trata-se de uma concha acústica que se encontra praticamente abandonada e um Centro de Atividades Múltiplas, denominado Garibaldi Poggeti, que já foi mencionado anteriormente e que não está em uso na atualidade.

Percebe-se, através das entrevistas que, principalmente este Centro de Atividades, é um atrativo que o público-alvo gostaria de ver funcionando novamente, sendo também mencionadas atividades interativas, do tipo aulas, com orientação voltada às práticas de atividades físicas para a faixa etária observada. Em menor menção, foram indicadas a promoção de atividades comerciais dentro do parque e a promoção de jogos. Ressalta-se aqui que em tempos anteriores havia um estabelecimento comercial dentro do parque que foi fechado. O gráfico a seguir mostra a relação de serviços e atividades os quais mais se tem sentido a falta na atualidade, que são atividades culturais, aulas orientadas e comércio no local.

Gráfico 9 – Identificação de atividades de lazer e saúde que gostaria.



Fonte: produção do autor: 2017.

Estas informações fornecidas pelos entrevistados evidenciam muitos dos serviços que podem vir a servir de parâmetro a ser considerados pelos planejadores, envolvendo o órgão público e os demais protagonistas, a fim de melhorar a relação de uso do parque para os idosos.

6.6 AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE INFRAESTRUTURA NO PARQUE

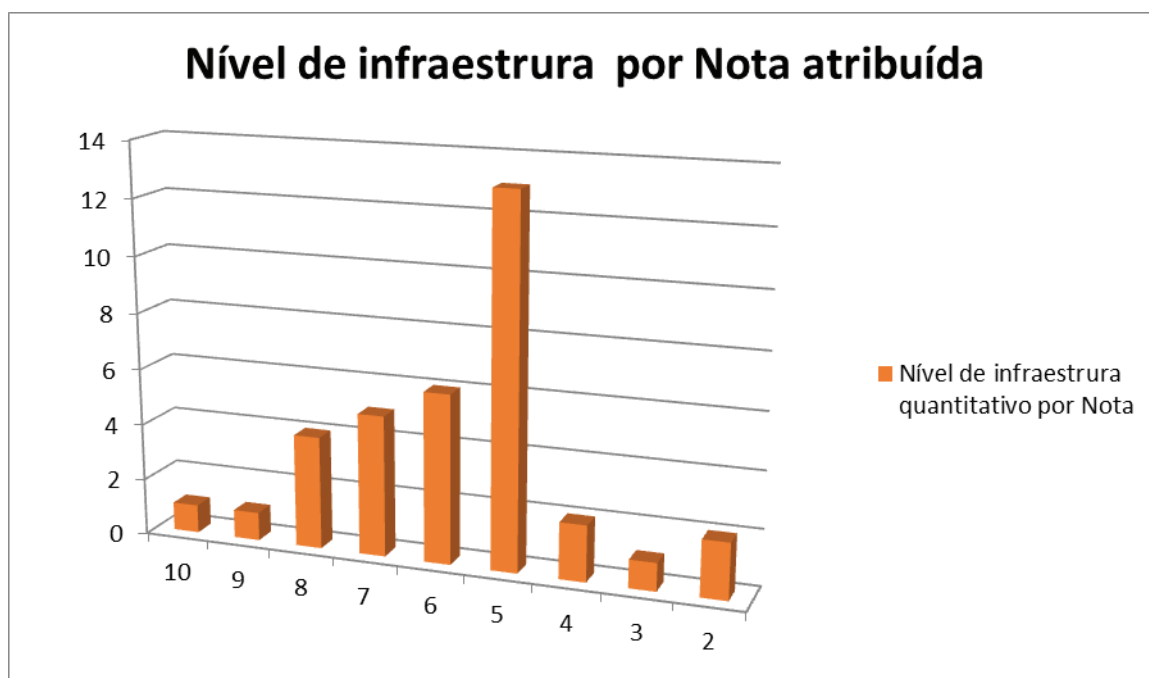
Os entrevistados foram questionados sobre que nota dariam (de 0 a 10) para avaliar a infraestrutura existente hoje no parque, sendo zero (0) a nota mínima e dez (10) a nota máxima. A maioria deu nota cinco (5), seguido da nota seis (6), revelando um nível baixo de satisfação, o que indica a necessidade de significativas modificações nos elementos que estruturam o parque, tais como calçadas, que foram os mais apontados como sendo necessários reparos e ou mudanças, bem como a falta de mobiliários urbanos, como banco, mesas, etc. A nota média cinco (5) revela que existe não apenas a necessidade por demanda de acréscimo de infraestrutura, mas também a falta de manutenção, reparos e adaptação daquela já existente, buscando torna-la mais acessíveis a pessoas com dificuldades físicas dos mais variados tipos.

Segundo Reis e Lay (2010), os custos de adaptação são maiores que o custo de construção do espaço acessível. Somado a esse argumento, sabe-se que a falta prolongada de manutenção também ajuda a provocar deterioração acentuada de muitos elementos

arquitetônicos, podendo causar danos irreversíveis com custo demasiado alto para restauração e reformas. No contexto observado, a falta de prioridade na renovação de equipamentos e na construção de novas estruturas voltadas à acessibilidade física fica evidente, tanto pelo levantamento anteriormente realizado neste trabalho quanto pela avaliação atribuída pelo público.

Ressalta-se aqui que a falta de um planejamento adequado inicial pode provocar um aumento de custos posterior para corrigir os elementos que não foram inicialmente incorporados nesta fase, como constatado no caso do Parque Itaimbé, que carece destas correções de adaptação na infraestrutura existente. No gráfico a seguir, são mostradas as maiores incidências de notas atribuídas pelos entrevistados à infraestrutura.

Gráfico 10 – Identificação do nível de infraestrutura dado por notas



Fonte: produção do autor: 2017.

6.7 SETORES MAIS UTILIZADOS DO PARQUE

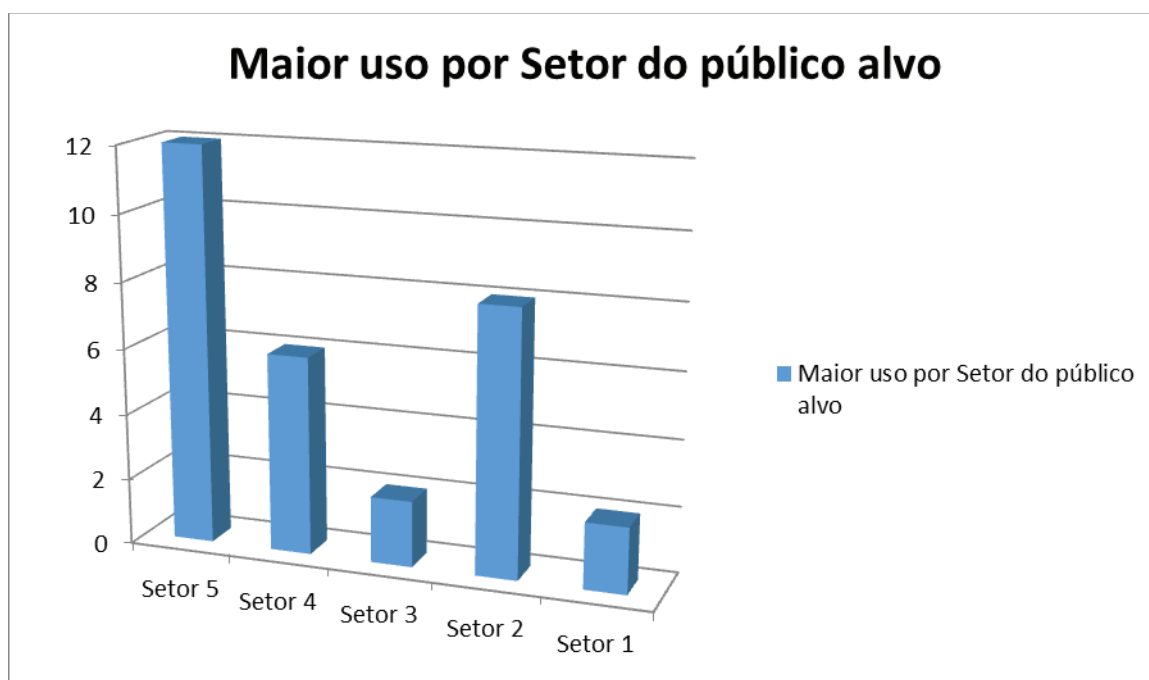
O setor cinco (5) do parque, mais próximo à Avenida Medianeira, importante via da cidade, é o que foi apontado como mais frequentado. Este setor possui a maior quantidade de bancos para sentar, além de pouco desnível comparado a outros setores, com acesso facilitado para a avenida citada, que possui fluxo de automóveis e pedestres consideráveis, se comparada às demais ruas que fazem divisa com o Parque Itaimbé.

O segundo setor mais usado pelo público alvo é o setor dois (2), onde se localiza o Centro de Atividades Múltiplas, que está atualmente fechado, e possui igualmente áreas com menos declividades, onde o desnível mais acentuado se localiza apenas pelo lado da Rua Tiradentes.

Nesta questão fica evidente que a facilidade de acesso, ligado à incidência de menores áreas de declive e proximidade de áreas mais movimentadas da cidade, com mais mobiliários urbanos, no caso do setor cinco, (5), e/ou proximidade do local de residência no caso do setor dois, (2), apontados por alguns idosos, foram os fatores predominantes para que estes setores fossem os mais frequentados.

Nos demais setores, foi constatada a existência de um maior número de barreiras físicas, além dos desníveis mais acentuados aliados à falta de segurança. No gráfico abaixo, é mostrada à relação de uso por setores constatados através das entrevistas.

Gráfico 11 – Identificação dos Setores mais frequentados pelo público alvo.



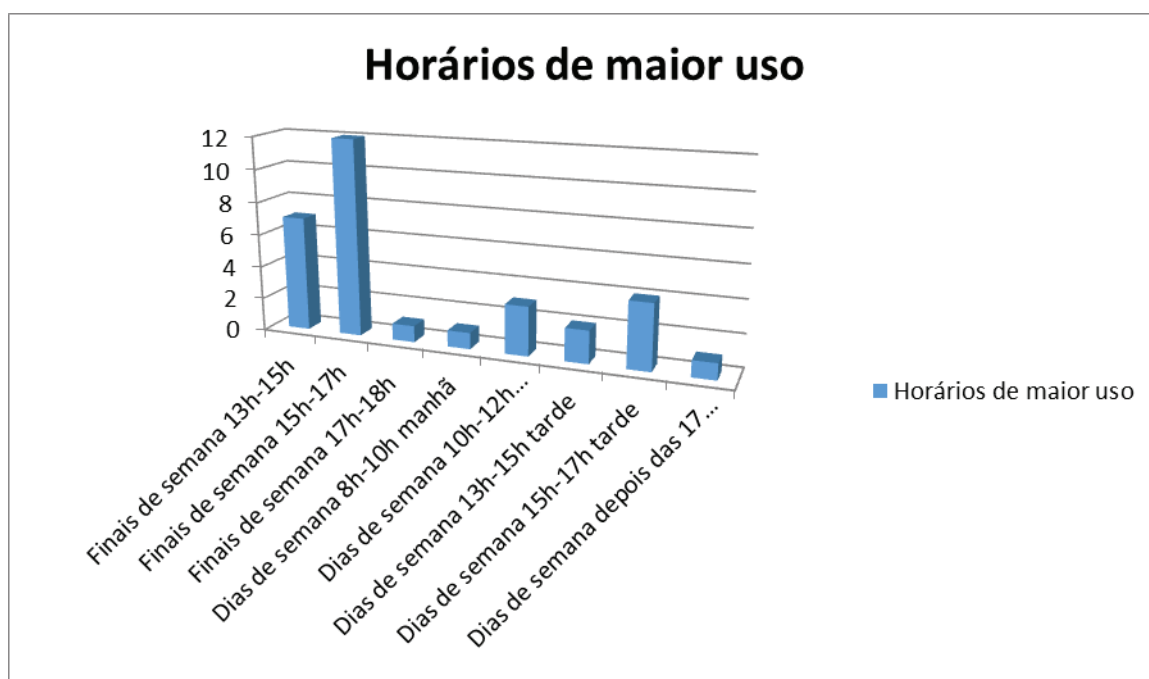
Fonte: produção do autor.

6.8 TURNOS E FREQUÊNCIA DE USO

Foram realizadas visitas de campo (de domingo a segunda-feira, nos turnos manhã e tarde) e foi constatado que a maioria do público alvo frequenta o Parque nos finais de semana, como maior procura entre o meio-dia e o final da tarde. Em dias de semana, o parque tem pouca

movimentação, sendo a maior intensidade verificada no segundo período da tarde, por volta das 15 horas até às 17 horas, sendo que o motivo alegado para a maior frequência destes horários seria a boa luminosidade natural. O turno da noite não é seguro, segundo os entrevistados, por falta de iluminação e medo de violência. Ressalta-se aqui que as entrevistas foram feitas no inverno, podendo haver variação nos hábitos de uso em outras estações do ano. O gráfico a seguir mostra os picos de horários em que o parque é mais frequentado.

Gráfico 12 – Identificação dos horários de maior frequência



Fonte: produção do autor: 2017.

6.9 REFERÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS

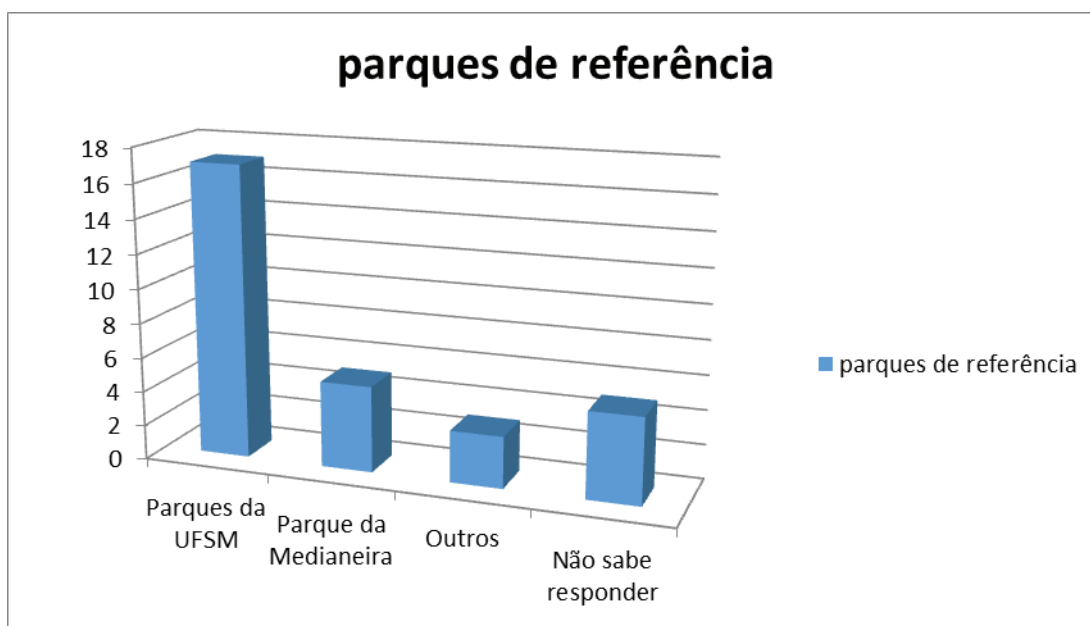
A Universidade Federal de Santa Maria/RS, que fica distante do centro da cidade, possui um parque em suas dependências e foi apontado como a principal referência positiva pelos entrevistados. O segundo parque apontado foi o parque da Medianeira, porém uma grande parte não soube apontar algum outro parque como referencial positivo e alguns outros forneceram praças como referência bem-sucedida.

Muitas pessoas se deslocam do centro da cidade até a Universidade Federal de Santa Maria, que fica no Bairro Camobi, distante aproximadamente 10 quilômetros do centro da cidade de Santa Maria/RS, para usufruir, nos finais de semana, dos parques existentes nas dependências desta Universidade em detrimento do Parque Itaimbé, que fica situado próximo

ao centro da cidade. Essa diferença entre ambos os parques pode ser percebida através da quantidade de usuários de ambos nos finais de semana, que visivelmente é maior nas dependências da Universidade mencionada e que, com naturalidade, foi mencionado como o de maior referência positiva pelos entrevistados. Neste questionamento não foram abordados quais os aspectos mais positivos dos parques apontados como referência levados em consideração, podendo vir a ser um futuro trabalho comparativo entre este e outros parques, a fim de apresentar novos elementos que possam contribuir ao processo de projeto e melhoria de antigos e novos espaços públicos.

O gráfico abaixo mostra a quantidade de mencionamentos a outros parques que os entrevistados lembravam como referências positiva.

Gráfico 13 – Referenciais.



Fonte: produção do autor: 2017.

6.10 O ACESSO E USO DO PARQUE

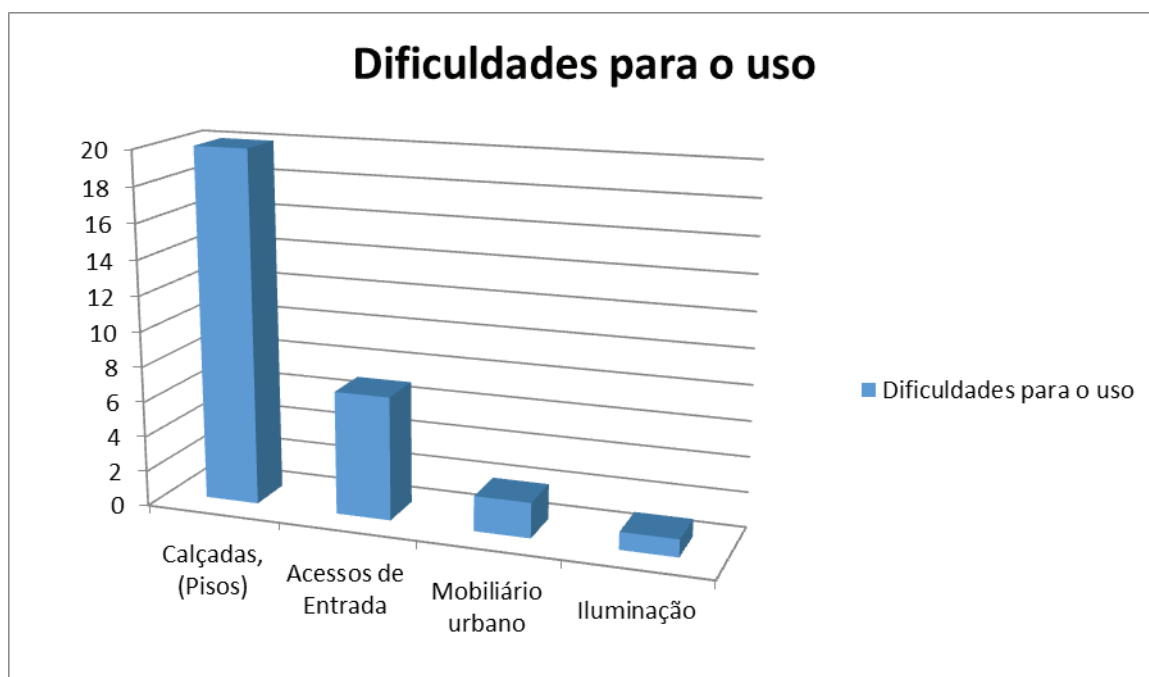
As maiores dificuldades apontadas para o uso do parque foram as calçadas com buracos e irregularidades do piso, com raízes de plantas expostas e não adaptadas para cadeirantes. O segundo ponto mais citado foi à dificuldade de acessar o parque em alguns pontos de entrada, especificamente por falta e/ou péssimas condições de rampas e escadas. Em terceiro lugar, foi mencionado o mobiliário urbano precário e a falta deles em muitos pontos, principalmente os bancos, seguido de falta de iluminação adequada que causa insegurança em alguns horários.

Ainda que não tenha sido apontada pelos entrevistados a sinalização, seja ela do tipo que for horizontal ou vertical, tanto nas imediações ou em meio a este espaço público, sabe-se que também contribui de forma significativa para um melhor uso e acesso do parque, servindo para fins de localização, alerta, direcionamento ou para prevenir acidentes, sendo que a falta dela em alguns locais no Parque, conforme constatado no levantamento feito neste trabalho, pode vir a causar o efeito oposto.

Estes apontamentos evidenciam novamente o descaso em relação à adaptações e melhorias na infraestrutura, principalmente na parte de acessibilidade espacial, pois os idosos e outros grupos possuem dificuldades para acessar determinadas áreas do parque e também para poder usufruí-lo de uma maneira mais segura. A impossibilidade de uso pode também provocar consequências emocionais que afetam a dignidade do idoso, fazendo-o sentir-se incapaz.

A falta de acessibilidade e mobilidade gera, portanto, possíveis consequências voltadas à exclusão social, econômica e cultural. Neste sentido, tornar os parques acessíveis a todos os indivíduos, incluindo os idosos, significa a valorização da dignidade humana, estimulando a elevação da qualidade de vida e o convívio social, conseqüentemente. O gráfico a seguir ilustra as principais dificuldades de acesso ao parque apontado pelos entrevistados.

Gráfico 14 – Dificuldades para o uso



Fonte: produção do autor: 2017.

6.11 FORMAS DE CHEGAR AO PARQUE

Neste quesito, foi perguntado ao entrevistado se ele chega ao parque através de veículos motorizados ou por meio de caminhada. Quando se confirmava que era através de veículos, os entrevistados foram indagados quanto à facilidade ou não de encontrar vagas para estacionar. O resultado é que a maioria chega caminhando por morar próximo ao local. Aqueles que vêm de veículos motorizados, em sua maioria, apontaram como fácil acesso, principalmente em finais de semana, sendo que um número menor que faz uso em dias de semana e relatou maior dificuldade de estacionar em locais próximos aos acessos principais do parque. Um pequeno grupo restante informou que chega através de transporte público.

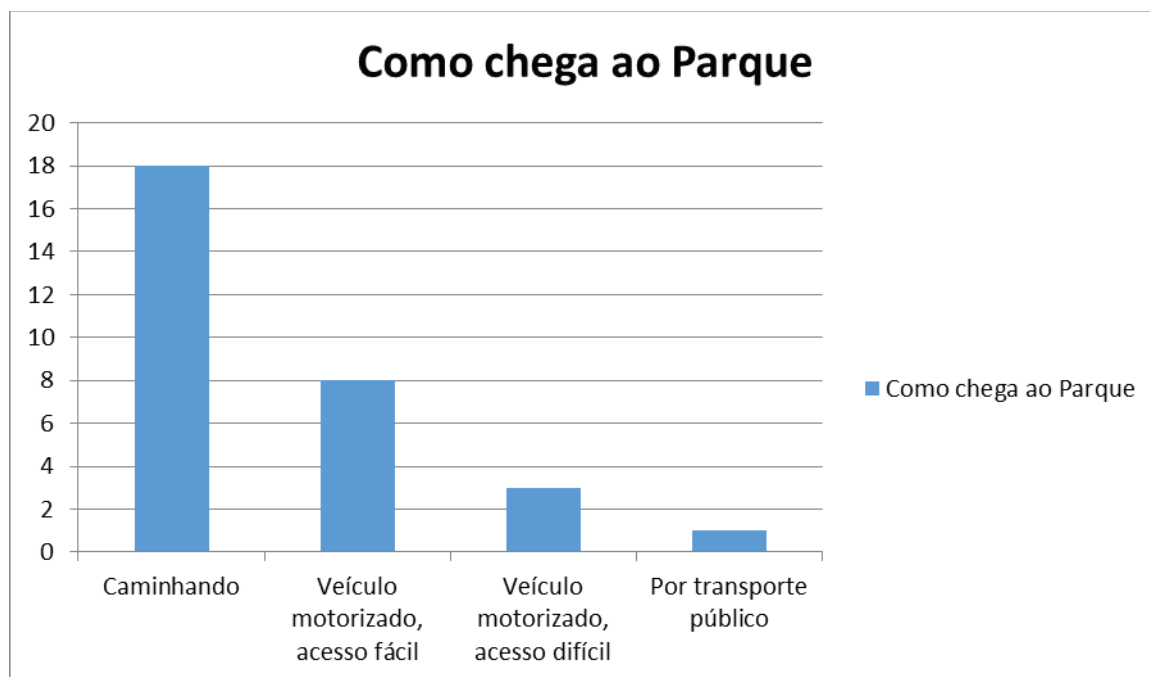
Ficou evidente que os idosos que tem moradia próxima ao parque são os que mais o usam e se beneficiam dele, evidenciando que, para este grupo, as vagas de estacionamento de veículos não é tão importante, pois chegam caminhando. No entanto, para os que chegam por meio de veículos particulares, embora em finais de semana encontrem vagas, estas não são sinalizadas e destinadas ao uso específico para pessoas idosas como deveria ocorrer, em conformidade com a Lei nº 10.741 de 01 de Outubro de 2003, que em seu art. 41, assegura a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

A falta de sinalização de vagas reservadas a idosos é mais sentida em dias de semana, pois existe nas proximidades um fluxo maior de veículos que estacionam no local devido à proximidade a área central da cidade, especialmente durante o horário de comércio e funcionamento da prefeitura Municipal, que fica nas imediações.

O acesso ao parque deve ser facilitado, ressaltando-se aqui não somente a parte interna, mas também em seus arredores, devendo existir rampas nas ruas adjacentes e travessias e demais intersecções, que se fazem necessárias para facilitar o acesso de idosos e outras pessoas com deficiências locomotoras e/ou que se utilizam de carrinhos de bebes, malas, etc... Cabe aqui também expor que os projetistas e gestores devem ter cuidado igualmente com os pedestres com problemas visuais, adotando meios para garantir sua segurança e viabilidade de informação e uso nos acessos de chegada do parque, bem como seu interior.

O gráfico a seguir identifica as principais formas de como os entrevistados chegam ao Parque Itaimbé.

Gráfico 15 – Como chega ao Parque.



Fonte: produção do autor: 2017.

6.12 SUGESTÕES OU PEDIDOS DE QUALIFICAÇÃO E SERVIÇOS

As sugestões de aprimoramento na parte de infraestrutura, mais especificamente os pisos e revestimentos ao longo da rota acessível, foram as solicitações mais decorrentes nas entrevistas, seguido dos apontamentos de melhorias a ser feitos nos acessos principais de entrada do parque, através de mais rampas e escadas e a melhor distribuição e quantidade de bancos no interior e entorno do parque. Também na parte de infraestrutura foi apontada a falta de banheiros públicos ao longo de todo o parque e a falta de uma academia ao ar livre, além do fato de o sistema de iluminação ser precário.

No caso dos banheiros, a Norma NBR 9050:2015 prevê banheiros sinalizados com símbolos representativos de sanitário, de acordo com cada situação: masculino, feminino e adaptado. Neste último caso, os sanitários acessíveis devem obedecer a parâmetros específicos descritos na Norma, no que diz respeito à quantidade mínima, localização, dimensão, posicionamento e características das peças, acessórios, comando e especificações distintas dos pisos e seus possíveis desníveis.

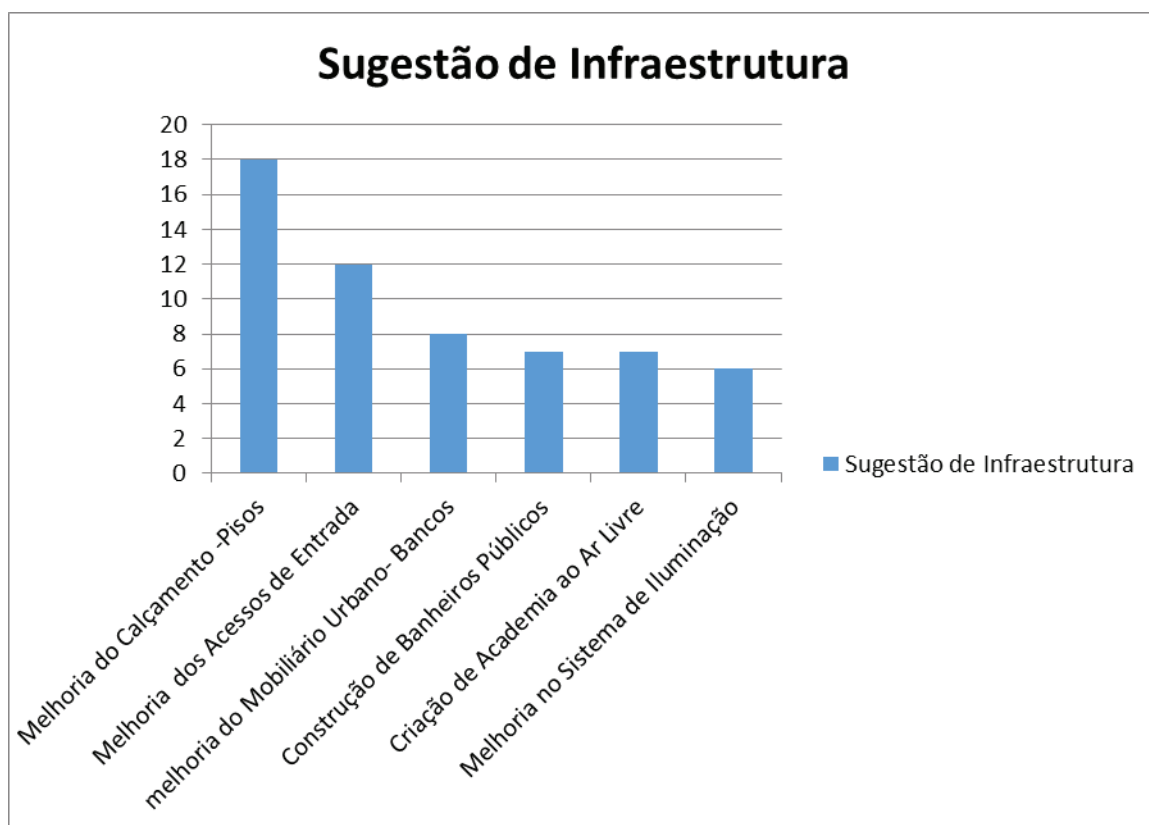
Quanto à parte de serviços que podem vir a ser ofertados, foi constatado que entretenimentos culturais ligados à música foram os mais mencionados, seguidos da proposição de aulas interativas de exercícios físicos ao ar livre, bem como uma maior exploração comercial

dentro do parque através de estabelecimentos de bares e implantação de hortas comunitárias. A falta de segurança também foi apontada como um impedimento ao uso mais frequente do parque, principalmente por parte da noite, devido à falta de patrulhas de policiais e iluminação precária no local, segundo os entrevistados.

As hortas comunitárias que foram sugeridas durante as entrevistas, além de ser uma atividade que mantém o homem no contato com a natureza, podem também proporcionar alimentos (frutas, verduras, legumes etc...). Trata-se de um modelo da agricultura urbana que apresenta vantagens comparativas à agricultura rural por estar mais próxima de grande parte dos consumidores, podendo oferecer produtos mais frescos, vindos diretamente ao consumidor. Estas hortas podem ser feitas em pequenas áreas residuais de áreas maiores não aproveitadas dentro do parque e ou até mesmo em terrenos baldios próximos.

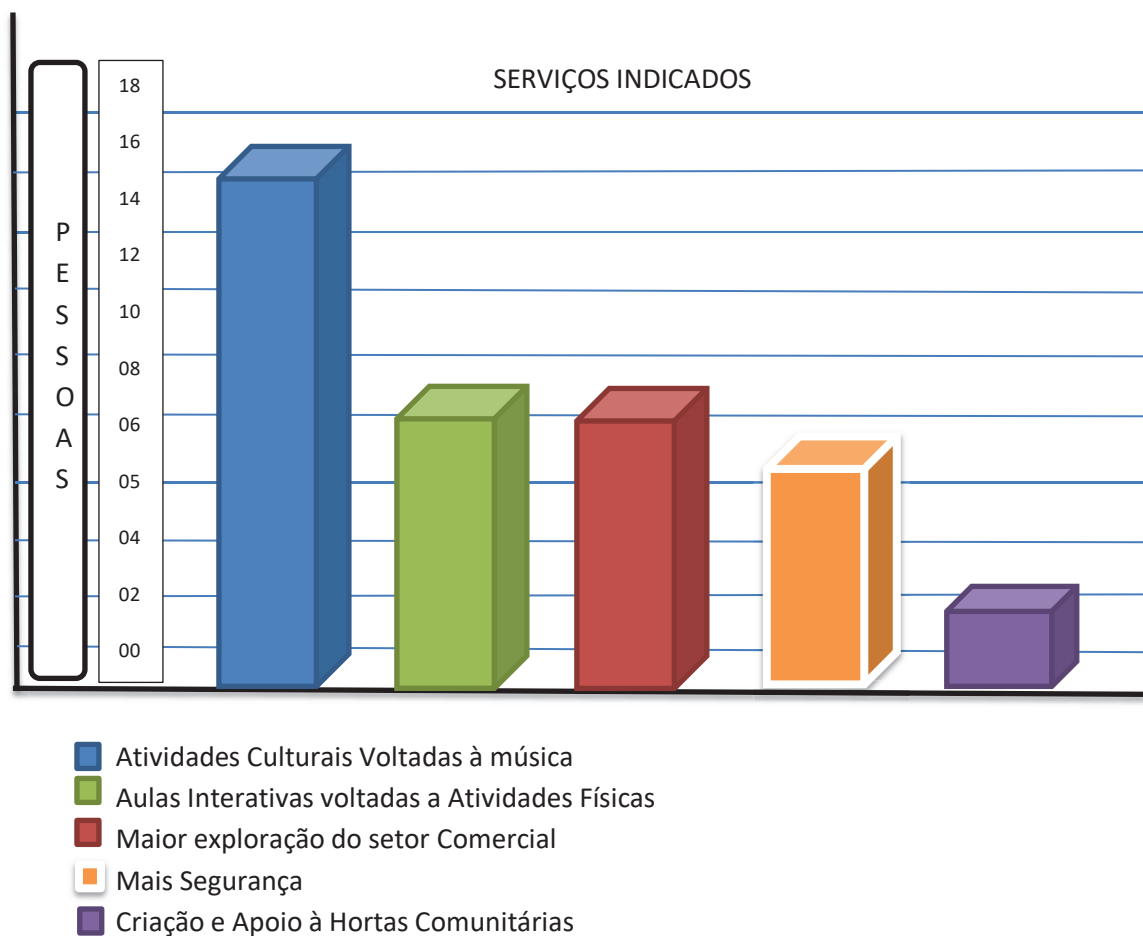
No entanto, a prestação de novos serviços bem como a melhora dos já existentes em meio ao parque, depende, conforme constatado, de melhores condições de infraestrutura. havendo a acessibilidade espacial com premissa para promoção de uso mais frequente por parte dos idosos e outros usuários em geral. Nas tabelas abaixo, pode-se constatar comparativamente os resultados dos questionamentos representados através de gráficos.

Gráfico 16 – Sugestão de melhorias na Infraestrutura



Fonte: produção do autor: 2017.

Gráfico 17 – Proposição de melhoria e criação de novos serviços



Fonte: produção do autor: 2017.

Todas estas informações levantadas, sejam por meio de entrevistas ao público-alvo ou o levantamento espacial com base na Norma NBR 9050:2015 de acessibilidade feito em campo e ainda a análise dos contextos históricos aqui mencionados, serviram de importante base para apontar estratégias para o futuro da área estudada, o que será abordado no próximo capítulo deste trabalho.

7 ESTRATÉGIAS PARA O PARQUE ITAIMBÉ

A crescente demanda por infraestrutura urbana, decorrente especialmente das necessidades sociais surgidas ao longo das últimas décadas, provocou mudanças significativas na forma e na maneira com que se constituem os espaços públicos abertos das cidades. Dentro deste contexto, a infraestrutura urbana, de maneira geral, passou a ser parte do espaço público, transformando-se em “elemento de associação entre a forma, à função e a estrutura” e, ao mesmo passo, podendo “contribuir para que o conjunto urbano não se apresente como fragmentos de um catálogo incoerente de elementos que não estão articulados entre si”, conforme defendem Mascaró e Yoshinaga (2013). Dessa forma, surge também a necessidade de se projetar espaços públicos melhor integrados com a infraestrutura, para que atendam estas novas demandas que a sociedade tem exigido em prol de uma melhor qualidade de vida e da coletividade.

O espaço público é segundo Gomes (2002, p.162) “[...] qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer pessoa”; nisto se incluem não somente os idosos com determinadas dificuldades físicas, mas também demais pessoas com algum tipo de restrição física.

Neste sentido, muitas leis e normas, como a NBR9050: 2015 e a Lei 10.741/03, entre outras, foram criadas para auxiliar no cumprimento e orientação dos projetistas e executores, tendo em vista um melhor acesso e participação dos idosos na sociedade, especialmente dentro dos espaços públicos. Porém, ainda nos dias atuais, muitas destas ferramentas jurídicas e orientações com enfoque na acessibilidade, que visam complementar e ajudar na criação e adequação de antigos espaços públicos, têm sido negligenciadas.

As necessidades dos idosos, segundo Hunt (2006), também podem ser definidas como do tipo social, que estão relacionadas com o convívio com outras pessoas. Esta prática de convívio com outras pessoas pode ser estimulada em meio aos parques, em ambientes que promovem o lazer, as atividades físicas e culturais e junto com a proximidade de áreas verdes.

Segundo Lefebvre (2001), todas as pessoas devem ter direito garantido de participar das atividades das cidades e o direito à apropriação dela, podendo se relacionar com outros cidadãos e com os diversos equipamentos urbanos existentes. Porém, foi somente a partir do ano de 1990 que a acessibilidade espacial integrou os princípios do Desenho Universal, que tinha por finalidade a criação de espaços de uso destinado a todos, independentemente das diferentes condições de cada um, ou seja, um lugar em que o idoso, as crianças e qualquer outro usuário pudesse dele usufruir. Muitos parques que foram criados anteriormente à década de 1990 não

levavam em consideração esses princípios de acessibilidade mais inclusiva. Sem as devidas alterações que deveriam ocorrer para se enquadrar nestes conceitos, acabaram relegados a um uso mais seletivo, de poucos grupos sociais, como é o caso do Parque Itaimbé.

A forma de projetar os espaços públicos deveria ser, conforme mencionado anteriormente, um olhar que remete ao futuro, segundo Hoffmann et al (2011, p. 3), na tentativa de “[...] se precaver contra problemas e dificuldades, ou ainda aproveitar melhores possíveis benefícios”. Neste sentido, Rogers e Gumuchdjan (2001) apontam a necessidade de se planejar as cidades modernas com base em auto sustentabilidade apoiadas por três premissas que são o social, o econômico e o ambiental de forma interligada. Destaca-se aqui que o aspecto ambiental visa à preservação da biodiversidade para que as sociedades atuais possam tirar proveito dos benefícios atuais e futuros em prol de uma maior contribuição na qualidade de vida de todos.

Foi também por volta da década de 90 que surgiu o termo “cidades criativas”, criado por Landry, como abordado anteriormente, que se originou de outro conceito denominado por Howkins (2001) de “economia criativa”. Mais tarde, Reis (2011) apresenta como premissas de uma “cidade criativa” a inovação, as conexões e a cultura, sugerindo, desta forma, que as “cidades criativas” são aquelas que usam de criatividade para se reinventarem, buscando ganho de capital aliada a uma melhora na qualidade de vida de forma sustentável, sem perder de vista as conexões com o passado, sua” identidade” e as possíveis estratégias de futuro.

O processo de projetar os espaços públicos, levando em consideração os conceitos de “cidade criativa”, deve, portanto, integrar e envolver a todos, projetistas, setor público, privado e também ter a participação da sociedade em geral, para que possam atender as necessidades reais da comunidade local. Nesta direção, o Parque Itaimbé, conforme constatado neste trabalho, carece receber este novo tipo de abordagem de projeto, a fim de revitalizar, requalificar, reabilitar e renovar suas diferentes áreas e funções para que todos possam usufruir e tirar proveito dele e de suas potencialidades, incluindo aqui os idosos em geral.

A participação social é estratégica no processo de projeto, pois visa prevenir que as áreas não acabem subutilizadas. Consultar o público-alvo faz diferença no processo dos projetos, que passam a incorporar as necessidades e o conhecimento da comunidade local. Desta forma, aproveita-se a experiência e conhecimento dos moradores locais, sendo que este tipo de participação popular gera um sentimento de responsabilidade conjunta com os resultados finais do projeto.

Com base nos entendimentos relatados fica, portanto, evidente a necessidade de uma nova forma de se projetar, executar e gerir o espaço público destinado ao idoso, a fim de conciliar a infraestrutura existente e a futura com as demandas sociais desta parcela da

população. Para isso, indicam-se 10 critérios que foram extraídos dos estudos, pesquisas e constatações realizados neste trabalho, tendo o intuito de servir como base ou parâmetro para auxiliar na criação de melhorias de parques, especialmente caso do Parque Itaimbé, e outros espaços públicos, que são os seguintes:

1 - No que se refere à acessibilidade espacial, existem termos que não podem ser negociáveis, isto é, leis e normas, tais como a Lei 10.098, conhecida como Lei de Acessibilidade, a Lei 10.741/03, que regulamenta o Estatuto do Idoso, a Norma Brasileira ABNT NBR 9050:2015, que trata da acessibilidade à edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos e outras leis complementares. No entanto, isso não significa que estas leis e normas, desde que atendidas em sua plenitude, não possam vir a ser complementadas pelos responsáveis técnicos, a fim de se criar ambientes mais acessíveis possíveis dentro do contexto espacial.

No Parque Itaimbé, conforme constatado através do levantamento de campo, propõe-se as seguintes adequações espaciais:

- Qualificar os acessos ao parque, com vagas de estacionamento destinadas a idosos e construção de rampas que interligam o parque às ruas adjacentes, acompanhadas de sinalização apropriada, conforme previsto pela ABNT NBR 9050:2015 e leis vigentes.

- Adequação de todas as escadas à norma de acessibilidade, dotando-as de largura não inferior à mínima de 1,20 metros, com a colocação de corrimão em ambos os lados, com o dimensionamento de espelhos, base, descansos e balizas especificados na referida Norma.

- Criação de rampas associadas às escadas nos locais onde existam somente escadas, sempre obedecendo aos parâmetros estabelecidos pela Norma, com corrimão, patamares de descanso a ser seguidos conforme critério e dimensionamento especificado na Norma Técnica. No caso do setor 3, dotar a rampa de acesso principal com uma terceira barra de apoio central, para proporcionar melhor comodidade aos usuários.

- Substituição dos pisos dos passeios ou aplicação de novo revestimento sobre os já existentes, tanto no interior como no entorno do Parque, de forma que tenham superfície regular, firme, estável e não trepidante, conforme especificação da Norma vigente.

- Instalação de pisos podotáteis, direcionais e de alerta ao longo da rota acessível e no entorno do Parque, principalmente nos lugares que dão acesso principal por cada setor.

- Separação da pista compartilhada de pedestres e ciclistas por meio de barreiras físicas e não somente através de pintura, a fim de evitar potenciais acidentes.

- Adequar o Parque de melhor sinalização, vertical e horizontal, tais como a criação de placas informativas com mapas de localização e distribuição da infraestrutura e orientação de

entradas e saídas, tanto no interior do parque quanto ao longo da rota acessível, além dos acessos principais de chegada ao Parque, por cada Setor.

- Retirada dos bancos que não atendem especificações de medidas antropométricas e especificada em Norma.

- Ter uma melhor distribuição e quantidade de bancos e assentos por setores, conforme dimensionamento especificado em Norma, situando-os em locais nivelados e próximos às rotas acessíveis.

- Dotar a rota acessível e demais caminhos onde existe fluxo de passagem de água pluvial pelo qual não possa ser desviada, com grelhas de resistência ao fluxo intenso e com vãos iguais ou inferiores a 15 milímetros, no sentido perpendicular do fluxo de pedestres no caso de ser composto de barras lineares, e/ou adotar grelhas com orifícios circulares, cujo diâmetro seja igualmente ou inferior aos 15 milímetros. Destaca-se aqui a retirada de todas as grelhas que não estão dentro deste requisito, já que no caso do Parque Itaimbé se constituem na maioria delas.

- Retirar as caixas de passagem de água pluvial que estão dentro da rota acessível em cujas tampas podem provocar demasiado desnível suscetível a acidentes.

- Criar sanitários públicos adaptados, PNE, com todos os acessórios, com portas, espaços e louças previsto em Norma, promovendo a facilidade de acesso e preferencialmente próximos à rota acessível em todos os cinco Setores.

- Estabelecer projeto de iluminação Pública que atenda as Normas da ABNT NBR 5101:2012, de forma que no período noturno o parque possa ter maior visibilidade e segurança em todos os setores e acessos do mesmo.

2 - Conforme constatado durante o trabalho, inexistem um tipo específico de idoso, pois entre este segmento existem aqueles que não têm nenhum tipo de restrição física, bem como os que as possuem e que pode ser ligada a parte motora, visual, auditiva ou de memória, entre outras normalmente provocadas pela idade avançada no que tange à parte física. Neste quesito, a acessibilidade espacial que adota princípios universais atende de forma considerável muitas destas necessidades, conforme foi explorado até aqui. Mas pesa também a questão dos gostos e preferências que cada um tem, bem como a influência que a cultura local exerce nesses indivíduos. Para entender melhor estas necessidades, faz-se necessário trazer os anseios destas pessoas para dentro do processo de projeção. Uma das formas de fazer isso é ouvindo as partes interessadas, a fim de compreender o perfil destes indivíduos e suas expectativas. No caso deste trabalho, serviu para este propósito a elaboração de entrevistas que seguiram determinados critérios a fim de cooptar os diversos tipos de idosos frequentadores do Parque Itaimbé.

No caso do parque Itaimbé, foi constatado que a rotina de hábitos cotidianos dos entrevistados e o que gostariam de realizar no parque difere um pouco dos usos habituais e específicos que são realizados neste espaço público. Isto implica que possam existir deficiências no parque que impedem que os principais hábitos possam ser plenamente realizados no local, como o simples fato de caminhar tranquilamente em detrimento do hábito de sentar para conversar.

As atividades culturais, como eventos de música seguidos de aulas orientadas de atividade física, são as mais almejadas para serem implementados no parque de forma mais habitual.

No entanto, cabe aos técnicos extrair também as informações que não estão explícitas nas respostas, mas através da interpretação e análise do conjunto comparativo delas, tais como o fato de setores com menos desnível e maior facilidade de acesso do parque serem os mais frequentados pelos idosos e que são justamente os que têm moradia próxima a ele, que acabam por serem os maiores frequentadores. Nesse sentido, a facilidade de acessar o espaço público é um dos fatores fundamentais para seu uso por parte dos idosos que normalmente chegam caminhando até ele.

Desta forma, pode-se pensar que além do parque maior, no caso do Itaimbé, poderiam existir áreas de espaço públicos menores e complementares a este, separadas do parque principal, de preferência sem ou com mínimos desníveis, espalhadas pelas proximidades, a fim de contemplar um maior número possível de usuários idosos dentro da cidade.

3 - Trazer para o processo de projeto as experiências adquiridas através da coleta de informações do público-alvo e ligá-las ao conhecimento técnico dos profissionais da área, junto a outros prováveis interessados, como o setor privado, juntamente com o engajamento do setor público, a fim de que se criem um objetivo em comum a ser perseguido.

4 - Levar em consideração os aspectos históricos do lugar e da comunidade local, a fim de que se estabeleçam conexões entre o passado, o presente e o futuro, para que o processo de planejamento estabeleça vínculos com os usuários através da percepção de uma identidade local própria.

5 - Evitar a padronização excessiva de elementos arquitetônicos, tais como mobiliários e a repetição exaustiva de formas e cores que tornam os lugares pouco atrativos e cópias de outros espaços públicos. Muito desta homogeneização, conforme constatado neste trabalho, foi fruto do processo de repetição industrial em série, que acabou por minar a originalidade da mão de obra artesanal e local. Embora o processo de Revolução Industrial seja algo que veio para ficar, pode-se, de alguma forma, vir a estimular a criatividade e mão de obra local por meio do

poder público, a fim de tornar o espaço público mais autêntico e mais atrativo aos idosos. A variação de formas e cores e a associação da função a determinada cor estimula a memória visual, cognitiva de alguns idosos que apresentam perda de atenção provocada pela idade avançada e os ajudam a se situar dentro do espaço e a se sentir pertencentes.

6 - Pensar em longo prazo, ou seja, mirando a sustentabilidade no processo de planejamento, a fim de solucionar não somente os problemas e interesses presentes, mas os prováveis problemas e interesses futuros.

7 - Cabe ao poder público ser o principal gerenciador e promotor do planejamento e do processo de projeto, assumindo maior responsabilidade pelo andamento, fiscalização e execução dentro do espaço público, a fim de que o planejamento seja seguido conforme concepção original, no caso de promoção da acessibilidade e qualidade de vida do idoso.

8 - Conciliar os interesses almejados durante o planejamento com a viabilidade financeira de forma que, se houverem pequenas alterações, estas não impliquem em prejuízos ao interesse público, de maneira a garantir que a metas iniciais que visam a dar melhor qualificação do espaço público voltado ao idoso sejam de fato atingidas.

9 - Adotar a criação de prováveis cenários futuros, a fim de testar a eficácia das várias opções de projeto que poderão ser aplicadas em benefício ao público-alvo, sempre no intuito de selecionar as mais viáveis. Neste contexto, pode-se salientar um cenário onde se contará com uma participação ascendente de pessoas acima de 60 anos de idade em meio à cidade nos próximos anos e décadas, conforme abordado neste trabalho, que provavelmente terão uma demanda cada vez maior de necessidade de lazer e demais atividades em meio ao espaço público.

10 - Assegurar que o objetivo final do projeto possa vir a resultar em benefícios a todos os atores envolvidos, para que não somente os idosos possam vir a ter melhor qualidade de vida através de mais espaço para atividades físicas e lazer, mas que também possam gerar movimento da economia local, trazendo divisas para o município. Tais atividades podem ser fortalecidas através do incentivo a uma economia criativa, podendo gerar turismo baseado na exploração da identidade local em meio ao espaço público. Isto pode ser obtido no Parque Itaimbé de várias formas como, por exemplo:

- Estimular o turismo e convívio através da inovação, fazendo que o parque também seja local de exposições e comércio de artigos produzidos por artistas locais, a fim de estimular que idosos de outras localidades e público em geral possam vir à cidade e tenham o parque como um referencial;

- Incentivo ao comércio através da criação de espaços publicitários, previamente planejados e estudados, que possam ser colocados em locais específicos, em troca da adoção, cuidado, manutenção da infraestrutura e também revertidos em incentivo a atividades voltadas aos idosos, para que, sob a orientação do setor público, possa ter os custos de investimentos e manutenção diluídos.

- Maior exploração e criação de espaços destinados a bares em meio ao espaço público a fim de estimular lugares de descanso, convívio e consumo para os idosos;

- Apoiar e estimular campeonatos de jogos e atividades físicas com acompanhamento orientado e voltado ao idoso através de promoção em parceria do setor público e privado;

- Incentivo a feiras que levam em conta produtos e artesanato local feito por idosos da comunidade através de associações já existentes na cidade e de novas que possam ser estimuladas no local;

- Promoção de diversas atividades culturais, tais como show de música, tanto ao ar livre em meio às quadras de esporte sem uso, quanto nos locais já existentes destinados a essa atividade, tal como a concha acústica e centro de atividades múltiplas;

- Criação de um centro de atendimento voltado ao idoso dentro do espaço público, com a finalidade de prestar atendimento médico, aulas instrutivas de artesanato e de informática, entre outras, que podem ser feitas em parceria com universidades locais junto com o poder público e também o setor privado;

- Incentivo a criação de hortas comunitárias, a fim de utilizar espaços subutilizados dentro do parque, com objetivo de gerar convívio social entre idosos e também outros grupos sociais, tendo como produto final frutas, verduras e hortaliças para consumo, etc.

Estes critérios podem não ser apenas empregados para as possíveis melhorias voltadas aos idosos, mas também podem ser estendidos de forma a atingir ao público em geral, tendo em vista que a acessibilidade é um direito de todos os cidadãos e o espaço público é o local de encontro e de convivência.

Ressalta-se aqui que as pesquisas com os idosos foram de suma importância para ajudar na orientação e planejamento de futuros projetos, sendo que no caso do parque Itaimbé ficou bastante evidente a importância da acessibilidade espacial neste trabalho, pois como mencionado anteriormente, é o ponto de partida inicial para se alcançar à acessibilidade do ponto de vista social, que está ligado à capacidade de poder exercer o exercício da convivência dos idosos com outros grupos e setores da sociedade dentro do espaço público. Através delas também foi possível a identificação das reivindicações de melhorias e novos serviços que podem vir a serem adotados dentro de um contexto futuro, com base nos critérios mencionados

anteriormente, na qual vários atores, além do público a que se destina, possam tomar parte destas iniciativas, com intuito de conferir uma acessibilidade com sentido mais amplo e aliada ao sentimento de apropriação do espaço Público.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas cidades contemporâneas vivem atualmente uma crise no que se refere à apropriação dos espaços públicos abertos, pois poucos se beneficiam destes espaços, que em teoria deveriam ser para todos. O sistema capitalista criou segregações na forma de ocupação e uso do solo, concentrando maior quantidade de equipamentos e espaços nas áreas onde a especulação imobiliária atua.

A Revolução Industrial está dentro deste contexto histórico que levou à situação atual, pois impactou fortemente na economia de muitos centros urbanos, provocando a migração maciça de grandes levas de pessoas do campo para as cidades, fazendo com que houvesse um aumento significativo no contingente populacional urbano. Este aumento causou déficits de moradias e valorização das áreas mais centrais e o deslocamento dos mais pobres para regiões periféricas.

Para atender a demanda crescente de infraestrutura das cidades pós-revolução industrial, houve a necessidade de planejar e intervir em grandes escalas dentro da malha urbana. Além disto, a indústria trouxe também a substituição da mão de obra artesanal em certo ponto pela reprodução em série de artefatos e equipamentos que foram e são usados dentro dos espaços públicos abertos, o que projetou uma determinada ruptura com a tradição de cada lugar.

Surgiu, então, o aspecto funcionalista do urbanismo modernista, privilegiando o uso dos carros e dos edifícios. Esta forma de planejar acabou por criar espaços residuais e mal aproveitados, conforme citam alguns autores, como Jan Guehl.

Para Guehl, pioneiro na introdução da sustentabilidade no planejamento urbano, a qualificação do espaço público aberto passa pela volta da escala humana e a valorização do convívio das pessoas nestes lugares, através da valorização do pedestre.

Os idosos são um destes públicos que se faz cada vez mais significativo, devido à tendência de aumento da expectativa de vida e redução da natalidade em um contexto global. Este aumento nos anos de vida foi provocado pelos avanços científicos do último século, o que não se configura necessariamente em ganho de qualidade de vida e sim em um novo paradigma a ser considerado uma questão de planejamento urbano, o que poderia ser reportado como as “surpresas” descritas por Schön (2000).

Muitos idosos ainda participam ativamente do mercado de trabalho e exercem atividades variadas dentro da sociedade, apesar da idade impor algumas vezes restrições físicas naturais que surgem com o passar dos anos; no entanto, pode-se ressaltar aqui que não existe um tipo característico de idoso e este conceito poderá vir a ser revisado futuramente.

De igual forma, para muitos destes idosos que possuem algumas destas restrições físicas ou determinadas limitações decorrentes da idade, também não existem impedimentos de poder vir a usufruir de igual forma dos espaços públicos, desde que removidos os obstáculos espaciais e sendo atendidas suas necessidades. Muitas das medidas para facilitar a acessibilidade a este grupo de idosos podem vir a ser apoiadas através do cumprimento de Normas e leis, ressaltando as que têm correlação com a acessibilidade física.

Levando em conta estas afirmações, algumas cidades têm implantado, mesmo que de forma pontual, soluções criativas que igualmente passam pelas questões da acessibilidade e que são incorporadas à forma de projetar o espaço público, com enfoque no idoso. Entretanto, cada solução adotada deve ser observada através dos contextos, históricos, regionais, físicos e culturais que foram estabelecidas. A importação de modelos de planejamento prontos que foram bem-sucedidos em determinados lugares e adotados em outros, portanto, não representam necessariamente melhores soluções para outros lugares, mas podem servir, em determinado ponto, de parâmetros para guiar o processo de planejamento.

Muitas destas áreas urbanas em diferentes pontos do mundo têm mirado a sustentabilidade, na tentativa de se reinventarem, as chamadas “cidades criativas”, tendo muitas vezes a economia como aliada, a “economia criativa”, na promoção e requalificação destes lugares em prol da qualidade de vida.

Através da revisão destes fatos históricos mencionados acima, juntamente com referencial de locais que abordam o mesmo tema em seu planejamento com determinado sucesso, pode-se apresentar algumas das compreensões do momento atual no que confere aos idosos e espaços públicos abertos.

Tendo em vista esses preceitos, foi escolhido o Parque Itaimbé, na cidade de Santa Maria - RS, devido a sua importância dimensional e geográfica dentro da cidade, para objeto de estudo deste trabalho. Primeiramente, foi realizada uma análise em campo, de seus principais elementos, mobiliário urbano, passeios e seus revestimentos, rampas, escadas, etc., tendo a Norma NBR 9050:2015 como parâmetro de confrontação de análise da acessibilidade espacial.

O resultado revelou a falta de adequação destes elementos em grande parte aos princípios da Norma, bem como o descumprimento das leis que visam a garantir maior acessibilidade ao público idoso. Este levantamento mostrou que a falta de acessibilidade espacial mais inclusiva provoca consequências sociais, que se refletem no uso do parque, que fica restrito a alguns poucos. Esta falta de poder usufruir o bem público pode provocar, além do esvaziamento do lugar, um reflexo na autoestima e nos hábitos de lazer dos moradores idosos das proximidades.

Levando em conta que o conceito de acessibilidade é bastante amplo e não se limita somente a parte espacial física, foi realizada uma pesquisa com público idoso, a fim de entender melhor suas necessidades, hábitos e demais peculiaridades, com a finalidade de apresentar orientações a futuros projetos que possam vir a ser implementados no Parque Itaimbé. Estas pesquisas revelaram que os idosos ouvidos gostariam de ter melhorias na acessibilidade espacial em geral, conforme constatado pelo levantamento de campo feito pelo autor, mas também a melhoria de serviços existentes bem como a criação de novos serviços, tais como maior exploração cultural, atividades físicas voltadas aos idosos, jogos, mais segurança etc.

Estes levantamentos e constatações poderão servir de base e orientação para a criação de futuros cenários para ajudar a guiar o processo de planejamento e elaboração de projetos voltados ao Parque Itaimbé, bem como parâmetro também para se pensar na criação e ou renovação, requalificação de outros espaços públicos, tendo como objetivo extrair suas potencialidades nas áreas econômica, social e ambiental dando enfoque à sustentabilidade e à criatividade, voltado a ações que beneficiem não somente o idoso, mas que também possam ser estendidos também a todos os demais grupos sociais com geração de maior qualidade de vida baseado em mais lazer, atividades físicas, culturais etc..

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, C. et al. **A new theory of urban design**. New York: Oxford University Press, 1987.

ALMEIDA, Joaquim Anecio de Jesus. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília: Abeas, 1989. 182 p.

ANGELIS, Bruno Luiz Domingues DE et al. Praças: história, usos e funções. Editora da Universidade de Maringá – **Fundamentum**, n. 15, 2005.

ASCHER, F. **Les nouveaux compromis urbains: lexique de la ville plurielle**. Paris: Ed.de l'Aube, 2008.

BARBOSA, Valter L.; NASCIMENTO JÚNIOR, Antônio F. Paisagem, ecologia urbana e planejamento ambiental. **Londrina**, v. 18, n2, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/3286/3235>>. Acesso em: 18 jun. 2016

BARTALINI, Vladimir. Espaços livres públicos na cidade II: parques. **Óculum –Revista Universitária de Arquitetura, Urbanismo e Cultura, Campinas, SPn.** 5/6, p. 100-103, mai.1995. 120 p.

BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiências: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.

BENADUCE, Maria Isabel. **Parque Itaimbé - Santa Maria/RS: gênese de um espaço público/privado**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BENEVOLO, L, **A história da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

BIRKHOLZ, Lauro Bastos. **O ensino do planejamento territorial**. São Paulo: USP, 1967.

BINS-ELY, Vera Helena Moro; DISCHINGER, Marta. **Projetos de espaços livres urbanos de lazer**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; ENAPET, 2004.

CAMPELLO, Glauco, Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio. **Revista do Patrimônio Artístico e Nacional**, n.23. 1994.

CASSILHA, G. A.; CASSILHA, S. A. **Planejamento urbano e meio ambiente**. Curitiba: IESDE S. A., 2009.

CAVALCANTI, A. Avaliação da recreação e Lazer. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Gunabara Koogan, 2007. p. 69-72.

CAVALCANTI, M.C.; GONÇALVES, A.L.; CAVALCANTI, F; DA COSTA. SDE; L.S. ASCUTTI: Nutritional intervention program associated with physical activity: discourse of obese elderly women. **Cien Saude Colet**, v. 16, pp. 2383-2390, 2011.

CHOAY, Françoise, **L'allegorie du patrimoine**. Paris: Seuil, 1992.

CONSENZA, I. F; RESENDE, A.P.C: A cidade e as pessoas com deficiência: barreiras e caminhos. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 18, n. 35, p. 23-24, 2006.

COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS (CEDRO). Projeto Sinuelo: estudo de viabilidade do Projeto Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada – **Cura**, Santa Maria, v. 1, 30 ago.1978.

COSTA. Eduino R. da. O campo termo-higrométrico do Parque Itaimbé/SantaMaria/RS e a situação atmosférica de domínio da massa polar atlântica no inverno. **Revista Formação**, v. 1, n. 20, 2013 .

DIVERSOS AUTORES. **O livro da psicologia**. Tradução Clara M. Hermeto e Ana Luisa Martins. São Paulo: Globo 2012.

FELICIANO, A.B; MORAES, A.S; FREITAS, I.C.M. O perfil do idoso de baixa renda no Município de São Carlos, São Paulo, Brasil: um estudo epidemiológico. **Cad. saúde pública**. v. 20, n. 6, pp. 1575-85, 2004.

FONTOURA, Leandro N. J. Planejamento urbano-ambiental: o uso e ocupação do solo no Distrito Federal. **Revista On Line Especialize**, Goiânia, 5, ed., v. 1, n. 5, 2013.

FRANZ, Marie-Louise von. **Mitos de criação**. Tradução: Maria Silvia Mourão. São Paulo: Paulus, 2003.

GALENDER, Fany Cutcher. Considerações sobre a conceituação dos espaços públicos urbanos. **Paisagem e ambiente: Ensaio** IV, p. 113-120. São Paulo: FAUUSP, 1982. 195 p.

GEHL ARCHITECTS. **Unrolling a welcome mat for the people of New York**. Disponível em: <<http://gehlarchitects.com/work/cases/>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

HOWKINS, J. **The creative economy: How People Make Money From Ideas**. London: Allen Lane, 2001.

HUNT, Jan. A discriminação de idosos ameaça tanto os idosos quanto crianças. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento**. Passo Fundo/RS, p.114-121, 2006.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KLIAS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993. 211p.

KOSTOF, Spiro, **The city shaped**, Thames and Hudson Ltd, London, 1991.

LAVEDAN, Pierre. **Géographie des villes**; 10 ed. Paris: Librairie Gallimard, 1936.

LANDRY, Charles. **Origens e futuros da cidade criativa**. São Paulo: SESI-SP editora, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA-COSTA, M. F.; BARRETO, S. M.; GIATTI L. Condições de saúde, capacidade funcional, uso de serviços de saúde e gastos com medicamentos da população idosa brasileira: um estudo descritivo baseado na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios. **Cad. saúde pública**, v.19, n. 3. p. 735-43, 2003.

MACEDO, Silvio Soares. **Parques urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. da USP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 207 p. (Coleção Quapá)

MASCARÓ, Juan Luis. **Sustentabilidade em urbanizações de pequeno porte**. Masquatro Editora, 2010.

MOHR, Udo Silvio. **Os grandes espaços do lazer urbano, arquitetura dos parques públicos**: morfologia, tipologia e potencialidades. 2003, 203f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

NEGT, O. Espaço Público e experiências. In: PALLAMIN, V. M.; LUDEMANN, M. (Coords.). **Cidades e cultura**. São Paulo, 2002. p. 5-30.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RAMALHO, R. de S. Processos de urbanização: ocupações irregulares em áreas de risco. **III Encontro de Geografia. A Geografia e suas Vertentes: Reflexões**. Campos dos Goytacazes, Instituto Federal Fluminense, 2010, p. 69-75.

REIS, Ana Carla Fonseca; KAGAYAMA, Peter (Orgs.). **Cidades criativas: Perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

REIS, A. T. L.; LAY, M. C. D. Percepção e análise dos espaços: desenho universal. In: ORNTEIN, S. W.; ALMEIDA PRADO, A. R.; LOPES, M. E. (Orgs.). **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010. P. 105-116.

ROGERS, Richard George.; GUMUSCHDJIAN, Philip. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHÖN, D.A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Geovany Jessé Alexandre da; WERLE, Hugo José Scheuer. Planejamento urbano e ambiental nas municipalidades: da cidade à sustentabilidade, da lei à realidade. **Paisagem em Debate revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente**, FAU.USP - n. 05, 24 p., dezembro 2007.

SIMON, H.A. On how to decide what to do. **The Rand Journal of Economics**, v. 9, n.2, 1978.

SARTRE, Jean Paul, **O existencialismo é um humanismo**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2010.

SERPA, Angelo, **O espaço público na cidade contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

Bibliografia Online

ABCP. **Padronização das calçadas**. Disponível em: <<http://www.abcp.org.br/conteudo/imprensa/passeio-publico-falta-de-padronizacao-das-calçadas-ainda-compromete-direito-de-ir-e-vir-do-pedestre>>. Acesso em: 05 ago.2016.

ACESSIBILIDADES E INCLUSÕES. Disponível em: <incluase.blogspot.com.br/2008/10/sobre-acessibilidade.html>. Acesso em: 05 ago.2016.

AGENCIA AIDS. Disponível em: <http://agenciaaids.com.br/home/noticias/noticia_detalhe/11741/>. Acesso em: 05 ago.2016.

AUPINI. **O que é espaço público?** Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx>>. Acesso em: 30 jul.2016

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/arquivos/estatuto-do-idoso-f.jpg>>. Acesso em: 05 ago.2016.

CHAPECÓ. **Cidade do idoso**. Disponível em: <<http://www.chapeco.sc.gov.br/noticias/2576-cidade-do-idoso-e-referencia-internacional.html>>. Acesso em: 05 ago.2016.

FILOSOFIA E TECNOLOGIA: **Poder público**. Disponível em: <<http://filosofiaetecnologia.blogspot.com.br/2013/06/consideracoes-do-poder-publico-para-com.html/>>. Acesso em: 05 ago.2016

FOLHA. **Alternativas para os Idosos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2016/05/1769584-idosos-buscam-alternativas-para-continuarem-morando-sozinhos.shtml/>>. Acesso em: 05 ago.2016.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice//>>. Acesso em: 05 ago.2016.

OMS. **A OMS e o envelhecimento**. Disponível em: <<http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>>. Acesso em: 05 ago.2016

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em 05 ago. 2016.

PISEGRAMA. **Cidades para pessoas**. Disponível em: <<http://piseagrama.org/cidades-para-pessoas/>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **Broadway boulevard**: transforming Manhattan's most famous street. Disponível em: <<http://www.pps.org/reference/broadway-boulevard-transforming-manhattans-most-famous-street-to-improve-mobility-increase-safety-and-enhance-economic-vitality/>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

PROJETO SEJA FELIZ. **Foto família feliz**. Disponível em: <<http://projetosejafeliz.com/wp-content/uploads/2015/03/familia-feliz-face.jpg/>>. Acesso em: 05 ago.2016.

REVISTA EDUCAÇÃO. **A nova geração**. Disponível em:

<<http://revistaeducacao.com.br/textos/198/o-jeito-nova-geracao-298693-1.asp/>>. Acesso em: 05 ago.2016.

SARAIVA. **Legislação adicional vade mecum**. Disponível em:

<<http://legislacaoadicional.editorasaraiva.com.br/>>. Acesso em: 05 ago.2016.

SKY RESE CITIES. **Throwback thursday**: the flatiron building in New York. Disponível em: <<http://skyrisecities.com/news/2015/10/throwback-thursday-flatiron-building-new-york/>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

STREETS BLOG NYC. **In week of carnage, times looks askance at broadway traffic-calming**. Disponível em: <<http://www.streetsblog.org/2008/08/26/in-week-of-carnage-times-looks-askance-at-broadway-traffic-calming/>>. Acesso em: 18 mai.2016.

THE CITY FIX BRASIL. Espaços públicos: a participação como ferramenta para construir cidades mais democráticas. Disponível em: <<http://thecityfixbrasil.com/2017/06/21/espacos-publicos-a-participacao-como-ferramenta-para-construir-cidades-mais-democraticas/>>. Acesso em: 23 set.2017,

THE GUARDIAN. **Is Jan Gehl winning his battle to make our cities liveable?** Disponível em: <<http://www.theguardian.com/cities/2014/dec/08/jan-gehl-make-cities-liveable-urban-rethinker>>. Acesso em: 16 mai.2016.

WIKIPEDIA. **Filosofia de vida dos idosos**. Disponível em:

<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Idoso>>. Acesso em> 05 ago.2016.

_____. **Quem é o idoso**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Idoso/>>. Acesso em: 05 ago.2016.

WHO. **Publicações idosos**. Disponível em:

<<http://www.who.int/eportuguese/publications/WHR2010.pdf?ua=1>> . Acesso em: 05 ago. 2016

WORLD CLASS STREETS: REMAKING NEW YORK. Disponível em:
<http://www.nyc.gov/html/dot/downloads/pdf/World_Class_Streets_Gehl_08.pdf>. Acesso em: 18 mai.2016.

WORDPRESS. **Funcionários em pauta.** Disponível em:
<[https://funcionarioempauta.files.wordpress.com/2013/03/social-media-300x229.jpg./>.](https://funcionarioempauta.files.wordpress.com/2013/03/social-media-300x229.jpg/)
Acesso em: 05 ago.2016.

YOKOHAMA. Disponível em:
<http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/12_YOKOO_CHIES.pdf/>. Acesso em: 05 ago.2016.